

Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**Políticas públicas de apoio à agricultura familiar como
estratégia de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional:
uma revisão de escopo**

Patrícia Fernanda Ferreira Pires

**Tese apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Nutrição em
Saúde Pública para obtenção do
título de Doutora em Ciências**

**Área de concentração: Nutrição em
Saúde Pública**

**Orientadora: Prof^a. Dr^a. Betzabeth
Slater V.**

**Versão Corrigida
São Paulo
2021**

Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**Políticas públicas de apoio à agricultura familiar como
estratégia de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional:
uma revisão de escopo**

Patrícia Fernanda Ferreira Pires

**Tese apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Nutrição em
Saúde Pública para obtenção do
título de Doutora em Ciências**

**Área de concentração: Nutrição em
Saúde Pública**

**Orientadora: Prof^a. Dr^a. Betzabeth
Slater V.**

**Versão Corrigida
São Paulo
2021**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio de convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Biblioteca/CIR: Centro de Informação e Referência em Saúde Pública
Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pela autora

Fernanda Ferreira Pires, Patrícia
Políticas públicas de apoio à agricultura familiar como
estratégia de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional:
uma revisão de escopo / Patrícia Fernanda Ferreira Pires;
orientadora Betzabeth Slater Villar. São Paulo, 2021.
119 p.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo, 2021.

1. Políticas Públicas. 2. Agricultura Familiar. 3.
Segurança Alimentar e Nutricional. 4. 5.
I. Slater Villar, Betzabeth, oriente. II. Título

FOLHA DE AVALIAÇÃO

PIRES, P. F. F. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão de escopo. 2021. 119 f. Tese (Doutorado em Nutrição em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2021.

*Dedico aos meus pais, Maria e José,
e ao meu filho Joaquim.*

*Amo vocês de todo o meu coração e a sua
chegada em meio a essa trajetória só me
fortaleceu para seguir em frente...
sempre em frente!*

*Em menção a Carta de Pero Vaz de Caminha,
escrita em maio de 1500,
ele se referia as terras brasileiras...
“em se plantando tudo dá”.*

Tudo depende...

Quem planta?! Quem come?! Quem lucra?!

O que se come?! Como?! Onde?! Por quê?!

*Nossa eterna gratidão aos agricultores e
agricultoras familiares pela resiliência e força.*

*Pelo amor semeado na terra diariamente, em
prol de colher a nossa comida!*

As autoras

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, testemunha de minhas angústias e dúvidas. Agradeço pela vida, saúde e proteção diária, entre idas e vindas a São Paulo. Agradeço por ser meu guia espiritual, por me conceder força e coragem nos momentos desafiadores ao longo do doutorado.

À Nossa Senhora Aparecida, que intercedeu por mim junto a Jesus, nos momentos de dor e sofrimento, na ausência do meu filho, colocando-me no colo e trazendo conforto ao meu coração. A minha fé é muito maior hoje, depois da oportunidade de apresentar nesta renomada instituição, meu objeto de estudo. Cumprindo-se a minha promessa de avançar no universo do conhecimento, da ciência da nutrição.

À minha família, em especial aos meus pais Maria e José e meus irmãos. Dedico a todos eles, minha gratidão e respeito, por todo incentivo, apoio e cuidado. Obrigada, por todo amor e pelas orações em prol do meu sucesso.

À Prefeitura do Municipal de Borrazópolis, em especial ao prefeito municipal, a secretária de educação, as colegas de trabalho que entenderam minha ausência parcial incentivando meu aperfeiçoamento profissional.

À Faculdade de Apucarana (FAP), à reitoria, à coordenação e aos professores do curso de Nutrição. Em especial aos meus alunos, que são minha inspiração.

À Universidade de São Paulo (USP), à Faculdade de Saúde Pública (FSP), em especial ao Programa de Pós-graduação de Nutrição em Saúde Pública pela oportunidade de cursar o doutorado. Sinto-me extremamente feliz e fortalecida pelas contribuições experimentadas nesta caminhada. Hoje, ao passar por esse processo de transição, atrevo-me a dizer que sou uma pessoa melhor, sobretudo, uma pesquisadora capaz de transformar também outros.

À pesquisadora e bibliotecária Mabel Figueiro que assessorou a etapa de buscas, bem como a professora Dra. Anabelle Retondário de Lima pela parceria profissional durante a revisão sistemática e nas publicações.

Ao professor Doutor Ivan França Junior e a professora Doutora Nádía Rosana Fernandes de Oliveira pelas relevantes contribuições no exame de qualificação.

Às minhas colegas, Thanise e Jussara, que conheci ao longo do doutorado. À Thanise, por me acolher, abrindo as portas da sua casa, todas as vezes que precisei ficar em São Paulo. Agradeço também a Jussara que me acompanhava durante as refeições na FSP. Foi importante poder trocar ideias, durante nossas conversas pelos corredores, tornando essa caminhada mais leve e prazerosa. Obrigada por tudo! Queridas, suas companhias tiveram um valor especial para mim, durante o curso do doutorado.

À minha orientadora - Profa. Dra. Betzabeth Slater Villar pelo acolhimento, por todas as suas contribuições, ensinamentos, conselhos, sugestões e correções preciosas ao meu trabalho. Muito obrigada pela confiança em mim depositada demonstrando para além de orientadora, em muitas situações uma amiga e incentivadora no doutorado. A levarei comigo como um exemplo a ser seguido, de mulher forte, determinada e humilde. Professora, saiba que você deixou em mim marcas positivas e determinantes, devido a forma como conduz sua vida, seus contatos e sobretudo, pela sua empatia. Desde o início a vi, como uma pessoa humanizada, capaz de se colocar sempre no lugar do outro, apesar do grande conhecimento que possui. Muito obrigada.

RESUMO

PIRES, P. F. F. **Políticas públicas de apoio à agricultura familiar como estratégia de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão de escopo.** 2021. Tese - Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2021.

Introdução: a alimentação e nutrição constituem-se direitos humanos fundamentais, que devem ser garantidos pelo Estado por meio de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional com intuito de promover e proteger a saúde da população. Estudos evidenciam que as políticas públicas de apoio à agricultura familiar têm auxiliado na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, principalmente no que se refere ao papel da agricultura familiar na dimensão da produção e disponibilidade de alimentos. No entanto, é necessário levantar quais os mecanismos têm auxiliado nesse processo e quais os desafios para efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania Alimentar das nações por meio das políticas públicas existentes. **Objetivos:** caracterizar as políticas públicas de apoio à agricultura familiar que auxiliam na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. **Métodos:** a metodologia utilizada foi revisão de escopo e a metassíntese, segundo padrão do Instituto Joanna Briggs. A revisão sistemática exploratória foi realizada por dois revisores independentes em 16 bases de dados eletrônicas. Foram identificados 4638 documentos, sendo que 36 foram incluídos, analisados e sintetizados. A análise centrou-se no ano de publicação, idioma, localização geográfica, no tipo de política pública de apoio à AF, e na forma e mecanismos de promoção da SAN. **Resultados:** maior parte das pesquisas foram conduzidas nos países da América Latina e Caribe - ALC e na Europa (39% e 26% dos estudos, respectivamente) e as políticas que tiveram destaque foram: Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE e Política Agrícola Comum – PAC. Os estudos foram divididos em três categorias emergentes do material analisado: Estratégias de Governança; Participação Social e Promoção da SAN. Os resultados indicam uma predominância de pesquisas focadas em conceitos teóricos, relacionados à promoção da sustentabilidade, por outro lado poucos estudos indicam caminhos práticos a seguir mostrando uma lacuna na práxis para se chegar ao desenvolvimento rural sustentável e à promoção da SAN, mostrando a necessidade de maior vinculação das evidências com a tomada de decisão política e a incorporação do trabalho em redes intersetoriais com uma abordagem sistêmica e cooperativa. **Conclusões:** esta revisão fornece uma base para o desenvolvimento de caminhos para reconfiguração dos sistemas agroalimentares afim de que haja maior incentivo aos pequenos agricultores, com uma produção, distribuição e abastecimento de alimentos propícios à mitigar os danos ambientais, propiciar o comércio justo, bem como promover à SAN e à saúde única.

Descritores: Agricultura Familiar; Segurança Alimentar e Nutricional; Políticas Públicas; Revisão de escopo; Metassíntese.

ABSTRACT

PIRES, P. F. F. **Public policies to support family farming as a strategy to promote Food and Nutrition Security: a scoping review.** 2021. Thesis - School of Public Health of the University of São Paulo, São Paulo, 2021.

Introduction: food and nutrition are fundamental human rights, which must be guaranteed by the State through public policies of Food and Nutritional Security in order to promote and protect the health of the population. Studies show that public policies to support family farming have helped to promote Food and Nutritional Security, especially with regard to the role of family farming in the dimension of food production and availability. However, it is necessary to assess which mechanisms have helped in this process and what are the challenges for the realization of the Human Right to Adequate Food and the Food Sovereignty of nations through existing public policies. **Objectives:** to characterize public policies to support family farming that help promote food and nutrition security. **Methods:** the methodology used was scope review and meta-synthesis, according to the standard of the Joanna Briggs Institute. The systematic exploratory review was carried out by two independent reviewers in 16 electronic databases. 4638 documents were identified, of which 36 were included, analyzed and synthesized. The analysis focused on the year of publication, language, geographic location, the type of public policy to support PA, and the form and mechanisms for promoting SAN. **Results:** most of the research was conducted in the countries of Latin America and the Caribbean - LAC and in Europe (39% and 26% of the studies, respectively) and the policies that stood out were: Food Purchase Program - PAA, National Food Program School Feeding - PNAE and Common Agricultural Policy - PAC. The studies were divided into three categories emerging from the analyzed material: Governance Strategies; Social Participation and SAN Promotion. The results indicate a predominance of research focused on theoretical concepts, related to the promotion of sustainability, on the other hand, few studies indicate practical paths to follow showing a gap in the praxis to arrive at sustainable rural development and the promotion of SAN, showing the need for greater linkage of evidence with political decision-making and the incorporation of work in intersectoral networks with a systemic and cooperative approach. **Conclusions:** this review provides a basis for the development of ways to reconfigure agro-food systems so that there is greater incentive for small farmers, with a production, distribution and supply of food conducive to mitigating environmental damage, promoting fair trade, as well as promote SAN and one health.

Keywords: Family farming; Food and nutrition security; Public policy; Scopingreview; Meta-synthesis.

APRESENTAÇÃO

Antes de apresentar a tese, gostaria de apresentar-me e dizer como cheguei até aqui. Sou nutricionista, graduada em 2007 pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR. Logo em 2008 iniciei minha carreira profissional ao passar em um concurso público na minha cidade natal – Borrazópolis-PR. Como única profissional de nutrição na prefeitura tive a oportunidade de atuar em diversas áreas como na educação, saúde e assistência social, com programas e políticas públicas voltadas à saúde pública. No entanto, atuava mais diretamente com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Concomitantemente em 2009 houve a necessidade de participar da implementação do SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, quando tive aproximação com o tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) com o professor Doutor Julian Perez Cassarino, por meio das Oficinas de SAN, nos municípios do território do Vale do Ivaí.

A complexidade da SAN, surpreendeu-me pela conexão entre agricultura e nutrição, pois até então, nunca havia estabelecido essa conexão de forma tão coesa. Que a partir daí passou a fazer sentido pra mim. Foi o que instigou-me a estudar mais sobre o tema, buscando aprofundar os conhecimentos com o mestrado, podendo assim, integrar as práticas desenvolvidas no trabalho com a pesquisa. Ao longo do mestrado em SAN realizado na Universidade Federal do Paraná – UFPR , entre os anos de 2012 a 2014, orientei projetos de iniciação científica, pratiquei a docência, publiquei dois artigos e um capítulo de livro a convite da minha orientadora. Minha dissertação, cujo a temática teve enfoque na qualidade dos alimentos da agricultura familiar para promoção da SAN no ambiente escolar.

Posteriormente, em 2015, iniciei minhas atividades como docente na FAP - Faculdade de Apucarana, nessa época, meu objetivo principal era me preparar para o processo de seleção do doutorado. No entanto, devo acrescentar, que nesta oportunidade, fui atraída pela docência, lecionando até

hoje. Na FAP, sou responsável pelas disciplinas de Ética, Histórico e Legislação em Nutrição, Nutrição Materno Infantil, Nutrição em Saúde Pública, Educação Alimentar e Nutricional e Trabalho de Conclusão de Curso. Amo ser professora, porque aprendo mais do que ensino, sempre!

No início do ano de 2016 soube que havia passado na seletiva do doutorado na Faculdade de Saúde Pública – FSP e que seria “MÃE” ao mesmo tempo. Meu primeiro pensamento era desistir do sonho do doutorado para viver a maternidade na sua plenitude. No entanto, muitos me apoiaram e aconselharam a seguir em frente, principalmente minha família e minha orientadora, que foram atores de suma importância neste momento.

Acrescento que as Professoras Betzy e Dirce, ambas que eu havia acabado de conhecer, acolheram-me no programa de Nutrição em Saúde Pública e sugeriram uma pesquisa de Revisão Sistemática (RS), o que me caberia em meio aquele momento da maternidade. Dessa forma, poderia manter minhas atividades a distância, haja visto que resido no Paraná.

Eu nunca tinha ouvido falar nesta metodologia, o projeto proposto na seleção seria desenvolver uma pesquisa qualitativa, mas mergulhei neste novo universo da RS, cursei disciplinas e estabeleci parcerias muito importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

Uma grata surpresa foi conhecer a Mabel, pesquisadora da Fiocruz e bibliotecária, em uma das disciplinas cursadas na medicina preventiva, ela auxiliou na parte inicial da RS, com a definição dos termos e estratégias de busca. sua contribuição estendeu com sugestões sobre a exploração nas bases de dados e programas de gerenciamento de referências.

Tivemos ainda, uma parceria estabelecida com a Anabelle, uma colega do mestrado, doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, docente da UFPR na atualidade. Ela desenvolveu diversas RS por participar de um grupo de estudos sobre RS da UFSC, formamos uma dupla nas etapas subsequentes da RS.

Iniciei o Curso de Imersão do Instituto Joanna Brigs – JBI, na Escola de Enfermagem da USP, indicado pelo professor Ivan França, foi um divisor de águas para minha pesquisa, me fez despertar e ter alguns *Insights* que nos

ajudou na fase de extração e análise de dados. Fui aprendendo e descobrindo outras vertentes com o aprofundamento da RS, como a Revisão de Escopo, estabelecendo novas fontes de conhecimento, que antes não tinham sentido para mim.

Vale ressaltar, que nessa oportunidade de estudos, das disciplinas cursadas no doutorado, aproximei-me de teorias e bases filosóficas que contribuíram para construir a discussão dos resultados desta tese. Todas as disciplinas cursadas e os professores que conheci no doutorado, inspiraram-me e auxiliaram na construção da tese.

Ao longo do doutorado tive alguns percalços, que levaram-me a pensar em desistir, pois faltavam ânimo e forças para prosseguir. Um dos fatores que contribuíram para esse enfraquecimento, foi assistir, o desmonte da política de SAN e a extinção do Consea. Além disso, neste último ano com a chegada da pandemia da Covid-19, tudo se tornou mais difícil e incerto.

Certa vez, ouvi em uma palestra, uma frase marcante - “A viagem é mais importante que o destino”, percebo que fiz uma viagem durante o doutorado, esse processo me ensinou a ser forte e corajosa, fez-me crescer profissionalmente, pessoalmente e intelectualmente. Independentemente do resultado, já me sinto grata por ter vivenciado todo esse processo e por tanto aprendizado.

Compartilho aqui, uma frase que minha mãe sempre me diz “Quanto mais você estuda, mais precisa estudar”, vejo que a frase, apesar de simples, tem no seu bojo, elementos que comungam com grandes filósofos, como Sócrates, ao afirmar que: “Sei que nada sei”. No doutorado, ambas as frases começaram a fazer sentido pra mim, devido a metodologia utilizada, eu percebi que quanto mais eu garimpava por estudos, mais eu carecia de informações, chegando a conclusão que o conhecimento é infinito. Ao passo que pesquisava, um legado se aproximava. Fui desenvolvendo e crescendo neste processo de estudos, ao eliminar algumas incertezas, reconhecendo a minha ignorância, a minha vulnerabilidade e a imperfeição.

Enfim, vamos falar da pesquisa de doutorado intitulada “Políticas Públicas de Apoio à Agricultura Familiar, como estratégia de promoção da

Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão de escopo”. A mesma foi idealizada em conjunto pelas autoras: Patrícia F. F. Pires e Betzabeth Slater Villar. A pesquisa está estruturada em formato de tese, contendo as seções: Introdução; Objetivos; Metodologia; Resultados e discussão; e Considerações Finais que estão descritas a seguir.

A Introdução traz o tema central da pesquisa, abordando o conhecimento pesquisado e atualizado sobre a SAN e o DHAA, bem como as principais políticas públicas de apoio à AF no Brasil. Além disso, neste tópico é apresentado o problema que envolve essa temática e a justificativa da relevância desta pesquisa. Posteriormente, são apresentados os objetivos que estão em consonância com essa temática. No item Metodologia da tese estão descritas as etapas da revisão de escopo e da metassíntese.

No capítulo dos Resultados e Discussão estão caracterizadas as políticas públicas de apoio à AF, bem como são discutidas as categorias de análise. Nas Considerações Finais estão reunidos os principais achados relacionados à temática estudada e as limitações do estudo. Também são apontadas lacunas que proporcionam para a comunidade científica, um campo fértil para novas pesquisas. As referências e os anexos estão dispostos ao final da tese, bem como o Currículo Lattes (da pesquisadora e da orientadora). Os dados da tese foram sintetizados para produção do artigo científico a ser submetido à Revista Panamericana de la Salud.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AF,	Agricultura familiar
AIAF,	Ano Internacional da Agricultura Familiar
ALADI	Associação Latino-americana de Integração
ATERs	Institutos de Assistência Técnica e Extensão Rural
CAISAN,	Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CCAA,	Cadeias Curtas de Abastecimento alimentar
CEPAL,	Companhia de Desenvolvimento Econômico da América Latina
CONSEA,	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP,	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DHAA,	Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EMATER,	Instituto Paraense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO,	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNDE,	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FSP,	Faculdade de Saúde Pública
GEF	Green European Foundation
IAN,	Insegurança Alimentar e Nutricional
IBGE,	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPRI,	Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares

IICA,	Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
IPC-IG,	Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo
MAPA,	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDSA,	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MS,	Ministério da Saúde
ODS,	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS,	Organização Mundial da Saúde
ONU,	Organização das Nações Unidas
OPAS,	Organização Pan-americana da Saúde
PAA,	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Comum
PNAE,	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD,	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF,	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PPAAF,	Políticas Públicas de Apoio à Agricultura Familiar
REAF,	Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul
SAN,	Segurança Alimentar e Nutricional
SOBAL,	Soberania Alimentar
USP,	Universidade de São Paulo
WSP,	Centro de Excelência Contra a Fome

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Dimensões da SAN	24
Figura 2 -	Produção Agrícola per capita global	26
Figura 3 -	Dez qualidades da Agricultura Familiar	32
Figura 4 -	Ações comuns do PAA e PNAE	39
Figura 5 -	Inter-relação da ciência, política e negócios	43
Figura 6 -	Representação gráfica da Economia Donut	44
Figura 7 -	Categorias de Análise	56
Figura 8 -	Fluxograma de seleção dos estudos	58
Figura 9 -	Características dos “Sistemas Alimentares Comunitários”	64
Figura 10 -	Arena de relações na realização do DHAA e da SAN	75
Figura 11 -	Estrutura de inter-relações entre as PPAAF, o sistema agroalimentar, a SAN e a Saúde Única.	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Denominação e critérios de identificação da “agricultura familiar” dos países da América Latina.	29
Quadro 2 -	Políticas Agrárias por país da América Latina.	38
Quadro 3 -	Delimitação dos descritores a partir dos termos de buscas	52
Quadro 4 -	Caracterização das bases de dados selecionadas para estudo.	53
Quadro 5 -	Diferença na estrutura dos Mercados Agrícolas	71
Quadro 6 -	Sistematização dos achados por categoria de análise	82

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	21
1.1.	Segurança alimentar e nutricional	22
1.2.	Agricultura familiar	28
1.3.	Políticas públicas de apoio à agricultura familiar no Brasil e ALC	36
2.	OBJETIVOS	48
3.	MÉTODOLOGIA	48
3.1.	Identificação do tema e formulação da questão de pesquisa	50
3.2.	Definição das fontes de buscas de dados	51
3.3.	CrITÉrios de inclusão e exclusão	54
3.4.	Seleo dos estudos	55
3.5.	Extrao e análise de dados	55
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	57
4.1.	Caracterizao dos estudos e políticas públicas identificadas	57
4.2.	Caminhos para realizao do DHAA	66
4.3.	Estratégias de Governança	69
4.4.	Participao Social	73
4.5.	Promoo da Segurança Alimentar e Nutricional	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
6.	REFERÊNCIAS	89

7. APÊNDICES E ANEXOS	105
Apêndice 1 – Protocolo Revisão de Escopo para JBI	106
Apêndice 2 – Estratégias de busca e resultados	113
Apêndice 3 – Instrumento de Extração de dados	117
Anexo 1 – Currículo Lattes da Aluna	118
Anexo 2 – Currículo Lattes da Orientadora	119

1. INTRODUÇÃO

A alimentação e nutrição constituem-se direitos humanos fundamentais garantidos na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, sendo destacados como requisitos básicos, para a promoção e a proteção da saúde na *Declaração de Adelaide*¹, (BRASIL, 2002; VALENTE, 2002; FERREIRA, MAGALHÃES, 2007). Em 2010, no Brasil, o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHAA)² foi reconhecido como direito social do cidadão, por meio de ampla mobilização popular, governamental e parlamentar, culminando na aprovação da Emenda Constitucional nº 64/2010 (RIGON, BÓGUS, 2016).

Sabemos que as mudanças históricas alteraram o padrão alimentar, o perfil nutricional e epidemiológico da população em geral. Estas alterações são caracterizadas pela manutenção das deficiências nutricionais e pela emergência das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), tais como: obesidade, diabetes, dislipidemias, hipertensão e certos tipos de câncer (MINAYO, 2013). Essa dupla carga de problemas nutricionais - a obesidade e as DCNT - aliadas ao problema da fome³, revelam a existência de um complexo quadro de Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN), impactando na qualidade, na expectativa de vida e na saúde das coletividades em nível mundial (RIGON, BÓGUS, 2016).

Vale ressaltar a importância de uma ação conjunta entre governo e sociedade para enfrentamento desses problemas, com intuito de proteger contra a violação do DHAA e promover a saúde da população. Para tanto, as ações do governo no setor de alimentação e nutrição devem, estruturar-se no contexto das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (VALENTE, 2002; BRASIL, 2002; FERREIRA, MAGALHÃES, 2007).

¹ Documento produzido na II Conferência Internacional de Promoção da Saúde realizada em 1988 na Austrália, que destacou a importância das políticas públicas voltadas para a saúde com o tema central "Promoção da Saúde e Políticas Públicas Saudáveis".

² A sigla DHAA antes utilizada para se referir ao termo Direito Humano à Alimentação Adequada deve ser substituída segundo Valente et al. (2016) para se referir à expressão Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas para ressaltar a importância da dimensão nutricional, bem como o direito das mulheres e a soberania alimentar na compreensão e realização deste direito.

³ De acordo com o Relatório Mundial sobre a Fome da FAO, a cada 3,5 segundos uma pessoa morre de fome no mundo, isso se dá pela falta de acesso à comida, causada principalmente pela pobreza (FAO, 2012).

1.1. Segurança Alimentar e Nutricional

A SAN consiste:

Na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, cultural, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

O conceito de SAN está em processo de construção, haja vista que tal processo, decorre de uma transformação, conforme a história da humanidade avança e a sociedade se modifica (BURITY et al., 2010). A maior abrangência deste conceito se dá, a partir da década de 90, pois anteriormente, o mesmo era relacionado à segurança alimentar nacional, com objetivo singular de aumento da produção de alimentos para o abastecimento do país no período pós-guerra. Posteriormente foram se incorporando novos conceitos, como de acesso a alimentos, qualidade sanitária, biológica e nutricional, bem como os aspectos sociais, culturais e econômicos. Destarte, a preocupação com o meio ambiente trouxe a noção de sustentabilidade, apontando a necessidade de reestruturação do modelo atual de produção, de abastecimento, da distribuição e comércio de alimentos (SILVA, 2006).

Este avanço no conceito conferiu uma abordagem intersetorial à SAN, com o objetivo de melhorar a eficiência, a efetividade e a eficácia da gestão pública. Dessa forma, o movimento foi ampliando na articulação aumentando o debate entre os diversos setores/áreas na gestão pública. Sinalizando a importância de praticar a equidade, evitar duplicidade de ações e buscar integrações orçamentárias para políticas públicas prioritárias (AKERMAN et al., 2014).

Destacamos dentre os princípios de SAN⁴, a intersetorialidade. Apesar da interdependência entre a alimentação, nutrição e saúde, percebemos que há uma dificuldade de articulação entre o setor da saúde e os demais setores de governança, no que se diz respeito à formulação de políticas públicas e a prática de trabalho. Existe a necessidade de reforçar o fato de que a promoção da qualidade

⁴ São princípios da política de SAN no Brasil: Intersetorialidade; Ações conjuntas entre Estado e sociedade; Equidade, superando as desigualdades econômicas, sociais, de gênero e étnicas; Articulação entre orçamento e gestão; Abrangência e articulação entre ações estruturantes e medidas emergenciais (CONSEA, 2004).

de vida e da saúde, devem ser vistas como responsabilidade e prioridade em todos os setores. Promovendo assim, a solução dos problemas do processo saúde-doença e a transcendência da SAN do setor da saúde. Vale destacar que a OMS, na sua 8ª Conferência Mundial de Promoção da Saúde,⁵ ao convocar os governantes para adotar nova formulação e implementação das políticas públicas, desperta um olhar diferenciado de jeito de governança, com o seguinte lema: “Saúde em todas as Políticas” (ALVES, JAIME, 2014; AKERMAN et al., 2014). O tema proposto nesse encontro traz à tona, problemas enraizados nos setores.

No Brasil, houve um processo de interlocução entre a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e a Política Nacional de SAN (PNSAN), no sentido de desenvolver ações comuns entre os programas do setor da saúde e demais setores dos diversos níveis federativos (ALVES, JAIME, 2014).

A PNSAN, de cunho intersetorial, foi marcada por vários desdobramentos históricos, caracterizados pela forte participação social dos movimentos populares e políticos, que culminaram na sanção da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, denominada Lei Orgânica de SAN (LOSAN), pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Devemos ressaltar que compõem a Política Nacional de SAN e o SISAN: as Câmaras Intersetoriais de SAN (CAISANs), os Conselhos de SAN (CONSEAs)⁶, as Conferências de SAN (CNSANs) e os Planos de SAN (PLANSANs) (BURLANDY, 2009; CONSEA, 2010; RIGON, BÓGUS, 2016).

Sinalizamos que estes dispositivos devem estar presentes nos três níveis de governo, sendo espaços de importante integração e diálogo entre governo e sociedade civil organizada. Tem por objetivos: implementar a política e o plano de SAN; promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da SAN no país; combater a InSAN; e promover a saúde. Ambos são caminhos voltados para uma

⁵Realizada em Helsinque na Finlândia em junho de 2013, em que advogou uma abordagem integral de todo o governo na avaliação de impacto das distintas políticas públicas sobre a saúde da população.

⁶ A criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) aconteceu em maio de 1993, por uma proposta encaminhada pela sociedade civil ao então presidente Itamar Franco, o Plano de Combate à Fome e à Miséria. Depois disso o CONSEA foi extinto em janeiro de 1995 pelo governo Fernando Henrique Cardoso e foi reativado em 2003, no governo Lula. Por meio da Medida provisória nº 870, o CONSEA foi novamente extinto, pelo atual presidente Jair Bolsonaro. Durante a II Conferência Nacional de SAN, realizada em março de 2004 em Olinda-PE, com o tema “A construção da Política Nacional de SAN”, onde foi incorporado o termo “Nutricional” à expressão Segurança Alimentar, que passa então a ser utilizada como “Segurança Alimentar e Nutricional” ou SAN. No entanto, a sigla do conselho nacional e demais esferas de governo utilizam a sigla CONSEA e não CONSAN para se referir aos conselhos de SAN.

atenção constante à necessidade de mudanças na organização dos setores, sejam elas intrasetoriais ou intersetoriais (BURLANDY, 2009; CONSEA, 2010; RIGON, BÓGUS, 2016).

A amplitude e complexidade do conceito de SAN exige um enfoque holístico e confirma o desafio para a mensuração e o monitoramento de SAN, seja na esfera global, nacional, regional, local, domiciliar e/ou individual. A SAN é classificada em quatro dimensões (Figura 1), tais dimensões são propostas pela FAO e reconhecidas internacionalmente (FAO, 2014a).

Figura 1 – Quatro dimensões de SAN



Fonte: FAO, 2014a.

Ao analisarmos tais dimensões, percebemos que seja necessário garantir primeiro a **disponibilidade** de alimentos suficientes para toda a população. Embora saibamos que essa dimensão envolve questões de produção, abastecimento, comercialização e distribuição de alimentos. Na dimensão de **acesso**, evidenciam-se dois pontos, o acesso físico e financeiro dos alimentos. O acesso físico envolve questões como variedade de culturas alimentares disponíveis e distância entre o domicílio e pontos de comercialização disponíveis no território. Enquanto o acesso financeiro circundam os preços dos alimentos e a renda disponível para se investir na alimentação, levando em consideração a distribuição da renda para suprir outras necessidades básicas.

A terceira dimensão, de **utilização** dos alimentos, não se refere apenas à utilização biológica ou a biodisponibilidade dos nutrientes, mas todas as

transformações e processamentos que os alimentos sofrem, podendo interferir na garantia da segurança física, química e microbiológica. Envolvem ainda, outras questões, como o estado de saúde e as condições do meio em que vive o indivíduo, a família e a comunidade.

Vale destacar a importância de ações estratégicas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para públicos alvo, sejam eles profissionais, produtores ou consumidores (FAO, 2014a). Dessa forma, reconhece-se neste conceito, o papel social da alimentação, do marketing e da regulamentação de alimentos. Sendo assim, há interferências quanto ao acesso à serviços de saúde e educação que podem levar o conhecimento sobre a ação e a biodisponibilidade dos nutrientes. Isso ocorre em todos os ciclos da vida, seja para o organismo sadio ou enfermo.

Por fim, a última dimensão diz respeito a **estabilidade**, elemento temporal das três dimensões anteriores, sinalizando que os problemas relacionados à disponibilidade, acesso e utilização dos alimentos podem ser crônicos, sazonais ou transitórios. É importante diagnosticar esses problemas para que os governos, a sociedade, as famílias e os indivíduos possam definir ações e estratégias de enfrentamento (FAO, 2014a).

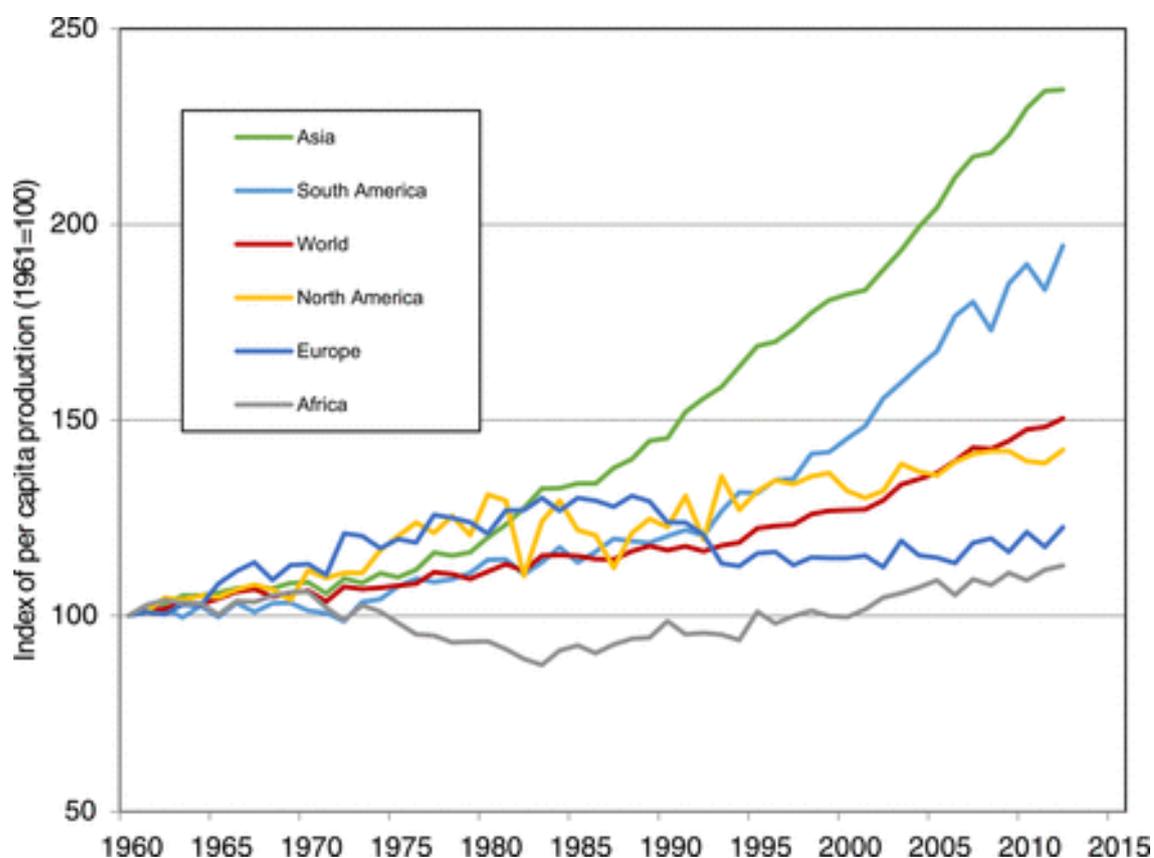
Vale mencionar, que dentre as quatro dimensões apontadas pela FAO existe uma lacuna, quando comparada à conceituação de SAN adotada no Brasil, que tem maior ênfase na qualidade cultural e ambiental, bem como na valorização da identidade e sustentabilidade da alimentação. Seguindo esse foco, evidencia-se a importância do alimento para a SOBAL, as tradições culturais são tidas como patrimônio cultural do país de capital humano e social.

Destacamos que há documentos importantes produzidos no Brasil e de relevância internacional, que comungam e dialogam com as diretrizes previstas na PNAN e PNSAN e também com as dimensões de SAN do conceito brasileiro. Assim enunciam os documentos “Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para Políticas Públicas” de 2012, o “Guia Alimentar para população brasileira” de 2014 e o “Guia Alimentar para crianças menores de 2 anos” de 2019. Nessa perspectiva, nota-se a valorização destes aspectos da alimentação que contribuem para o diálogo das políticas podendo auxiliar na formação de hábitos alimentares saudáveis e na promoção da alimentação adequada e saudável.

Neste estudo, iremos focalizar mais detalhadamente a dimensão de produção e disponibilidade de alimentos. Segundo Pretty (2018) em meados do século XX aconteceu uma grande transformação agrícola, conhecida como “Revolução Verde”. Pontuamos que esse processo foi caracterizado pela mecanização, inovação tecnológica, novas variedades de culturas modificadas geneticamente, aumento do uso de fertilizantes, pesticidas e manufaturados. O que levou a um crescimento acentuado na produção de alimentos em todo o mundo (Figura 2).

No entanto, esse período de intensificação agrícola foi acompanhado por danos consideráveis ao meio ambiente. Isso impôs custos às economias, a autonomia dos consumidores. Tornando assim, os sistemas agrícolas menos eficientes, degradando bens e serviços do ecossistema (Pretty 2018).

Figura 2 – Produção agrícola per capita global



Fonte: Pretty, 2018.

Autores como Burity (2010) e Pretty (2018) entendem que, este modelo de produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos, baseiam-se na monocultura, no agronegócio, no uso de agrotóxicos e na liberação dos transgênicos. Destacam ainda, a interferência em aspectos sociais ligados ao êxodo rural, nas mudanças climáticas, na redução da diversidade e na segurança dos alimentos. Componentes que geram inúmeras violações ao DHAA e à Soberania Alimentar e Nutricional (SOBAL) dos povos (BURITY, 2010, PRETTY, 2018).

A SOBAL foi definida pela Via Campesina (2013) como:

“o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, no qual a mulher desempenha papel fundamental”.

Diante do exposto surge a proposta de reforma agrária e de reorganização do sistema agroalimentar, demarcando entre os governos (federais, estaduais e municipais) regras que vão desde o respeito mútuo entre eles para exercer a SOBAL (LEÃO E MALUF, 2012, Pretty 2018). Segundo Ploeg (2013) a eficácia disso se dará, na medida em que os mesmos criarem independência das grandes corporações do sistema agroalimentar. Situação que levará ao desenvolvimento na capacidade de produzir de modo sustentável, atendendo dessa forma, as necessidades da sociedade.

Neste sentido, destaca-se o papel da agricultura familiar (AF) para promoção da SAN, no qual será contextualizado a seguir, que está condicionada como vimos a estes dois princípios - do DHAA e da SOBAL (BURITY, 2010).

1.2. Agricultura Familiar

É importante que possamos refletir acerca das afirmações apontadas por Sabourin et al. (2015), no que diz respeito à definição da categoria "agricultura familiar", que advém de uma construção histórica, social, política e cultural. Os autores sinalizam que esse processo social de transformações, foram influenciados a partir, de diferentes contextos e processos, tanto no campo econômico e social, bem como nas políticas públicas. De uma forma geral a AF pode ser definida como unidades agropecuárias com gestão e operacionalização familiar, que utilizam mão de obra majoritária da família, atendendo suas demandas e com os excedentes, abastecem o mercado local em pequena escala (DENARDI, 2001; SABOURIN, 2015).

Esses dois critérios evidenciados acima são fundamentais para definir a categoria da AF, principalmente no que se refere à mão de obra, pois a gestão e a operacionalização familiar são vistas tanto em propriedades de grande, médio e pequeno porte. No entanto, sabemos que AF utiliza principalmente a mão de obra familiar. Nas grandes fazendas a mão de obra é majoritariamente assalariada, enquanto em propriedades de porte menor (pequeno e médio), a mão de obra é predominantemente familiar. Portanto, o tamanho do estabelecimento rural, a intensidade e aplicação do capital gerado é que na realidade categorizam o tipo de agricultura no mundo (FAO, 2014b).

A FAO (2014), propôs uma definição oficial para AF:

“A Agricultura Familiar (que inclui todas as atividades agrícolas desempenhadas pela família) é um meio de organização da produção agrícola, silvícola, das pescarias, pastoral e aquícola, que é gerida e operada por uma família e cuja mão-de-obra é predominantemente familiar, incluindo tanto as mulheres quanto a de homens. A família e o estabelecimento estão interligados, co-evoluem e combinam funções econômicas, sociais e culturais” (FAO, 2014b).

Ademais a essa definição, o Quadro 1 traz as diferentes denominações e critérios de identificação do “agricultor familiar”, que são utilizadas em alguns países da América Latina.

Quadro 1 – Denominação e critérios de identificação da “agricultura familiar” de alguns países da América Latina.

Países	Denominación	Superficie y capital	Trabajo	Gestión o actividad	Renta	Residencia
Argentina	Pequeño Productor Agropecuario	Límite superior por región	Sin asalariado permanente	Trabajo directo en la finca	Nada dice	Nada dice
Brasil	Agricultor Familiar	Hasta 4 módulos fiscales	Hasta 1 o 2 salariado) permanentes	Gestión familiar	80% y luego 70% de renta familiar de la finca	Residir en la finca o cerca de ella)
Chile	Agricultor familiar campesino	Hasta 12 ha de riego básico y activos < 96000 USD	Familiares trabajan directamente la tierra	Trabajar directamente en la finca	Renta principal de la unidad agrícola	Nada dice
Colombia	Unidad Agrícola Familiar- UAF	UAF con patrimonio familiar	Familiar y con derecho a empleados externos	agropecuaria, acuícola y forestal	Sin limite	Nada dice
Paraguay	Agricultura Familiar Campesina	Sin ningún limite	Familiar y hasta con 20 trabajadores temporales	Gestión por la familia	Sin limite	En la propia unidad familiar o en comunidades cercanas
Uruguay	Productor Familiar	Hasta 500 ha (índice 100 Coneat)	Familiar y hasta 2 salarios permanentes o 500 jornadas/año	Gestión familiar o jefe de familia	Renta principal de la finca o jornada laboral en fincas	Hasta 50km de la finca

Fonte: Sabourin, E.; Samper, M.; Sotomayor, O. (2015).

Dentre as características da AF, destaca-se a estabilidade e a resiliência. Segundo Baiardi & Alencar (2015) a estabilidade está relacionada à decisão do produtor de permanecer na atividade agrícola, por razões afetivas e/ou culturais em detrimento às razões econômicas. E a resiliência refere-se à capacidade de superar as suas vulnerabilidades frente às conjunturas que apresentam maior porte, ou seja, as grandes corporações do agronegócio.

A categoria da AF tem natureza economicamente heterogênea, que geralmente não possui ativos significativos, como gado e máquinas, esses recursos agregam maior rentabilidade aos agricultores. Além disso, os agricultores familiares têm acesso limitado à terra, a insumos e recursos financeiros, para transformar suas propriedades em agronegócios maiores (ADENLE, WEDIG E AZADI, 2019).

Observa-se que na atualidade, na atividade agrícola, são mantidos fatores afetivos, espirituais e culturais. Para os agricultores familiares, tais fatores se sobrepõem aos fatores econômicos e de acumulação de capital (CHAYANOV, 1974). Dessa forma, conforme vimos anteriormente, tais argumentos consolidam há

mais de 10 mil anos, em relação aos camponeses⁷. O que Baiardi e Alencar (2015) denominam de resiliência da AF.

Vale mencionar, que a AF destaca-se na ALC, por sua integração com a natureza e suas dificuldades em lidar com determinados avanços tecnológicos. Elementos que levam estudiosos a pesquisarem profundamente sobre a AF, que estão diretamente ligados, à conjuntura que interferem na sua funcionalidade à acumulação de capital; sua capacidade de diferenciar-se e se converter em empresa (BAIARDI, ALENCAR, 2015). Visionário

Raymond Williams (2011) em seu livro “O campo e a cidade” identifica essas características como “*estruturas/redes de sentimentos*” sinalizando que esses aspectos ao longo do tempo, influenciam o povo do campo, em particular os camponeses e os agricultores familiares, tanto na sua estabilidade, como na tomada de decisão em se manter nas atividades agrícolas.

Independente do grau de integração aos mercados, o fato é que a AF ainda apresenta dificuldades frente aos desafios de competitividade com o agronegócio, como a falta de financiamento, assistência técnica e infraestrutura nas propriedades rurais familiares (TOMASETTO *et al.*,2009). No entanto, segundo Ploeg (2013) a AF tem potencial para desempenhar um importante papel na produção de alimentos e na sustentabilidade, desde que deixem de ser negligenciados, pois esta categoria tem as melhores ferramentas para caminhar rumo a SOBAL.

Na América Latina, a produção agropecuária da AF tem mostrado sua relevância, totalizando cerca de 17 milhões de unidades familiares, isso representa 75% do total das unidades produtivas nessa região, podendo chegar a 90% em alguns países (SABOURIN, 2015). No Brasil, a AF é responsável por mais de 70% da produção de alimentos para consumo interno, além de ser a base econômica de cerca de 90% dos municípios do país (TOMASETTO *et al.*,2009).

Hoffmann (2014) contesta a afirmação de que 70% dos alimentos produzidos no Brasil são da AF e se destinam para consumo dos brasileiros, alegando que essa informação é falsa, não tendo nenhuma base científica. O autor sugere que a produção da AF corresponde a menos de 25% do total das despesas

⁷O que difere os camponeses dos agricultores familiares é o grau de integração aos mercados, sendo assim, os agricultores familiares apresentam características dos camponeses, mas apresentam uma maior integração ao mercado (CHAYANOV, 1974).

das famílias brasileiras, conforme evidenciam os dados do Censo Agropecuário 2006 e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Vale destacar, a dificuldade de mensurar o percentual de consumo de alimentos proveniente especificamente da AF pela população. Para tanto, seria necessário uma análise aprofundada não apenas da produção, mas também da disponibilidade, do abastecimento e dos canais de comercialização de todos os outros alimentos produzidos no país. Além disso, há de se considerar a origem e uso dos alimentos como matéria-prima, as importações e exportações de alimentos. Hoffman (2014) conclui que o reconhecimento da importância da agricultura familiar no Brasil não precisa se dar, a partir de dados fictícios. A AF contribui basicamente na produção de alimentos *in natura*, culturalmente apreciados e aceitos pela população brasileira, como é o caso da mandioca, do feijão e dos hortifrutigranjeiros. Este fato mostra a relevância da AF para promoção da SOBAL e da SAN, em especial na dimensão de produção e disponibilidade de alimentos saudáveis.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE o valor anual de produção da AF é de 107 bilhões de reais, que equivale a 23% de toda a produção agropecuária no Brasil, confirmando a hipótese de Hoffmann (2014). Dos 579,5 mil estabelecimentos organizados em associação ou cooperativas, 71,2% são do tipo AF. Houve um aumento de 67,3% das associações e cooperativas, em relação ao censo anterior (2006) (IBGE, 2017). Em partes, isso se deve ao fortalecimento da AF e incentivo à organização dos agricultores familiares frente às novas PPAAF com abertura de novos mercados institucionais do PAA e PNAE, programas que incentivam o associativismo e o cooperativismo.

Além disso, a AF vem se fortalecendo na construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com práticas de produção consideradas mais justas do ponto de vista econômico, social, cultural e ambiental contribuindo com a promoção da saúde. Isso tem colaborado para o aumento da visibilidade, possibilitando a criação de políticas públicas que apoiam a AF (DENARDI, 2001; CAPORAL et al. 2009; AZEVEDO, PELICIONE, 2011; SANTOS, 2009; SANTOS, MITJA, 2012; SABOURIN et al. 2015).

No entanto existe um paradoxo, apesar da AF ser responsável por boa parte da produção de alimentos, também é a população que apresenta maior Insegurança

Alimentar na área rural. Embora a AF contribua de maneira significativa para o desenvolvimento sustentável, está entre os grupos mais vulneráveis em relação às mudanças climáticas, a perda da biodiversidade e a degradação ambiental (IPC-IG, 2015; PATRIOTA et al., 2015).

A agricultura familiar não se define somente pelo tamanho do estabelecimento, mas sim, pela forma com que os produtores cultivam alimentos e vivem no campo. É por isso, que a agricultura familiar é também considerada uma forma de vida (PLOEG, 2014). Neste sentido, Ploeg (2014) ressalta na (Figura 3) dez qualidades da agricultura familiar.

Figura 3 – Dez qualidades da Agricultura Familiar



Fonte: Ploeg (2014)

Em relação ao reconhecimento das contribuições da AF para o desenvolvimento sustentável. Dois eventos importantes e recentes têm dado

destaque ao importante papel da AF para o combate da InSAN e garantia do DHAA e da SOBAL (IPC-IG, 2015; PATRIOTA et al., 2015).

Em 2012 na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) – Rio+20, três dimensões foram definidas para o desenvolvimento sustentável, sendo elas: econômica, social e ambiental. Vale ressaltar que a AF está fortemente relacionada a essas dimensões, desempenhando um papel crucial para cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁸.

Comungam desses ideais, especialmente o 2º ODS, cujo objetivo é acabar com a fome, alcançar a SAN e promover a agricultura sustentável. Sinalizamos que a meta 2.3 preconiza: dobrar a produtividade agrícola e a renda dos produtores de alimentos em pequena escala, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores. Inclusive por meio de acesso seguro e equitativo à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola até 2030. No entanto, alcançar com sucesso esse objetivo e metas dependem do desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e sensíveis à nutrição (FAO & OPAS, 2017).

O ano de 2014 foi particularmente dedicado à AF, sendo eleita pela Organização das Nações Unidas (ONU) como tema para comemorar o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF). Nesse processo, percebemos que o objetivo estava voltado em dar maior visibilidade às questões da AF, conseqüentemente dos pequenos agricultores e empreendedores rurais. Assim, buscou-se chamar à atenção mundial para o importante papel desenvolvido pela AF na produção de alimentos, na erradicação da fome/pobreza, e na promoção da SAN. Destacamos que tais propostas ganham maior espaço nas políticas públicas de

⁸ Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um apelo universal da Organização das Nações Unidas (ONU) à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade. Apesar de termos destacado o ODS 2 como mais intimamente ligado à AF, vale ressaltar que todos os 17 ODS apresentam alguma relação com a AF, sendo eles: 1 (Erradicação da pobreza); 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável); 3 (Boa saúde e bem-estar); 4 (Educação de Qualidade); 5 (Igualdade de gênero); 6 (Água limpa e saneamento); 7 (Energia acessível e limpa); 8 (emprego digno e crescimento econômico); 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura); 10 (Redução das desigualdades); 11 (Cidades e comunidades sustentáveis); 12 (Consumo e produção responsáveis); 13 (Combate às alterações climáticas); 14 (Vida debaixo d'água); 15 (Vida sobre a terra); 16 (Paz, justiça e instituições fortes); e 17 (Parceria em prol das metas).

melhoria dos meios de subsistência dos agricultores familiares, bem como na gestão dos recursos naturais, na proteção do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável, particularmente nas áreas rurais (FAO, 2014).

Neste sentido, o objetivo do AIAF em 2014 foi de reposicionar a AF, colocando-a no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas nacionais. Assim seria possível identificar lacunas e oportunidades que promovessem uma mudança rumo a um desenvolvimento mais equitativo e equilibrado. O evento em questão ocasionou uma ampla discussão e cooperação em âmbito nacional, regional e global. Buscando fortalecer a conscientização e entendimento dos desafios que os pequenos agricultores enfrentam, de forma que possam identificar maneiras eficientes de apoiar os agricultores familiares (FAO, 2014).

Foi no ano de 2014, que houve um maior fomento para a discussão sobre a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável. Nesse evento, discutiu-se conjuntamente com a FAO, assuntos pertinentes da temática do Dia Mundial da Alimentação. Destacando, entre as ações necessárias para atingir o 2º ODS, a promoção do desenvolvimento sustentável, melhoria da produtividade e aumento da renda dos pequenos produtores de alimentos, resiliência do sistema de produção de alimentos e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos (FAO, 2017).

Assim, várias organizações, institutos e universidades, a exemplo da FAO, do Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI), da Rede Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina (Rede PP-AL), da Companhia de Desenvolvimento Econômico da América Latina (CEPAL) entre outras, têm se dedicado a desenvolver pesquisas com o objetivo de encontrar maneiras pelas quais os agricultores familiares possam preparar-se, adaptar-se e recuperar-se de uma série de desafios. Elencamos aqui alguns desafios que impactam na vida dos produtores: as mudanças climáticas, a volatilidade dos preços, à falta de posse de terras, acesso à água, acesso limitado ao financiamento e acesso a assistência técnica suficiente e especializada. Ao superar esses desafios, os pequenos agricultores passam da agricultura de subsistência para uma agricultura rentável, auxiliando efetivamente na promoção de SAN (FAO, 2017; IFPRI, 2017; REDE PP-AL, 2017; CEPAL, 2017).

Com efeito, os impactos positivos gerados pela AF, principalmente de base agroecológica e orgânica, vão além da produção de alimentos saudáveis e nutritivos à população, mas também incidem na macroeconomia e trazem efeitos muito abrangentes (IPC-IG, 2015; REDE PP-AL, 2017).

Vale ressaltar o papel essencial das políticas públicas de apoio à AF na consolidação de instrumentos e mecanismos que favoreçam a transição agroecológica. Apesar de a maioria das políticas voltadas a AF serem pouco denominadas como agroecológicas, elas apresentam características da agroecologia. Enfatizando, a pressão do movimento social, um contexto de enfrentamento às crises (política, ambiental e econômica) e iniciativas governamentais intersetoriais com ação local ou territorial que favorecem circuitos curtos de produção e comercialização de alimentos em pequena escala (REDE PP-AL, 2017).

Estudo recente desenvolvido pela Rede PP-AL sobre as políticas públicas de agroecologia a favor da AF na ALC sinaliza que são poucos os países desse território geográfico que possuem políticas integrais, intersetoriais e específicas para o desenvolvimento da agroecologia. Mas em todos os países estudados existem normas sobre qualificação e certificação de orgânicos, que são estendidas aos produtos agroecológicos (REDE PP-AL, 2017).

Neste sentido, as políticas públicas de apoio a AF auxiliam na disponibilidade de alimentos agroecológicos e orgânicos para os estudantes, como o PNAE que recomenda que sejam incluídos e priorizados os produtos orgânicos no planejamento dos cardápios da alimentação escolar (FNDE, 2009). Santos *et al.* (2014) e Castellani *et al.* (2017) avaliaram a inserção de alimentos orgânicos da agricultura familiar na alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina respectivamente. O percentual de aquisição de alimentos orgânicos variou de 20% a 48%. Os municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm) e com menor número de estudantes apresentaram maiores dificuldades para a aquisição de alimentos orgânicos.

Há necessidade da atuação intersetorial para desenvolver a produção orgânica, assim como estimular o consumo destes alimentos no ambiente escolar, visando impulsionar a aquisição de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos para o PNAE. O nutricionista responsável técnico pelo PNAE é um ator importante neste

processo já que ele realiza o mapeamento da produção local para aquisição dos alimentos da agricultura familiar, e deve priorizar os produtos agroecológicos e/ou orgânicos (FNDE, 2009).

Essas propostas de políticas favorecem a alimentação saudável e sustentável dialogando com as recomendações do Guia Alimentar da População Brasileira (BRASIL, 2014). Aqui, ela possui potencial de mudança de paradigmas em relação a novos padrões de Alimentação e Nutrição, contribuindo à Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e no enfrentamento do sobrepeso e obesidade.

1.3. Políticas Públicas de apoio à Agricultura Familiar no Brasil e ALC

Sabourin, Samper e Massardier (2015) ao questionarem o que é uma política pública, chegam à conclusão que existem muitas definições: Para Simeon (1976: 54), a política pública, é definida em, “o que os governos fazem e porque o fazem”; e também o que os governos “escolhem fazer ou não fazer”. Segundo Leslie Pal (1992:2) uma política pública “é uma série de ações ou inações que autoridades públicas escolhem adotar para regular ou responder a um problema ou um conjunto de problemas interligados”.

O termo “políticas públicas” refere-se às ações de responsabilidade predominantemente do Estado, mas de interesse de toda a sociedade (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2006). A partir da constituição da sociedade contemporânea, as políticas públicas permeiam três fios condutores: o direito, o poder e o conhecimento. Existe uma crítica em relação a centralização do direito e do poder no Estado, assim como a centralização do conhecimento na ciência (RIGON e BÓGUS, 2016). Neste sentido Burlandy (2009 e 2011) demonstra a partir dos seus estudos, o importante papel e o poder de mudança da sociedade civil, para construção de políticas públicas no campo da alimentação e nutrição no Brasil, em especial da política de SAN.

Ernest Feder e Josué de Castro, em meados do século XX, na América Latina, foram pioneiros na produção de estudos relevantes, principalmente no que

se refere respectivamente, à posse de terras e ao problema da fome. Suas discussões auxiliaram na criação e implantação de “políticas agrícolas”, reformas agrárias e trabalhistas para apoiar os agricultores familiares (BIARDI e ALENCAR, 2015; RIGON e BÓGUS, 2016).

Toda política pública, preconiza que suas ações sejam estruturadas em programas e ações estratégicas. Existem várias propostas e programas nos países latino-americanos (Quadro 2), com políticas específicas para AF. Sinalizamos que há mais de dez anos, nos países da Argentina, Brasil, Chile, Cuba e Uruguai, muitas ações nesse sentido são implementadas. Vale destacar, os casos de Cuba e do Brasil, contam com políticas de apoio à AF mais estruturadas, envolvendo um perímetro de intervenção (com uma definição de sua população alvo), com dispositivos para oferta de serviços (acesso à crédito, capacitação, assistência técnica, projetos participativos, etc.) e alocação de orçamentos públicos direcionados a AF (SABOURIN et al. 2015).

No Brasil, várias propostas e programas foram criados com o intuito de apoiar a AF e concomitantemente promover a SAN. Dentre esses, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses dois últimos conferem estímulo à inserção de alimentos provenientes da AF na alimentação escolar (AE) (CONSEA, 2010).

Historicamente, sabemos que os agricultores familiares enfrentam sérios problemas de falta de mercado para seus produtos, especialmente os alimentos. Essas propostas do PAA e PNAE visam investir na demanda das instituições públicas, garantindo o abastecimento de Centros Municipais de Educação Infantil - Cmeis, escolas, universidades, asilos, prisões, hospitais entre outras. Tais programas propõem-se a combater os efeitos dos modelos dominantes de abastecimento agroalimentar, dominados pelas longas cadeias do agronegócio e do mercado atacadista e varejista na distribuição de alimentos (COSTA; RIMKUS; REYDON, 2006; SABOURIN, 2007; PEREZ-CASSARINO, 2012).

Quadro 2 – Políticas agrárias por país da América Latina.

Países	Política agrícola generalista	Política específica para Agricultura Familiar	Políticas temáticas	
			Desarrollo Sostenible o Territorial Rural	Seguridad alimentaria o lucha contra la pobreza
Argentina*	SAGPyA, 1988 PROFEDER (INTA), 2003	SDRyAF en MINAGRI PROINDER, 2004 Registro Nac. AF, 2007	PROFEDER-INTA, 2003 PRODERI, 2012	PROHUERTA, 1990; PERMER y PROPASA, 1999; Monotributo Social AF, 2009 y ferias de la Agric. Familiar
Brasil*	MAARA, 1962-1998 MAPA, 1999	PRONAF, 1995 + DAP (Doc Apt. Pronaf), 1996 MDA, 1999	PRONAT, 2003 PTC, 2008	PNAE, 1983; Fome Zero, CONSEA & PAA (2003) PNAE AF, 2009
Chile*	MINAGRI, 1990	INDAP 2006 - Pol. Nac. Des. Rural, 2014-24	DTR Indígenas 2004, Pol. Nac. Des. Rural 2014-24	PRODESAL, 1995 PDTI, 2009
Colombia	INCODER y PRONATTA, 2003	PRAN, 2000 Progr. Agric. Familiar, 2014	DRE, 2007 DRET, 2012	Red Seg. Aliment. e RESA Alianzas Productivas, 2012
Costa Rica	Plan del sector agropecuario, 2010-2021	Plan Sectorial Agri. Familiar (2010-14)	PDR, 1997 Ley del INDER, 2012	Plan Nac. de Alimentos y CEPROMAS, 2008
Cuba*	Política del MINAGRI	Regulaciones fiscales p/ cooperativas campesinas	Cultivos s/condiciones + descentralización	Canasta básica otorgada a todo residente cubano
Ecuador	MAGAP/ Plan Agropecuario 2006-2017	PRONERI, 2007 ERAs Escuelas Rev Agri	Prolocal y Proder 2007 Plan Nacional del Buen Vivir, 2008	Ley Eco Pop. Solid., 2008 LORSA, Soberanía Alimentaria, 2012
México	Alianza Para el Campo	PROCAMPO/PROAGRO/ INDESOL, 1995	Ley de Desarrollo Rural Sustentable, 2001	PROGRESA/ Oportunidad PROMAF y Cruzada México Sin Hambre
Nicaragua	MAGFOR y Prorural, agro industria, 2005	Prorural Incluyente CRISSOL, 2007 Dir. AF/MEFCCA 2012	Proyectos pilotos locales con coop. internacional	Hambre Cero/Bono Product. Alimentar, 2007 Ley del MEFCCA, 2012
Perú	MINAGRI, Mi Riego	Agro Rural, 2008	Plan Estrat. Sectorial/ 2012/2016 y DTR.	MIDIS, Agroideas, Foncodes, 2011
Uruguay*	MGAP, Ley de Des. Rural, 2005	Dir. Des. Rural del MGAP 2008; Reg. Prod. Familiar, 2009	Ley de Ordenamiento Territorial, 2009	MEVIR (casas), 1967 Uruguay Rural, 2001

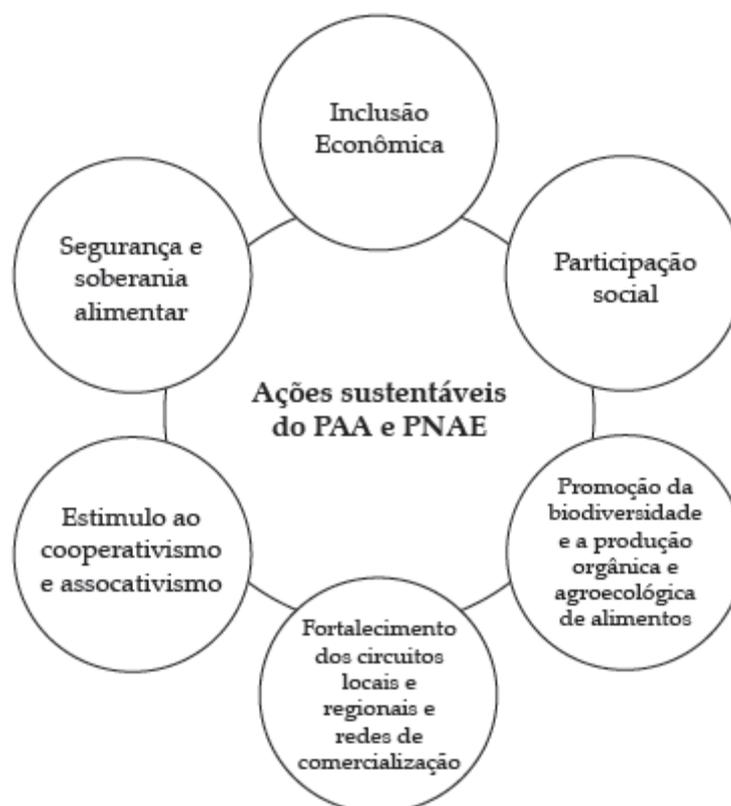
Fonte: Sabourin, E.; Samper, M.; Sotomayor, O. (2015).

Os alimentos da AF foram inicialmente introduzidos na AE por meio do PAA, criado em 2003 (BRASIL, 2014). Posteriormente, em junho de 2009, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) publicou a Lei de nº 11.947, que tornou obrigatória a destinação de no mínimo 30% dos recursos financeiros do PNAE para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF. Sendo assim,

observa-se uma fusão no recebimento dos produtos da AF advindos do PAA e PNAE no ambiente escolar (FNDE, 2009).

O encontro da AF com a AE é uma experiência exitosa em nível da ALC. Neste sentido, vários autores têm pesquisado sobre os benefícios, desafios e potencialidades desses programas no Brasil (WANDERLEY, 2003; COSTA, RIMKUS E REYDON, 2008; WILKINSON, 2008; TOMASETTO *et al.*, 2009; SANTOS, F.; TONEZER, C.; RAMBO, 2009; BEZERRA, 2010; GRISA *et al.* 2011; FORMIGA E ARAÚJO, 2011; PEREZ-CASSARINO, 2012; SANTOS E MITJA, 2012; TRICHES E SCHNEIDER, 2010 e 2012; TEO E MONTEIRO, 2012; SARAIVA ET AL., 2013). De acordo com Cunha *et al.* (2017) os agricultores familiares podem acessar simultaneamente os programas do PAA e PNAE. Ambos os programas apresentam ações comuns em prol da sustentabilidade (Figura 4).

Figura 4 – Ações comuns do PAA e PNAE.



Fonte: Cunha *et al.* 2017

Dentre os benefícios pontuados por esses autores, destacamos: a maior oferta de alimentos *in natura* como verduras e frutas, que certamente, vem favorecendo a formação de hábitos alimentares saudáveis; o acesso a alimentos mais diversificados e da cultura regional; uma forma de produção mais sustentável e diversificada, economicamente mais viável e menos devastadora para o meio ambiente; uma melhoria no desenvolvimento da economia local; fortalecimento das relações familiares; auxílio na contenção do êxodo rural; resgate do vínculo e confiança entre produtores e consumidores; desenvolvimento de habilidades de atores na articulação e solução de problemas comunitários; necessidade de maior interação entre os diversos setores, principalmente na tríade: agricultura, educação e saúde.

Com efeito, existem vários atores sociais de diversas esferas (estado, sociedade civil e mercado institucional) que atuam em diferentes escalas (local, municipal, regional, estadual, nacional) para propiciar o encontro da AF com a AE. Dentre os principais atores estão os agricultores familiares como fornecedores, os alunos como consumidores e os gestores dos programas.

Nesta direção, apresentamos outros atores e setores envolvidos como: as secretarias da educação, agricultura, desenvolvimento social e saúde; os coordenadores locais dos programas; os técnicos (nutricionistas, técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos, veterinários, técnicos da vigilância sanitária e os técnicos da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATERs). Certamente, identificamos também nesse universo de agentes mobilizadores, os diretores, professores e merendeiras das escolas; os líderes de associações e sindicatos rurais; e os membros de conselhos de controle social (Conselho de Alimentação Escolar – CAEs, Conselho de Desenvolvimento Rural – CMCDRs e CONSEAs); entre outros (COSTA, RIMKUS e REYDON, 2008; CONSEA, 2009; COSTA, 2010).

Triches e Schneider (2010) observaram um processo de "revitalização da alimentação escolar", trazendo novas perspectivas de mercado para a AF e fomentando práticas de produção consideradas mais saudáveis. Essas relações integram e vem melhorando o crescimento econômico, a justiça social, a conservação ambiental, aceitação de alimentos mais saudáveis pelos escolares, melhorando a saúde pública a nível local.

Segundo os autores supracitados uma produção mais saudável é aquela que “respeita a sazonalidade, a policultura, a proximidade, a confiança, os atributos sociais e ambientais da qualidade, o saber-fazer local, as relações interpessoais, que favorecem à SOBAL”. Desse modo, as discutem em detrimento do modelo de produção capitalista, que “valoriza a distância, a padronização, a durabilidade, a impessoalidade e subordina o tempo e o local à acumulação de capital”.

Os benefícios evidenciados pelos agricultores familiares foram: expansão da área de produção para atender a demanda dos contratos; aumento na utilização de tecnologias para condução das lavouras; introdução de novos cultivos; maior diversidade na produção; e aumento na renda média da família (COSTA, RIMKUS E REYDON, 2008; COSTA, 2010; TEO E MONTEIRO, 2012; SANTOS E MITJA 2012). Esse panorama contribui para a melhoria do desenvolvimento local, da economia, da valorização do trabalho, agregando maior valor aos produtos da AF.

As dificuldades encontradas em relação à inserção dos alimentos da AF na AE, estão relacionadas aos aspectos, em torno de encaminhamentos e implementações das políticas, devido aos processos burocráticos, fiscais, ambientais, estruturais, organizacionais e sanitários para a formalização de estabelecimentos e regulação dos produtos da AF (TRICHES E SCHNEIDER, 2012).

Segundo Grisa *et al.* (2011), os agricultores familiares não relatam dificuldades em relação às técnicas agropecuárias da produção, mas sim em organizar e planejar a produção, articulando com os atores envolvidos com a AE para atender aos padrões de qualidade exigidos pelos órgãos de fiscalização sanitária. Possivelmente, este processo seria facilitado se a assistência técnica estivesse vinculada aos programas (PAA e PNAE).

MARX (1978) já declarava que a dificuldade dos agricultores familiares em se organizar era um fator impeditivo para expansão de seus negócios e canais de comercialização:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. [...] Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade (MARX, 1978, p. 114-115).

Wilkinson (2008) complementa destacando os valores sociais e ambientais contidos nos produtos da AF que conferem a eles uma qualidade indiscutível e talvez por isso, que o acesso ao mercado institucional (PAA e do PNAE) por esses agricultores, tenham obtido êxito mesmo diante de tantos entraves enfrentados pelo caminho, no que se refere as dificuldades organizacionais e comerciais.

Considerando o contexto da pandemia da Covid19, situação vivenciada desde dezembro do ano de 2019 até o momento atual. É relevante apontar a necessidade de apoio à AF em situações como esta, pois interfere na produção e disponibilidade de alimentos, principalmente pelo aumento dos preços e dificuldades de abastecimento e comercialização. Grandes desafios foram postos, desde o início da pandemia, interferindo no acesso aos mercados institucionais, proporcionando uma crise alimentar, maiores perdas e desperdício de alimentos. Realidade que tem gerado um impacto socioeconômico negativo aos sistemas alimentares. No entanto, um ponto positivo da pandemia, está relacionado ao maior consumo de alimentos produzidos e comercializados localmente (PMA & FIDA, 2020).

Segundo Souza, Fornaizer e Delgrossi (2020) os sistemas agroalimentares locais passaram a ser visualizados como uma nova possibilidade na criação de mercados para a AF, fortalecendo a criação e ampliação de valor referente aos produtos por eles produzidos. Dessa forma, ampliou-se as relações de confiança entre produtores e consumidores, e a visibilidade do potencial da AF. Com efeito, melhorou principalmente a organização, a cooperação entre os agricultores familiares e a inovação de produtos agroindustriais, com abertura de novos canais de comercialização.

O conceito de sistemas agroalimentares locais integram temas relacionados com o desenvolvimento rural, a politização do consumo, a sustentabilidade, os nichos de mercado, a agroecologia, a valorização de territórios, e os programas institucionais sustentáveis. No entanto, apesar destes serem denominados como sistemas agroalimentares “locais”, não é a escala (local, regional ou global) que determina que o sistema seja mais ou menos sustentável e sim as práticas e relações sociais estabelecidas no mesmo.

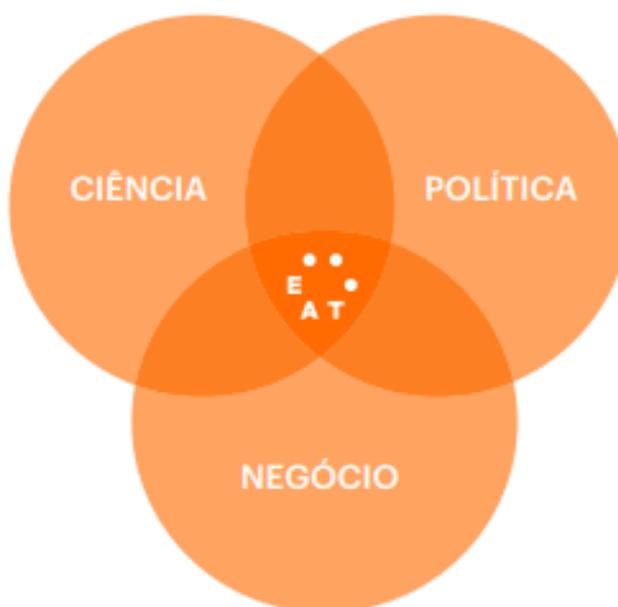
Neste sentido, destacamos 5 importantes estratégias apresentadas por meio de um estudo recente publicado “EAT-Lancet” para alcançar sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Na ordem estabelecida, a primeira estratégia refere-se a

procedimentos que visam fortalecer parcerias:

1. Procurar obter um compromisso internacional e nacional para mudar para dietas saudáveis;
2. Reorientar as prioridades agrícolas de produção de grandes quantidades de alimentos para produzir alimentos saudáveis;
3. Intensificar de maneira sustentável a produção de alimentos para aumentar a produção de alta qualidade;
4. Governança forte e coordenada da terra e dos oceanos;
5. Reduzir pelo menos pela metade as perdas e os desperdícios de alimentos, de acordo com os ODS da ONU.

Para tanto é necessário que haja uma transformação do sistema alimentar, que valorize a importância de se criar conexões e parcerias entre diversos setores, bem como, entre a ciência, a política, os negócios e a sociedade civil (Figura 5).

Figura 5 – Inter-relação da ciência, política e negócios.

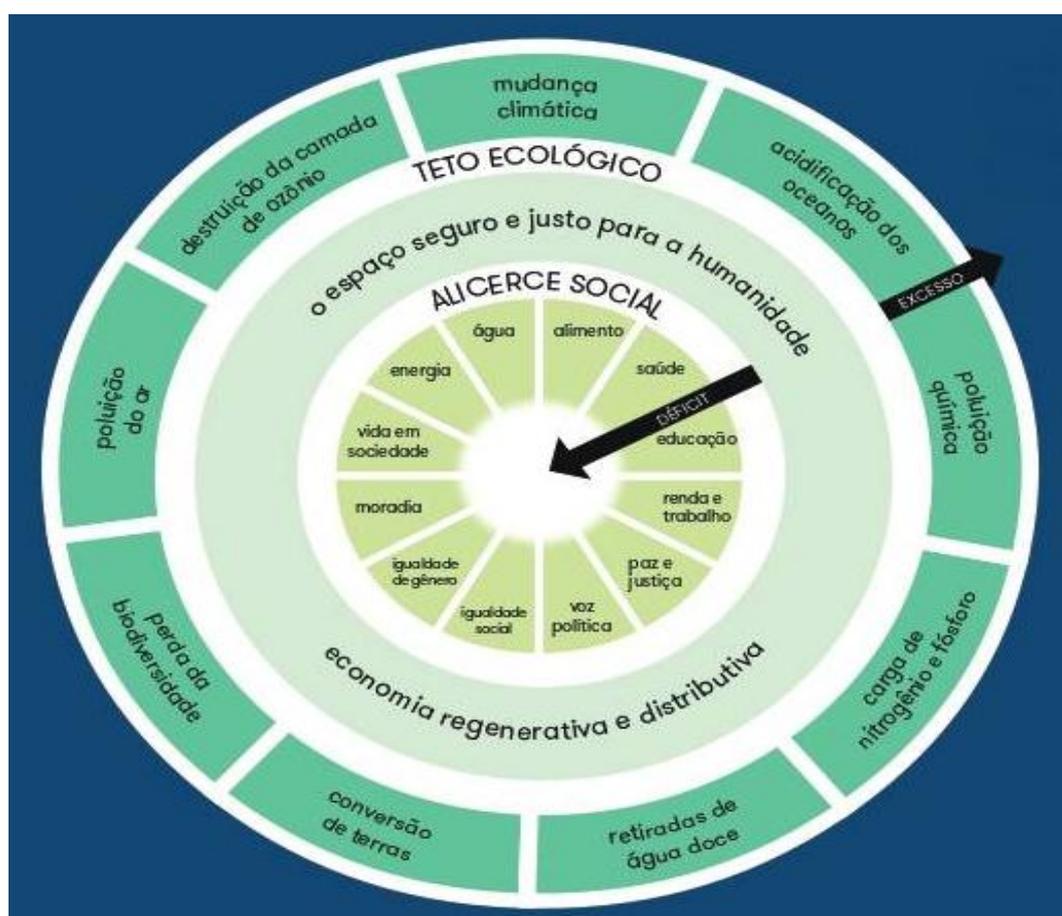


Fonte: EAT-Lancet, 2019.

Dessa forma, cria-se uma estrutura de interação dinâmica de três vias entre conhecimento, engajamento e ação. A geração de novos conhecimentos fornecem direção e uma base de evidências científicas para a mudança. Ao promover o envolvimento criativo com parceiros de negócios, políticas e ciências, amplifica-se as mensagens, estimulando a ação e promovendo mudanças de paradigmas. Parcerias inspiradas pelo engajamento e informadas pelo conhecimento possibilitam ações que levam às mudanças e impactos em escala (EAT-Lancet, 2019).

Nesta direção, a economista Kate Raworth propõe um novo modelo de economia que ela denomina de “Economia Donut” - representado pela Figura 6, onde percebemos que uma transformação da dinâmica da economia deve considerar os limites ambientais “Teto Ecológico” e o bem estar social “Alicerce Social”.

Figura 6 – Representação gráfica da Economia Donut



Fonte: Raworth, 2019.

Neste modelo de economia, os sistemas alimentares devem ser regenerativos e justos. Promovendo assim, apoio e estímulo aos mercados locais da AF de menor porte e escala frente ao agronegócio, garantindo mais interconexões e melhores oportunidades de distribuição de renda e justiça social além dos benefícios já mencionados no campo ambiental.

Kate Raworth pontua algumas características importantes que os governos e as organizações devem alinhar, para gerar maiores oportunidades de desenvolvimento de economias locais, e conseqüentemente para mercados locais da AF. Dentre elas estão o propósito da ação; a conexão entre as pessoas e setores envolvidos; as estratégias de governança; os recursos investidos; e o *ownership* que pode ser traduzido como “sentimento de dono”, “sentimento de posse” ou “propriedade”.

Dessa forma, espera-se que os produtores desenvolvam uma mentalidade positiva, acerca das suas ações e/ou participação nos programas. Essa positividade traz em seu bojo, que o melhor está por vir, de que todos podem prosperar e que o esforço empenhado em prol da ação faça sentido, ou ainda, pode ser entendido como a “paixão por fazer algo”. Certamente, tais condições podem levar os agricultores a compreenderem, que na medida que um negócio ou organização cresce e novos integrantes são incorporados, essa paixão diminui ou é dissipada e o objetivo/sentimento em prol da ação deixa de ser o propósito inicial e passa a ser o “lucro”.

Essa característica “*ownership*” é muito peculiar e pode estar relacionada com a resiliência e resistência da categoria da AF, em ampliar seus negócios familiares ou ainda o que alguns autores têm relacionado com a perda de valores dos produtos da AF. Isso pode acontecer quando eles se associam ou passam a ser cooperados. A perda do vínculo entre produtores e consumidores, ao longo dos anos, pode afetar a identidade dos alimentos artesanais e o pertencimento dos agricultores familiares. Parafraseando Kate, o pertencimento e identidade dos alimentos produzidos pela AF, podem se perder pela própria industrialização dos alimentos e pela falta de referência da origem dos alimentos pelos consumidores.

Os programas PAA e PNAE, no qual apresentam um melhor alinhamento destas características é um resgate de “*ownership*” ao aproximar atores sociais

(produtores e consumidores), ao executar políticas públicas e adotar formas estratégicas diferentes de gestão em prol de uma alimentação mais saudável e sustentável, promovendo dessa forma a SAN. Assim, lutar por objetivos comuns e bem estar social é o papel desenvolvido pelos mercados institucionais e pelos programas mencionados.

A realização desta pesquisa justifica-se pela relevância da SAN nas agendas das políticas públicas. A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou 2016-2025 a década de Ação da ONU sobre Nutrição, reconhecendo a necessidade de levantamento de evidências sobre políticas de alimentação e nutrição, destacando seis áreas principais:

- criar sistemas alimentares sustentáveis e resilientes para dietas saudáveis;
- fornecer proteção social e educação relacionada à nutrição para todos;
- alinhar os sistemas de saúde às necessidades nutricionais e fornecer cobertura universal de intervenções nutricionais essenciais;
- assegurar que as políticas de comércio e investimento melhoram a nutrição;
- construir ambientes seguros e de apoio para nutrição em todas as idades; e
- fortalecimento e promoção da governança e responsabilidade nutricional nas políticas públicas.

Portanto, propusemos neste trabalho conhecer e descrever as características das políticas públicas de apoio à AF que podem promover direta ou indiretamente a SAN da população. Além disso, é escassa a disponibilidade de revisões sistemáticas neste campo de estudo. Neste sentido, a Cochrane Library busca criar parcerias para ampliar as revisões sobre nutrição, pois as revisões nutricionais existentes representam 8% do total das revisões ativas publicadas no Cochrane Database of Systematic Reviews (CDSR), a maior parte delas na área clínica-médica (NAUDE et al., 2017).

A maior parte das políticas públicas e ações estratégicas no campo da alimentação e nutrição se enquadram em duas grandes categorias: específico da nutrição, abordando as causas imediatas para controle dos agravos nutricionais (por exemplo, suplementação e fortificação de nutrientes) e as políticas sensíveis à nutrição, abordando as causas subjacentes (por exemplo, programas agrícolas ou de proteção social e SAN).

Ao olharmos para a base de dados Cochrane e outras bases, como a eLENA - Biblioteca eletrônica de evidências para ações nutricionais da OMS e a GINA - base de dados global da OMS sobre a Implementação de Ação de Nutrição, observarmos o perfil das revisões sistemáticas existentes sobre nutrição, constatamos que a maioria das RS exploram assunto relacionados a intervenções nutricionais específicas com a temática da suplementação de nutrientes. Estas evidências podem contribuir para alguns problemas nutricionais de deficiência de micronutrientes. Não tirando o mérito, destas evidências, mas intervenções sensíveis à nutrição/alimentação podem ser mais, eficazes no combate a problemas nutricionais multifatoriais enraizados em questões sociais, econômicas e ambientais, a exemplo da desnutrição, da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis.

Nos últimos anos tem se destacado o papel e a importância dos estudos qualitativos, buscando relacionar o campo da saúde com o social e agrário, estreitando as relações humanas na busca dos porquês (entender os fenômenos) das evidências e da eficiência de determinados estudos. Por exemplo, a eficiência de uma política de apoio à agricultura familiar depende da compreensão, adesão, percepções, crenças e atitudes dos agricultores e gestores da política. Isso certamente demanda um amplo e profundo entendimento da população alvo e dos mecanismos pelos quais se pretende atingir os objetivos dessa política, o que certamente, auxiliaria em uma implantação e execução bem sucedida de políticas públicas.

Outro fato que justifica esta pesquisa é a escassez de RS que abordem o tema da promoção da SAN por meio das políticas públicas de apoio à AF. Nas principais bases de busca de RS, como a Cochrane e JBI, foram encontradas apenas três⁹ RS próximas à temática (HABY et al. 2016; LAWRENCE et al. 2016; ROBINSON, et al. 2019).

⁹ Revisões sistemáticas encontradas:

Haby MM, Chapman E, Clark R, Galvão LAC. Agriculture, food, and nutrition interventions that facilitate sustainable food production and impact health: an overview of systematic reviews. *Rev Panam Salud Publica*. 2016;40(1):48–56;

Lawrence, et al. 2016. A call to action to reshape evidence synthesis and use for nutrition policy. *Cochrane Database of Systematic Reviews* 2016.

Robinson JC, Lim CS, Hinton E, Pintado I, Gamble A, Compretta C, Ravola M. School-based obesity prevention programs in rural communities: a scoping review protocol. *JBI 2019 Database of Systematic Reviews and Implementation Reports*;

Esforços têm sido investidos para melhoria da SAN, principalmente ao que se refere à dimensão da produção e disponibilidade de alimentos por meio de políticas públicas de fortalecimento da AF. No entanto, existem lacunas a se preencher como: Quais são essas políticas? Quais são suas características? Elas são específicas de alguma região ou direcionadas para algum público? Quais são os principais impactos na melhoria da SAN da população? Um dos intuitos da pesquisa é preencher algumas destas lacunas neste campo de estudo.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Caracterizar as políticas públicas de apoio à agricultura familiar que auxiliam na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

2.2 Objetivos específicos

Identificar as políticas públicas de apoio a AF e descrever os impactos para promoção de SAN;

Mapear estudos e identificar lacunas nas pesquisas sobre políticas públicas de apoio a AF que auxiliam na promoção de SAN.

3. METODOLOGIA

Uma revisão do escopo foi realizada seguindo o padrão metodológico do Instituto Joanna Briggs (JBI) (Peters et al., 2020) e a metassíntese qualitativa (SANDELOWSKI, BARROSO, 2007).

A revisão de escopo se enquadra como uma metodologia recente de revisão e que engloba a revisão sistemática. Ela tem por objetivo mapear os principais conceitos de determinada área de conhecimento, examinar a extensão, alcance e natureza do fenômeno investigado, sumarizar, sintetizar e divulgar os dados da investigação. É indicada para temas muito abrangentes, dos quais ainda são escassas as revisões sistemáticas, assim como estudos na área da promoção da SAN e da saúde, para identificar as lacunas nas pesquisas existentes e apontar caminhos práticos e focos em estudos futuros (SHANKARDASS, 2012; MENEZES et al. 2015).

Utiliza a mesma proposta da revisão sistemática no que concerne à sistematização e transparência para busca de dados, mas permite uma pergunta mais abrangente dentro do contexto do tema estudado e os critérios de inclusão e exclusão podem ser mais flexíveis, enquanto na revisão sistemática devem ser definidos a priori. Na revisão de escopo, geralmente a síntese dos achados dos estudos é tipicamente qualitativa (EGGER, DAVEY SMITH, ALTMAN 2001; ARKSEY e O'MALLEY, 2005).

Estudos de revisão são importantes na área da saúde, pois buscam resumir os conhecimentos e informações que atualmente surgem em uma quantidade e velocidade avassaladora. Os resultados sendo filtrados e sintetizados podem auxiliar os profissionais, gestores e pesquisadores da área da saúde na tomada de decisões, fornecendo subsídios para o planejamento e administração de serviços de saúde e demais setores interligados, bem como a criação, implementação e reformulação de políticas públicas, além de direcionar e sugerir novos temas de pesquisa a fim de preencher lacunas em prol de evidências em determinados campos de estudo (JBI, 2017).

A metodologia escolhida para este estudo foi a revisão de escopo, dado que consideramos que se enquadra à temática abrangente da SAN e aos estudos encontrados. Cada um destes estudos estão dentro do escopo da pesquisa, mas abordam métodos e análises de diferentes políticas públicas. A metodologia permite flexibilidade e integração dos conhecimentos adquiridos e propicia a síntese de resultados que vão além de diagnóstico, mas sim uma compreensão mais holística da temática estudada (HARDEN, 2010; BOOTH, 2016).

A metassíntese é uma dentre várias metodologias propostas pelo Instituto Joanna Briggs (JBI) que permite uma categorização dos achados, favorecendo a síntese das evidências e busca compreender o fenômeno, de modo que possamos aprofundar o conhecimento sobre o tema estudado. Vale destacar, que o JBI se destaca na condução de revisões de estudos qualitativos e mistos, colaborando na promoção e orientação para realização de metassínteses (JBI, 2017).

3.1 Identificação do tema e formulação da questão de pesquisa

Seguindo a lógica supracitada, optou-se por estruturar a questão de pesquisa utilizando-se a estratégia PCC, onde cada letra desse acrônimo representa um componente da questão de pesquisa, “P” seria a identificação da População ou Perspectiva de estudo, “C” seria o conceito de interesse, e “C” seria o Contexto que nem sempre existe, (PETERS et al., 2020; JBI, 2020).

Segue abaixo a questão/pergunta norteadora desta pesquisa, junto a estruturação da mesma, de acordo com estratégia PCC:

Quais as políticas públicas de apoio à Agricultura Familiar auxiliam na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional?

Onde:

P – não há

C – políticas públicas de apoio a AF para promoção de SAN

C – não há

3.2 Definição das fontes de buscas de dados

A partir da estratégia PCC, foram definidos os termos de busca e posteriormente os descritores para formulação da estratégia de busca.

Os descritores foram identificados por meio do Portal da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), disponíveis como Descritores de Ciências da Saúde (DeCS) e por meio do National Center for Biotechnology Information, disponíveis como Medical Subject Headings (MeSH).

No entanto, como alguns termos de pesquisa não obtiveram resultados, outras fontes tiveram de ser consultadas para garantir que todos os termos fossem contemplados. Os termos principais de pesquisa foram 'Políticas Públicas', 'Agricultura Familiar', 'Segurança Alimentar e Nutricional', 'Soberania Alimentar' e 'DHAA' e os respectivos termos em inglês e espanhol. No entanto, as palavras-chave 'Agricultura Familiar' e 'Segurança Alimentar e Nutricional', por exemplo, não possuem descritor definido e nem denominação consensual em diversos países. Neste sentido, outros descritores foram utilizados, afim de não excluir estudos e documentos da literatura cinza.

Esses descritores foram utilizados em conjunto com os operadores booleanos/conectores OR e AND para definir a estratégia de busca, conforme mostra o Quadro 3. No Anexo 2 constam as estratégias de busca utilizadas para as diferentes bases de dados e o número de resultados encontrados.

Quadro 3 - Delimitação dos descritores a partir dos termos de buscas definidos, nos três idiomas padrão.

Termos de busca	Descritores (Português)	O R	Descritores (Espanhol)	O R	Descritores (Inglês)
“Políticas Públicas”	“Políticas públicas” “Políticas de alimentação e nutrição”	O R	“Políticas públicas”	O R	“Public policy” “Public policies” “Nutrition Policy”
AND	AND		AND		AND
“Agricultura Familiar”	“Agricultura familiar” “Empreendedor familiar rural” “Trabalhador rural” “Pequeno produtor”		“Pequeña agricultura” “Pequeño productor” “Pequeños agricultores” “Agricultor familiar campesino” “Unidad agrícola Familiar”		“Family farming” “Sustainable agriculture” “” “Smallholder family farming”
AND	AND		AND		AND
“Segurança Alimentar e Nutricional”	“Segurança alimentar e nutricional”	O R	“Seguridad alimentaria y nutricional”	O R	“Food and nutrition security” “Food security” “Nutritionsecurity”
OR	OR		OR		OR
“Soberania Alimentar”	“Soberania alimentar”		“Soberanía alimentaria” “Soberanía Agraria”		“Foodsovereignty”
OR	OR		OR		OR
“DHAA”	“Direitos humanos” “Direito humano à alimentação adequada” “Violação dos direitos humanos” “Direito humano à alimentação e nutrição adequadas”		“Derechos humanos” “Derechos alimentares” “Violaciones de los derechos humanos” “Derecho humano a la alimentación y nutrición adecuadas”		“Human rights” “Food right” “Food human rights” “Fooding right” “Human rights abuses” “Human right to adequate food and nutrition”

Fonte: BVS-DECs, 2017; NCBI-MESH, 2017; CEPAL, 2015; IPC-IG, 2017.

A literatura para esta revisão foi identificada por meio de pesquisa nas seguintes bases de dados on-line: AGRICOLA, AGRIS, BVS (Lilacs e Bireme), EMBASE, Google Scholar, ISI/Web of Science, PubMed, Open Grey, SCIELO e SCOPUS, caracterizadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Caracterização das bases de dados selecionadas para estudo.

Nome da Base	Caracterização
AGRICOLA	Base de dados referencial de acesso gratuito na internet cobrindo as áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Ciências Ambientais.
AGRIS	A Rede AGRIS International Information System for the Agricultural Sciences and Technology (FAO) é uma iniciativa internacional de colaboração de instituições, com o objetivo de promover o acesso livre à informação mundial em ciência e tecnologia na agricultura e assuntos relacionados.
BVS – Biblioteca Virtual de Saúde	Coordenado pela BIREME (Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde). É um portal que agrega diversas fontes de informação e inclui as seguintes bases de dados: Ciências da Saúde, LILACS, IBICS, MEDLINE, Biblioteca Cochrane, Cid Saúde, entre outras. Utiliza DeCS e palavras-chaves em diferentes idiomas.
EMBASE	Base de dados biomédica internacional. Controlada pelo grupo ELSEVIER. Utiliza descritores próprios EMTREE em inglês.
Google Scholar	É uma base de dados que possibilita a pesquisa na literatura internacional publicada nos mais variados formatos, bem como informações sobre organizações profissionais, universidades e outras entidades acadêmicas.
ISI/Web of Science (WoS)	É uma base de dados multidisciplinar, produzida pelo Institute for Scientific Information (ISI) nas grandes áreas do conhecimento: ciência, ciências sociais, artes e humanidades. Utiliza palavras-chaves em inglês.
PubMed	É um portal que inclui, além da base MEDLINE, outros registros incluídos no Index Medicus ("OldMedline"). Utiliza termos MeSH.
SCIELO	Base de dados mantida com recursos da FAPESP, CNPq, BIREME/OPAS/OMS e Unifesp. Congrega periódicos de vários países da América-latina.
SCOPUS	Base de dados multidisciplinar, editada pela Elsevier nos diversos campos da ciência, área de medicina, ciências sociais, tecnologia. Abrange indexação de revistas latino-americanas. Utiliza palavras-chave em inglês.
Open Grey	Base de dados da literatura cinza.

Fonte: SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2017.

Além disso, foram pesquisados websites e portais eletrônicos de organizações como: FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), CEPAL (Companhia de Desenvolvimento Econômico da América Latina), REAF (Reunião Especializada de Agricultura Familiar do Mercosul), IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura), OPAS (Organização Pan-americana de la Salud), OMS (Organização Mundial da Saúde), ONU (Organização das Nações Unidas), e GEF (Green European Foundation).

Para acessar as bases de dados foi utilizado o sistema VPN/USP (*Virtual Private Network*) disponibilizado gratuitamente para os alunos de graduação e pós-graduação da USP. No entanto, os estudos que não foram encontrados na íntegra por este meio foram considerados inacessíveis.

A busca das informações foi refinada nos idiomas padrão (português, inglês e espanhol) sem limitação de tempo. Apesar de não ter sido definido limite temporal para a coleta de dados, foi enfatizada a discussão das publicações a partir do recorte temporal, década de 1990. Esse recorte, se justifica, por representar o período que se iniciou o incentivo das organizações internacionais, em vários países em prol da SAN, conseqüentemente em relação à criação e implementação das Políticas Públicas, Programas e Ações estratégicas de SAN. Sinalizamos que esses processos visam garantir o DHAA e a SOBAL e reduzir os impactos negativos à saúde.

3.3 Critérios de Inclusão e Exclusão

Os estudos foram considerados elegíveis para inclusão se adequarem à três critérios: (a) citar ao menos uma política pública de apoio à agricultura familiar; (b) citar algum impacto na promoção de SAN (especialmente nas dimensões de produção e disponibilidade de alimentos); e (c) estar dentro do escopo da pesquisa respondendo aos objetivos da mesma.

Foram excluídos: (a) publicações relacionadas a questões veterinárias e zootécnicas; (b) publicações relacionadas especificamente à água e ao solo; (c) estudos sobre monoculturas e commodities (arroz, milho, soja, etc); (d) estudos

relacionados ao bem estar e saúde animal; (e) estudos relacionados a questões florestais e ao agroturismo.

3.4 Seleção dos estudos

Dois pesquisadores (PP e AR) realizaram as buscas independentemente, e as citações identificadas foram baixadas em um banco de dados bibliográfico on-line (*Mendeley*). Os dois conjuntos de resultados da literatura foram então comparados. Discordâncias quanto à inclusão ou exclusão de literatura foram resolvidas por meio de discussão ou, se necessário, incluindo um terceiro pesquisador (BS) para decisão final. Vale ressaltar que estes revisores são experts no campo de estudo em SAN.

A identificação, seleção e análise dos estudos foi conduzida por dois revisores independentes. Os estudos duplicados foram excluídos. Foi utilizado o programa *Mendeley* para identificar as duplicatas e organizar os estudos em um documento único, para que posteriormente os revisores iniciassem o trabalho de seleção e exclusão, por meio da leitura de seus títulos e resumos. Os casos discordantes foram submetidos à leitura na íntegra e definidos por consenso e quando não houve consenso entre os pares um terceiro revisor foi acionado. Vale ressaltar, que estes revisores são experts no campo de estudo em SAN.

3.5 Extração, Análise e Síntese de dados

Nesta etapa foi utilizada a metodologia da metassíntese, especificamente fazendo referência a análise, interpretação e categorização dos achados que auxiliaram na compreensão do fenômeno estudado (SANDELOWSKI, BARROSO, 2007; LOPES, FRANCOLLI, 2008; BOOTH, 2016).

O objetivo da metassíntese segundo Booth (2016) é reunir achados em categorias (com base em semelhança e sentido entre si) e agregá-los para gerar um conjunto de declarações que representam as categorias encontradas. Essas declarações são referidas como – descobertas ou conclusões sintetizadas que

emergem dos dados analisados - e podem ser usadas para a prática baseada em evidências.

Após a seleção dos artigos, os dados foram extraídos e gravados em uma planilha do Excel® previamente padronizada: autor e ano da publicação, idioma, território geográfico, tipo de política pública de apoio à AF, título do artigo, configuração do estudo, categoria de análise e principais conclusões.

Os estudos foram classificados em três categorias para discussão que emergiram do material analisado. A metassíntese se dá pela síntese integrativa e interpretativa do material analisado pelos autores. Durante a leitura dos estudos na íntegra foi realizado o fichamento e extração de trechos importantes que traziam características das PPAAF, que citavam algum impacto para a promoção da SAN. Posteriormente foram extraídos os temas comuns que se saturavam nestes trechos e assim emergiram as categorias de análise, a seguir: estratégias de governança, participação social e promoção de SAN (Figura 7).

Figura 7 – Categorias de Análise



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Dentre as características que emergiram sobre as estratégias de governança das PPAAF, destacou-se a intersectorialidade. A participação social foi outra categoria que emergiu nos estudos, sendo uma característica encontrada na maior parte dos estudos que se tratavam das PPAAF no Brasil e ALC. Na última categoria foram reunidos os impactos referentes à promoção da SAN citados pelos estudos.

Vale ressaltar, que surgiram nos estudos a abordagem das PPAAF que auxiliam na promoção da SAN como caminhos para realização do DHAA. No entanto, não trouxemos este tópico como uma categoria, justificando-se que é indissociável a promoção da SAN e a realização do DHAA.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização dos estudos e políticas públicas identificadas

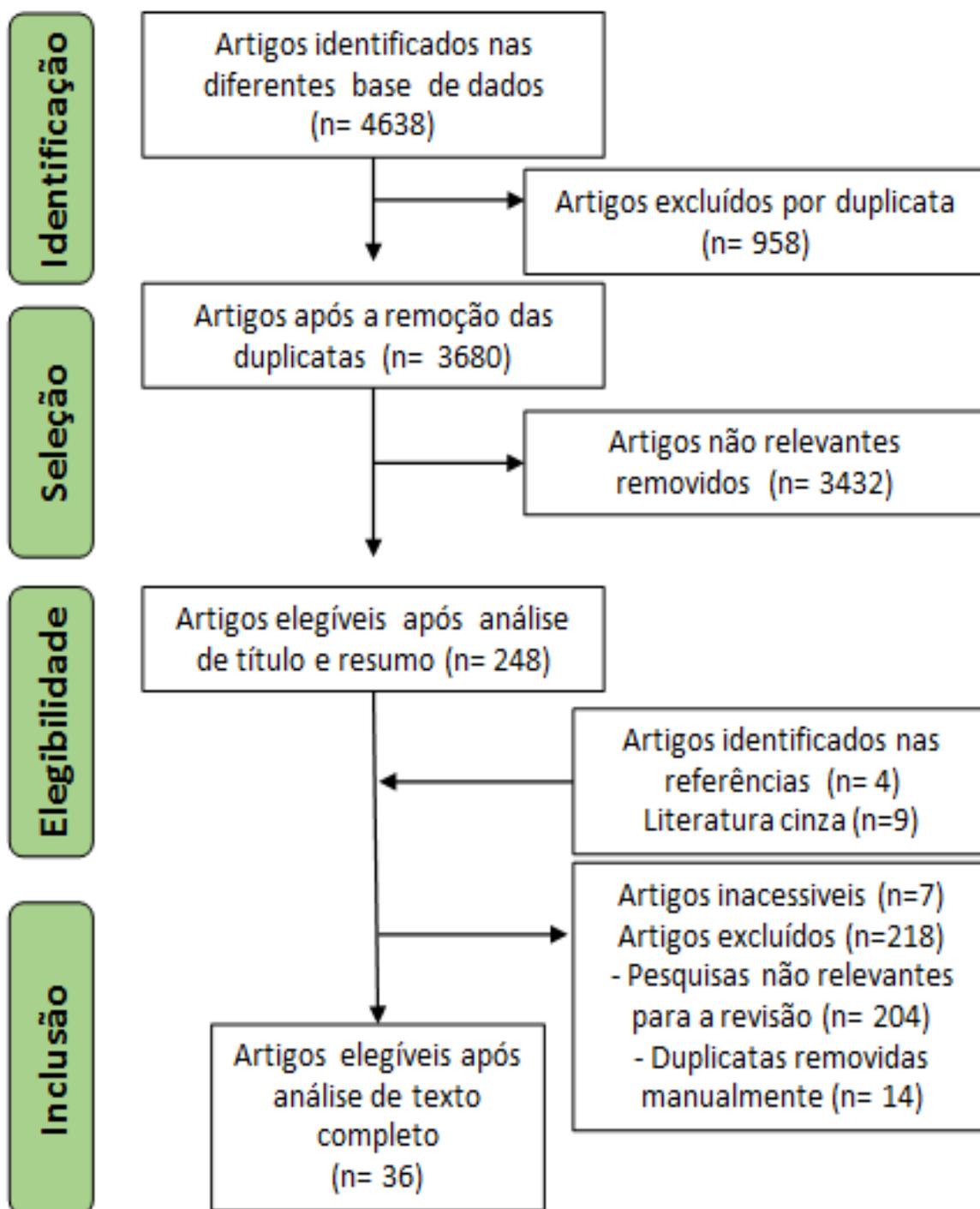
Dos 4638 registros identificados em 18 plataformas de diferentes áreas de conhecimento, 36 estudos atenderam aos critérios de elegibilidade os quais foram incluídos na revisão (Figura 8).

Foram identificados estudos conduzidos em mais de 40 países, nos continentes Americano, Africano, Asiático e Europeu. Apesar desta ampla faixa geográfica os estudos incluídos se concentraram na América Latina e Caribe - ALC (n = 28 estudos; 78%), na Europa (n= 6; 17%) e na América do Norte - EUA (n = 2; 5%).

Muitos dos estudos encontrados tratam de políticas agrárias ou de desenvolvimento rural de uma forma geral. É possível observar que os termos “Agricultura Familiar” e “Segurança Alimentar e Nutricional”, por exemplo, não são utilizados universalmente. Por outro lado, outra justificativa pode ser que muitos estudos identificados estão localizados na ALC, dado que o termo foi construído por movimentos sociais e políticos nesta área geográfica especificamente (Burlandy, 2010).

A mesma dificuldade foi encontrada por Aliaga e Santos (2014), ao estudarem políticas públicas de SAN no âmbito global, pois a maioria dos países usam o termo “Segurança Alimentar” no sentido da segurança alimentar higiênico sanitária e não o termo SAN que engloba várias outras dimensões alimentares e nutricionais.

Figura 8 – Fluxograma de seleção dos estudos.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Entende-se que a construção destes termos são coletivas e demandam mudança de paradigmas em relação ao conceito de cada um deles no contexto do senso comum, da academia e na esfera pública. Vale registrar, o quanto é importante a comunicação e acordos por meio de organizações internacionais para padronização de nomenclaturas no sentido de facilitar no campo científico a busca de evidências e de iniciativas em um termo comum.

Em relação ao ano de publicação, a maioria dos estudos (n=26; 72%) foram publicados nos últimos 5 anos. Os artigos foram publicados principalmente nos idiomas de português e espanhol (n = 26; 72%) e inglês (n = 10; 28%). Diversos desenhos metodológicos foram empregados para avaliar a promoção da SAN por meio das PPAAF. No entanto, a maioria dos trabalhos são estudos analíticos exploratórios e de revisão e em menor número foram identificados estudos transversais quanti e qualitativos.

As publicações trazem diferentes tópicos relacionados às PPAAF tais como: estratégias de governança; intersectorialidade; participação social; soberania alimentar; desenvolvimento rural sustentável; sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis; mudanças climáticas; e agricultura sensível à nutrição. Com efeito, as PPAAF e as categorias de discussão supracitadas podem apresentar sinergias e alguns estudos citam mais de uma política pública ou abrangem mais de uma categoria.

A maioria dos estudos relatou avaliações de políticas públicas e programas atuais, em vez de novas iniciativas ou programas. Três políticas se destacaram: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE; N=17), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA; N=15) e a Política Agrícola Comum (PAC; N=7). Estas, duas primeiras foram implementadas na América Latina e Caribe – ALC, mais especificamente no Brasil, e a PAC na União Europeia – UE (Tabela 1, pg. 61).

Tabela 1 – Políticas Públicas de Apoio à Agricultura Familiar que promovem a Segurança Alimentar e Nutricional de acordo com os estudos identificados

Política Pública de Apoio à AF	Continent e/ País	Criação/Marco legal e Objetivos	Estudos Identificados
Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf	ALC / Brasil	Criado na década de 1990, com objetivo de promover o acesso à alimentação e incentivar à agricultura familiar. Lei nº 12.512/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.775/2012.	Schneider, Silva e Marques (2004) Grisa (2012) Silva et al. (2014) Silva e Bernardes (2014) Grisa e Schneider (2015) Sabourin, Samper e Sotomayor (2015) Flexor e Grisa (2016)
Programa de Aquisição de Alimentos- PAA	ALC / Brasil	Criado em 2003, com objetivo de promover o acesso à alimentação e incentivar à agricultura familiar. Lei nº 12.512/2011 regulamentada pelo Decreto nº 7.775/2012.	Santos (2011) Grisa (2012) Sidaneret al. (2012) Silva et al. (2014) Grisa e Schneider (2015) Sabourin, Samper e Sotomayor (2015) Batista et al. (2016) Flexor e Grisa (2016) Assis, Priore e Franceschini (2017) Cunha et al. (2017) Grisa et al. (2017) Salgado et al. (2017) Sicoli (2017) Cardoso et al. (2018) Grisa e Nierdele (2019)
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	ALC / Brasil	Criado na década de 1950, tem o objetivo de ofertar alimentação escolar e promover ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Lei nº 11.947/2009 regulamentada pela Resolução 6/2020.	Sidaneret al. (2012) Grisa (2015) Grisa e Schneider (2015) Sabourin, Samper e Sotomayor (2015) Soares et al. (2015) Flexor e Grisa (2016) Cunha et al. (2017) Schwartzman et al. (2017) Sicoli (2017) Cardoso et al. (2018) Teo (2018) Machado et al. (2018) Mossmann et al. (2017) Schabarum e Triches (2019) Freitas et al. (2019) Grisa e Nierdele (2019) Rocha et al. (2019)
PROHUERTA	ALC/Argentina	Criado na década de 1990, tem o objetivo de promover práticas produtivas agroecológicas para o autoabastecimento, a educação alimentar, a promoção de feiras e mercados alternativos para	Sabourin, Samper e Sotomayor (2015) Fernandez (2018)

		agricultura familiar.	
Política Agrícola Comum – PAC (<i>Common Agricultural Policy - CAP na Europa</i>)	Comunidade Europeia	Criada na década de 1960, com o intuito de manter o abastecimento de produtos alimentícios, conter ou controlar o êxodo rural, além de difundir medidas de controle dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente e promover a SAN.	De Sá e Lock (2008) De Castro (2011) Singh et al. (2014) Bureau e Swinnen (2017) Recanati et al. (2019) GEF (2019)
Política de Agricultura Familiar, Campesina, Indígena y Afrodescendiente e da Região do Sistema de Integración Centroamericana – PAFCIA	Região Centro Americana e República Dominicana	Desenvolvida para o período de 2018 - 2030, com objetivo principal de fortalecer organizações da agricultura familiar em escala nacional e regional.	FIDA, SICA, CAC (2018)
Farm Bill	EUA	Lei agrícola dos Estados Unidos, reformulada em 2018, possui 12 sessões temáticas, com uma série de programas de alimentos e agricultura.	Mozaffarian, Griffin e Mande (2019) Nestle (2019)

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2021.

Sabourin, Samper e Sotomayor (2015) apresentam um conjunto de estudos de caso com delineamento transversal das PPAAF em 11 países latino-americanos, impulsionado pela Rede de Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina, pelo Centro Internacional de Investigação Agrícola para o Desenvolvimento (CIRAD), pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Observaram a constituição de “policy-mix” (Mix de políticas) entre instrumentos setoriais, temáticos, transversais e multisetoriais, colocando o desafio da coordenação entre diversas formas de políticas públicas.

Alguns países como Argentina, Brasil, Cuba, Chile e Uruguai possuem políticas específicas de apoio a AF, há mais de 15 anos, inclusive programas relacionados à segurança alimentar e de luta contra a pobreza. Destes, somente foram identificados estudos científicos em relação aos programas Prohuerta na Argentina e ao Pronaf, PAA e PNAE no Brasil (Tabela 01).

Esses programas são importantes instrumentos de registros da categoria da AF, pois permitiu o mapeamento dos produtores familiares, bem como deu-se acesso às diversas modalidades de intervenção, a certas garantias (bancárias) e a instrumentos associados à política nacional de agricultura familiar como: seguro colheita, bolsas temáticas, compras públicas, feiras da agricultura familiar ou bônus fiscal, acesso à sementes e programas de economia familiar, habitação, cisternas e eletrificação rural (Sabourin, Samper e Massardier, 2015).

O Pronaf foi citado como precursor à chegada do PAA e do PNAE, sendo relevante para formalizar, mapear e fortalecer a categoria da AF no Brasil. O PAA e PNAE foram citados como propostas inovadoras voltadas à SAN, não apenas direcionada à dimensão de acesso a alimentos, mas sobretudo, para questões que englobam todos os princípios e dimensões da SAN, focando em uma reconexão do consumo com a produção e maior disponibilidade de alimentos *in natura*, com característica de trabalho em redes locais (TRICHES; SHENEIDER, 2010).

Vale ressaltar a necessidade de se fortalecer os vínculos entre produção e consumo em nível local, e promover avaliações sistemáticas da disponibilidade de produção. Para isso acontecer deverá se envolver organizações de agricultores e os atores envolvidos na demanda institucional (FAO, 2017). Como exemplo, podemos citar o protagonismo do trabalho do nutricionista, que é de suma importância neste processo de fortalecimento da AF e implementação das PPAAF. Esse profissional, deve estar sensibilizado e preparado para atuação na área da Nutrição e na Cadeia de Produção, na Indústria e no Comércio de Alimentos, cumprindo com suas atribuições e favorecendo o fortalecimento das PPAAF e da promoção da SAN-DHAA (BRASIL, 2018).

Sinalizamos uma característica observada que deve ser descrita, corresponde ao uso de sistemas de informação para auxiliar neste processo, o qual foi utilizado nas compras públicas/locais de agricultores familiares na Nicarágua, criado pelo Ministério da Família, Comunidade, Economia Cooperativa e Associativa (MEFCCA) (FAO, 2017). No Brasil o uso de Tecnologias de Informação - TI também pode ser observado na prestação de contas do PNAE por meio do Sistema de Gestão de Conselhos (SIGECON) e especificamente na compra de alimentos da AF. Existem também, sistemas de informação relativos ao cadastro dos agricultores familiares junto ao Pronaf e emissão de Nota Fiscal de Produtor rural eletrônica

(NFP-e), incentivando os produtores ao uso de novas tecnologias, tornando o processo de vendas mais autônomo e menos burocrático.

Além disso, o SISVAN Web também utiliza sistemas de informações para realizar a Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN), no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, gerando dados relevantes sobre o perfil nutricional, principalmente do público infantil, para identificação de problemas nutricionais e implementação de políticas públicas de SAN.

O modelo latino-americano de PPAAF, bem como as demais políticas identificadas apresentam pontos comuns como: mobilizações sociais, coalizões políticas, dispositivos de prestação de serviços (crédito, capacitação, assistência técnica, projetos participativos, etc.) e orçamentos públicos programados (subsídios). Além disso, têm um papel voltado não apenas para a promoção da SAN, mas para o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS).

Cabe ressaltar, que cada política observada nos estudos, possuem especificidades em relação à contextos econômicos, políticos e sociais de cada região e país onde é executada. Essa condição, limita a comparação entre elas. Há de acrescentar a estas especificidades, a inclusão da própria definição da categoria Agricultura Familiar. Nos Estados Unidos, por exemplo, inclui-se nessa categoria toda e qualquer propriedade rural em que a pessoa ou família é responsável pela produção, seja ela proprietária de mais de 50% do negócio. No Brasil, a definição é mais restrita e leva em consideração o tamanho da propriedade, a mão de obra utilizada e a administração da propriedade (Embrapa, 2017).

A *Farm Bill* é caracterizada por concentrar principalmente a produção de alimentos de origem animal (carnes e laticínios) e culturas de *commodities* que alimentam os animais e produzem etanol. A *Farm Bill* já passou por várias reformulações, e questões relacionadas à saúde e sustentabilidade foram incorporadas à ela, como por exemplo, a regulamentação da agricultura orgânica, desenvolvimento de diretrizes alimentares, publicação de guias alimentares para o público em geral e supervisão da assistência alimentar a pessoas de baixa renda (Nestle, 2016).

Na literatura cinzenta, foi detectada a existência do programa *Farm to School*, traduzindo “da fazenda para a escola”, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – USDA. O mesmo tem por objetivo melhorar o acesso das crianças

a alimentos nutritivos e de qualidade e também impulsionar a economia local. O programa inclui três estratégias-chave: aprendizagem educacional e experiencial em hortas escolares, viagens de campo, aulas de culinária, visitas às fazendas e dinamização do currículo escolar; fornecimento de alimentos locais da fazenda para alimentação escolar; mudanças no trabalho, na política e nos sistemas alimentares locais (USDA, 2018).

O Serviço de Alimentação e Nutrição (FNS) do USDA tem apoiado propriedades rurais para implementação de “Sistemas Alimentares Comunitários” (Figura 9). Essas estratégias de parceria entre fazendas e escolas foram incorporadas por meio da alteração da Lei Nacional da Merenda Escolar dos Estados Unidos no ano de 2010. Desde 2013, o USDA oferece anualmente em torno de 5 milhões de dólares em subsídios para escolas, distritos escolares, organizações sem fins lucrativos, agências estaduais, produtores agrícolas e organizações indígenas para planejar, implementar e/ou fornecer treinamento nas atividades do programa “da fazenda para a escola”.



Figura 9 – Características dos “Sistemas Alimentares Comunitários”
Fonte: USDA, 2018.

O programa ProHuerta apresentava o objetivo inicial de promover autoconsumo num contexto de insegurança alimentar, mas alguns anos depois de sua criação passou a ter ênfase no papel dos agricultores familiares argentinos como produtores de alimentos, fornecendo os insumos necessários para iniciar a produção sem custo (sementes, mudas ou reprodutores), além de realizar treinamentos e prestar assistência técnica para comercialização de sobras da produção dos agricultores familiares (Fernandez, 2018).

A PAFCIA foi construída de forma coletiva por mais de 22 organizações e quase um milhão de integrantes da agricultura familiar da região do Sistema de Integração Centro-americana e da República Dominicana (SICA). Tem objetivo geral facilitar a articulação das decisões políticas com a gestão produtiva, econômica, social, cultural e ambiental, a partir de uma abordagem integrada e sustentável (multissetorial e territorial). Além disso, visa promover as organizações da AF, fortalecendo a inclusão, a equidade, bem como a qualidade de vida das famílias. Um aspecto muito relevante da PAFCIA, refere-se a cosmovisão, que busca integração dos quatro tipos de capitais: capital natural; capital social; capital cultural; e capital econômico (FAO, 2018).

A PAC financiada pela UE desde sua criação em 1962 já passou por reformas, mas possui três ações principais: medidas de financiamento, de mercado e de desenvolvimento rural. As medidas de financiamento garantem subsídios da produção, promovendo estabilidade dos rendimentos advindos da produção. As medidas de mercado buscam complementar a renda dos agricultores com a venda dos seus excedentes, mas para isso devem ser seguidas regras e normas de comercialização de produtos agrícolas, como as normas sanitárias e de rotulagem (as mesmas do comércio internacional). As medidas de desenvolvimento rural, são subsidiadas pela União Europeia, onde cada estado membro recebe uma dotação financeira para implementar medidas ou programas de desenvolvimento rural de acordo com as suas necessidades nacionais e/ou regionais (GEF, 2019; Recanati et al. 2019).

4.2 Caminhos para realização do DHAA

O direito à alimentação é um direito humano fundamental e deve-se entender estreitamente ligado à justiça social e desenvolvimento local. De acordo com o HLPE (HLPE - High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition) de 2020, alimentar pessoas é um dos objetivos principais de qualquer governo e faz parte da soberania nacional. A alimentação tem natureza complexa e está interconectada a questões de segurança nutricional, saúde pública e saúde planetária. Este grupo de especialistas em SAN, do HLPE, reforçam a importância da intersetorialidade e cooperação internacional, não só para garantir a saúde futura, do sistema alimentar global, mas também para que o Estado assuma a responsabilidade soberana de alimentar seu povo.

As PPAAF estratégicas para promoção da SAN são um mecanismo eficiente para fortalecer e garantir o DHAA, e auxiliam na incorporação deste direito em estratégias governamentais e na visibilidade e exigibilidade do DHAA pelos cidadãos.

De acordo com Hegel (1971), todo homem tem o sentimento profundo do seu direito, mas se o seu direito não é respeitado, ou seja, é violado, ele pode lutar para fazer com que o seu direito seja reconhecido, ou acatar essa violação sem reagir. Saber e se renunciar a combater por seu direito é, no fundo, não reconhecer a realidade e universalidade do direito. Isso depende das oportunidades que cada homem tem em relação ao acesso a informação (sobre o seus direitos e os meios de exigibilidade) e ao seu poder de participação social junto ao estado e a sociedade para exigir que esse direito seja garantido. A experiência brasileira em relação às compras institucionais da AF, por meio do PAA e PNAE, ganham destaque pela forte atuação da sociedade civil organizada para implementação da política de SAN e pela forte reação à medida provisória nº 870/2019, que extinguiu o CONSEA. Já que a política de SAN, no Brasil, é o que sustenta a garantia do DHAA e é um meio legítimo de exigibilidade do DHAA. Mudança (sugestão da prof. Cátia)

A extinção do CONSEA - um dos componentes importantes da política de SAN – junto da situação de calamidade pública e crise econômica e social instalada – por conta da pandemia COVID-19, é preocupante, considerando que isso pode fragilizar políticas públicas de extrema relevância para promoção de SAN e a

realização do DHAA da população. Alguns programas de SAN como o PAA e o PNAE, vem sofrendo redução de orçamentos, em 2012 o orçamento para o PAA era de 1,2 bilhões e teve queda para 144 milhões em 2020, isso pode afetar de sobremaneira a produção da AF, a renda dos agricultores e as entidades beneficiadas pelo PAA, muitas delas que dependem da doação de alimentos e estão com sobrecarga de atendimentos e demandas nos seus serviços de alimentação como é o caso dos hospitais (ANESP, 2020).

No caso do PNAE - um programa de SAN e de proteção do DHAA – com o fechamento das escolas em todo o país, a partir de 20 de março de 2020, milhões de crianças deixaram de se beneficiar com refeições saudáveis e nutritivas no ambiente escolar. Tal situação, ampliou as despesas com alimentação no domicílio para estas famílias. Muitas entidades executoras do programa deixaram ou diminuíram consideravelmente a aquisição dos produtos da AF, impedindo o giro orçamentário dos mesmos e escoamento da produção programada para o PNAE.

Neste sentido, a AF que parece estar mais preparada para enfrentar crises como estas, porém é um dos setores mais afetados. A pandemia só fez notar estes problemas já existentes, como por exemplo, a AF apresenta formas mais justas e sustentáveis de produção de alimentos, mas são os mais afetados pelos efeitos das mudanças climáticas e pela falta de acesso à crédito (PMA & FIDA, 2020). Portanto as políticas públicas estruturantes de fortalecimento da AF são fundamentais para enfrentamento de períodos de crises econômicas, ambientais e sociais.

No entanto, a Lei nº 13.987/2020 autorizou, em caráter excepcional, a execução do programa de uma maneira diferenciada e cabível à pandemia, ou seja, as famílias passaram a receber um combo de alimentos nos “kits de alimentação Escolar”, sendo beneficiadas em maior parte as famílias em situação de vulnerabilidade social. Isso pode auxiliar as famílias, mas não garante a proteção que o PNAE proporciona às crianças, pois esses alimentos têm que ser preparados e distribuídos às crianças, necessitando acessar a dimensão de utilização da SAN. Dessa forma, entendemos que há nesse cenário, elementos importantes que garantem uma alimentação adequada, a começar pela preparação dos alimentos recebidos no Kit está condicionada a outras necessidades como, o tempo disponível para preparo das refeições, a aquisição do gás de cozinha, as habilidades culinárias

e entre outras que podem senão impedir dificultar a promoção da SAN das crianças em questão (ANESP, 2020).

Zago (2021) mostra o despreparo dos países para enfrentar cenários de crise como o da pandemia por COVID-19. Foi verificado que medidas emergenciais foram tomadas pelos governos do mundo todo para combater a Insegurança Alimentar e Nutricional, em especial a fome e a miséria. No entanto, é evidente a necessidade de medidas estruturantes, com ações planejadas para médio e longo prazo, para enfrentar contextos como o da pandemia, que ainda está distante de acabar, visando garantir a SAN da população e a SOBAL.

Os tempos de instabilidade econômica e social, como na pandemia, reforçam a importância do papel do Estado na inovação e manutenção de políticas públicas como do SISAN e ações para fortalecer a produção e disponibilidade de alimentos no mercado interno, principalmente voltadas ao fortalecimento da AF, para facilitar o acesso aos alimentos por meio de medidas de proteção social e garantir à SAN e o DHAA.

Políticas de fortalecimento agrícola são fundamentais para reduzir a pobreza e aumentar a disponibilidade de alimentos. No entanto, para possibilitar um crescimento agrícola que resulte na melhoria da SAN e redução da pobreza, os agricultores familiares precisam ter apoio e as condições necessárias, isto é de participação no processo de desenvolvimento e inclusão nos mercados, como parte integrante da estrutura econômica dos países. Para tanto, as PPAAF devem ser incluídas no campo dos direitos humanos e de DHAA como instrumento de política pública que permita garantia de estabilidade financeira e venda/fornecimento dos seus produtos para as populações mais vulneráveis, como a exemplo dos programas PAA e PNAE, evitando o risco de descontinuidade política (FAO, 2017).

Assim sendo, Alves e Jaime (2014) mostram a importância da interlocução entre os sistemas e as políticas, do diálogo entre os setores e os atores, e da interdependência entre os direitos, em se tratando da presente revisão, buscamos compreender o papel das PPAAF que auxiliam na promoção de SAN, e consequentemente a garantia do DHAA.

4.3 Estratégias de Governança

As estratégias de governança podem propiciar práticas e processos de maior ou menor efeito na sustentabilidade. As estratégias de governança reflexiva e cooperativa (Sonnino, Torres, Schneider, 2014), com trabalho intersetorial e forte participação social, utilizada nos programas brasileiros (PAA e PNAE) parecem ser interessantes para o DRS, por incentivar práticas sustentáveis, estimular a organização e interação social dos agricultores e das suas famílias ao cooperativismo e associativismo, promover a biodiversidade pelo policultivo e incentivo às práticas agroecológicas e orgânicas e no fortalecimento de circuitos curtos de venda e comercialização em redes (Cunha et al. 2017). Além disso, agricultores familiares relatam outros benefícios como aumento da renda familiar, maior acesso ao mercado, maior diversidade na produção com estímulo às práticas sustentáveis para autoconsumo e venda do excedente, garantindo melhor escoamento da produção (Assis, 2017).

Cabe aqui ressaltar que existem outros setores que poderiam ser beneficiados com os produtos da AF, no setor privado, pois possui uma demanda estruturada. O governo pode utilizar esta demanda estruturada existente para regularizar programas que possam atingir estes setores e ampliar os canais de comercialização para a AF e garantir disponibilidade de acesso aos alimentos da AF, além de promover sistemas mais saudáveis e sustentáveis. Segundo a FAO (2017) os governos locais têm potencial para ampliação e regulação das compras da AF seja no setor público ou privado, onde podem ser utilizadas motivações do setor privado na adesão, como por exemplo, isenção de impostos. Podemos citar como exemplo o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, pois se houvesse obrigatoriedade de aquisição de um percentual de alimentos da AF para atender a demanda deste programa, assim como aconteceu no PNAE, poderia movimentar ainda mais a economia local e garantir escoamento da produção da AF, podendo incentivar os agricultores familiares ao associativismo e cooperativismo para atendimento desta demanda programada.

As cadeias curtas de abastecimento alimentar (CCAA), características do PAA e PNAE, têm mostrado impactos positivos relacionados à sustentabilidade. No

entanto, existe uma discordância em relação à viabilidade na regulamentação e comercialização de produtos agropecuários, principalmente de produtos de origem animal, em relação à segurança sanitária e qualidade dos mesmos. As PPAAF iniciam um movimento social no sentido de exigir reforma das regras e normas de regulação e comercialização de produtos da AF (sanidade, rotulagem etc) que sejam mais compatíveis e justas do ponto de vista da escala de produção e nível de comercialização. Assim será possível ampliar a oferta e o acesso do consumidor local a estes produtos, e garantir medidas mais adequadas para a regularização e comercialização em nível local (NDIAYE, 2015).

A questão da qualidade dos produtos da AF é ambígua, pois ao contrário do que se prega as CCAA parecem melhorar a qualidade sanitária de alimentos agropecuários pela menor distância percorrida e tempo entre produção e consumo, e também porque aos produtos da AF são conferidos maior valor de identidade cultural e simbólica (WILKINSON, 2008).

De acordo com Wilkinson (2008) os valores invisíveis de cada produto - que estão escondidos por trás das normas e técnicas de produção - acarretam significado e valor simbólico ao produto. Wilkinson (2008) destaca os valores sociais e ambientais contidos nos produtos da AF que conferem a eles uma qualidade indiscutível e talvez por isso o acesso ao mercado do PAA e do PNAE por esses agricultores tenha obtido êxito mesmo diante de tantos entraves burocráticos e administrativos (Triches e Sheneider, 2010). O movimento de Justiça Sanitária (NUNES, 2009), que ilustra uma onda pela busca da “saúde perfeita” e/ou da “alimentação perfeita” pode ser interessante para compreender a associação e valorização dos produtos da AF ou de sistemas locais de produção como alimentos “locais”, ou ainda “naturais”, “saudáveis”, “artesaniais”, “tradicionalis” e “confiáveis”.

Foram identificados também, estudos relacionados aos mercados aninhados¹⁰ (Ploeg, Jingzhong e Schneider, 2012), ao aumento incentivo ao

¹⁰ Os mercados aninhados, ou seja, de alimentos alternativos (agroecológicos, orgânicos, integrados, diversificados, regionais), oriundos de circuitos curtos de venda e com ética alimentar como formas de mitigar as mudanças climáticas e minimizar os problemas de saúde pública. Emergiram dos processos de desenvolvimento rural aos quais também são incorporados, mas eles são incorporados em padrões que são distintamente diferentes dos dos principais mercados. Enquanto os principais mercados tendem a ofuscar as estruturas nas quais estão inseridos, os novos mercados aninhados emergentes baseiam-se no reconhecimento explícito de sua incorporação. Estar aninhado se deve em parte ao fato de muitos destes novos mercados aninhados surgirem como respostas ativamente construídas ao controle que os impérios alimentares exercem sobre os principais mercados (Ploeg, Jingzhong e Schneider, 2012),

cooperativismo e associativismo (Seibane & Ferraris, 2017) e das redes, como por exemplo, a Rede Ecovida (Perez-Cassarino, 2018) no Brasil, a rede do condado de Baltimore (Brinkley, 2018) nos Estados Unidos, as redes alternativas do Sul da França (Ardèche e Bivallée) (Lamine, Maréchal, Darolt, 2018) e a rede de políticas orgânicas no Reino Unido (Tomlinson, 2010). O que diferencia esses novos mercados frente aos mercados já existentes (de *comodditties*), é o desenvolvimento de novas estruturas de governança e de novas conexões (redes) entre as partes envolvidas na sua implantação que propiciam um melhor e mais justo abastecimento alimentar (Perez-Cassarino, 2018). Neste sentido, o Quadro 5 faz um esquema comparativo entre os diferentes tipos de mercados da agricultura.

Quadro 5 – Diferença na estrutura dos Mercados Agrícolas

	Agricultura geral e mercados de alimentos	Mercados emergentes
Quem possui o quê?	A maioria das ligações entre produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos são controlados por impérios alimentares ¹¹	Curtos-circuitos que interligam a produção e o consumo de comida. Esses curtos-circuitos são propriedade ou co-propriedade de agricultores
Quem faz o que?	O papel dos agricultores é limitado para a entrega de matérias-primas para a indústria alimentícia.	O papel dos agricultores é estendido a adotar o processamento mínimo na propriedade, venda direta e redesenho dos processos de conhecer melhor os consumidores e suas expectativas
Quem recebe o que?	A distribuição do valor adicionado é altamente inclinado; mais riqueza é acumulado em impérios alimentares	Os agricultores recebem uma parcela maior de valor agregado total
O que é feito com os excedentes?	A riqueza acumulada é usada para financiar o imperial em curso conquista (aquisição de outras empresas, etc.)	Renda extra é usada para aumentar a resiliência dos alimentos produção, para fortalecer agricultura multifuncional e melhorar os meios de subsistência dos agricultores familiares

Fonte: Traduzido de Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012)

¹¹ grupos de capitais que controlam as conexões entre a produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos e que, ao fazê-lo, são capazes de moldar e remodelar os domínios de produção e consumo. Ao mesmo tempo os principais mercados de alimentos estão simbolicamente incorporados em estruturas normativas sustentado por enormes investimentos em publicidade e lobby para legitimar sua posição e os padrões de qualidade, segurança e sustentabilidade a que aderem (Ploeg, Jingzhong e Schneider, 2012).

A inovação dessas estratégias, independentemente da sua denominação - CCAA, mercados aninhados, mercados institucionais ou Redes - ganharam visibilidade internacional, principalmente no contexto de Cooperação Sul-Sul. Aqui os países passaram a utilizar a mesma logística da compra direta, dos circuitos curtos e da comercialização em redes. Pode-se citar o exemplo do PAA na África e a inclusão da AF em diversos Programas de Alimentação Escolar no âmbito internacional como o “*Farm to School*” (Ploeg, Jingzhong e Schneider, 2012; Mpofu, 2015; Cabral et al. 2016; FAO, 2019; Grisa e Nierdele, 2019; Maffra e Boza, 2020) e compras públicas/locais em países da ALC (FAO, 2017).

Para além do mercado institucional criado para apoiar a AF, é importante fortalecer outros canais de abastecimento e comercialização local como as Hortas comunitárias, as Feiras Livres e os mercados da agricultura familiar. Um bom exemplo destes mercados alternativos, é o programa ProHuerta da Argentina de alcance nacional, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que beneficia famílias rurais e periurbanas em situação de vulnerabilidade social. Esse programa favorece a autoprodução de alimentos e o desenvolvimento rural. No ano de 2003, quando foram publicados os últimos dados disponíveis sobre a cobertura do ProHuerta, foram implantadas 630 mil hortas e beneficiadas 3,5 milhões de pessoas (Sabourin, Samper e Sotomayor, 2015; Fernandez, 2018).

Vale ressaltar, que a implementação, avaliação e monitoramento das políticas públicas é mais importante do que a sua criação das políticas públicas. Esse processo de acompanhamento do ciclo da política, que permite verificar se o problema para o qual a política foi criada está sendo enfrentado de forma correta e alcançando resultados satisfatórios de resolubilidade.

Os países podem desenvolver políticas e programas excelentes, mas eles precisam contar com planos de monitoramento e avaliação para verificar os impactos na resolutividade dos problemas para as quais foram criadas. Monitoramento e avaliação são partes importantes do ciclo de políticas, uma vez que auxiliam no desenvolvimento de reformas políticas e criação de programas futuros, identificando o que está funcionando e o que requer atenção adicional para uma melhor alocação de recursos (JAIME, 2019).

A criação e o desenvolvimento de PPAAF podem fomentar economias locais da AF, tornando-as mais autônomas e autossuficientes, mas seu potencial depende do grau de organização social coletiva e diálogo entre os atores e setores envolvidos no processo. Por isso, muitos estudos mostram que promover sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis ou ainda políticas públicas sensíveis à nutrição para garantia da SAN demandam intervenções mais complexas, sistêmicas e estruturais (Mylonaet al. 2018).

4.4 Participação social

A valorização dos produtos da AF foi um dos fatores que impulsionou movimentos de participação social por meio dos conselhos (Boden e Hoover, 2018), fóruns e conferências em direção à criação das PPAAF e dos programas relacionados com a promoção da SAN. Silva e Bernardes (2014) evidenciam a atuação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) para fortalecimento do PRONAF no Brasil, mostrando que quando os conselhos existem de fato e funcionam de forma participativa, tendem a auxiliar no controle social. Portanto os governos devem desestimular a presença de conselhos fictícios e de funcionamento não participativo. Enquanto os membros que representam a sociedade nos conselhos, devem fazer valer sua participação nestes dispositivos, em prol de interesses coletivos, principalmente no que se refere ao monitoramento e avaliação das políticas e dos programas em foco, como neste caso o PRONAF.

A regulação política, por meio destes programas é importante, pois eles convergem com objetivos comuns de outras políticas nacionais e de órgãos internacionais, na medida que auxiliam organizações de fortalecimento da AF de todos os níveis – do local ao internacional – com experiências práticas inovadoras no campo agrário e da promoção da SAN (Grisa e Nierdele, 2019).

A participação social, também inclui iniciativas de militância da academia, da sociedade civil e de organizações em prol do DHAA, da SAN e da SOBAL. Como exemplo, pode-se citar: FAO, CEPAL, Banco Mundial, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Instituto Interamericano de Cooperação para a

Agricultura (IICA), Coordenadora de Organizações de produtores Familiares do MERCOSUL (COPROFAM), a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul, Programa Alimentar Mundial (PMA); Política das ATERs; e os Sindicatos rurais).

Também foi possível identificar outros mecanismos de participação social importantes para implementação das PPAAF, como por exemplo, a luta de movimentos e organizações sociais e sindicais. A atuação e as evidências científicas geradas por pesquisadores ligados ao DRS e à SAN (Schneider, Silva e Marques (2004), Burlandy (2009), Van Ploeg, Schneider e Jingzhong (2012) e Grisa e Schneider (2015)); e o protagonismo da mulher no campo (Doss et al. 2018; Ezirigwe 2018; Dutta e Thaker 2019).

Grizaet al. (2017) destacam a marginalização histórica da AF frente a outros tipos de agricultura no Brasil, e ressaltam a importância das relações entre os atores da tríade (estado x mercado x sociedade) na exigibilidade do DHAA e da SAN. Se faz necessário, rever o modelo produtivista instaurado no início da década de 1990, e a forma capitalista e globalizada de governar.

Na Figura 10, observa-se uma arena de relações onde, estado, mercado e sociedade estão interligados para realização do DHAA e da SAN. Na base da figura 10 está a responsabilidade compartilhada, também denominado de responsabilidade múltipla¹². Nehring e Mckay (2013) relata que a experiência brasileira, com os programas PAA e o PNAE, proporcionam uma relação descentralizada nos componentes desta tríade, que podem ser muito favoráveis à promoção da SAN-DHAA.

Historicamente temos a realização do direito centrada predominantemente na responsabilidade estatal, por meio da formulação e implementação de políticas públicas e na responsabilidade individual derivada do processo de biomedicalização (NUNES, 2009). Apesar disso, a realização do DHAA deve estar pautada nos princípios da promoção da saúde associado a um conjunto de valores e a

¹² Conceito abordado na Declaração de Paris (OECD, 2005) como chave para a promoção da saúde. No Brasil, o termo "responsabilidade compartilhada" foi inicialmente conceituado e introduzido por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), que traz um conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas entre o estado, o mercado e a sociedade com intuito minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

combinação de estratégias sustentáveis no sentido da responsabilidade compartilhada, incluindo o terceiro setor (CZERESNIA & FREITAS, 2009).

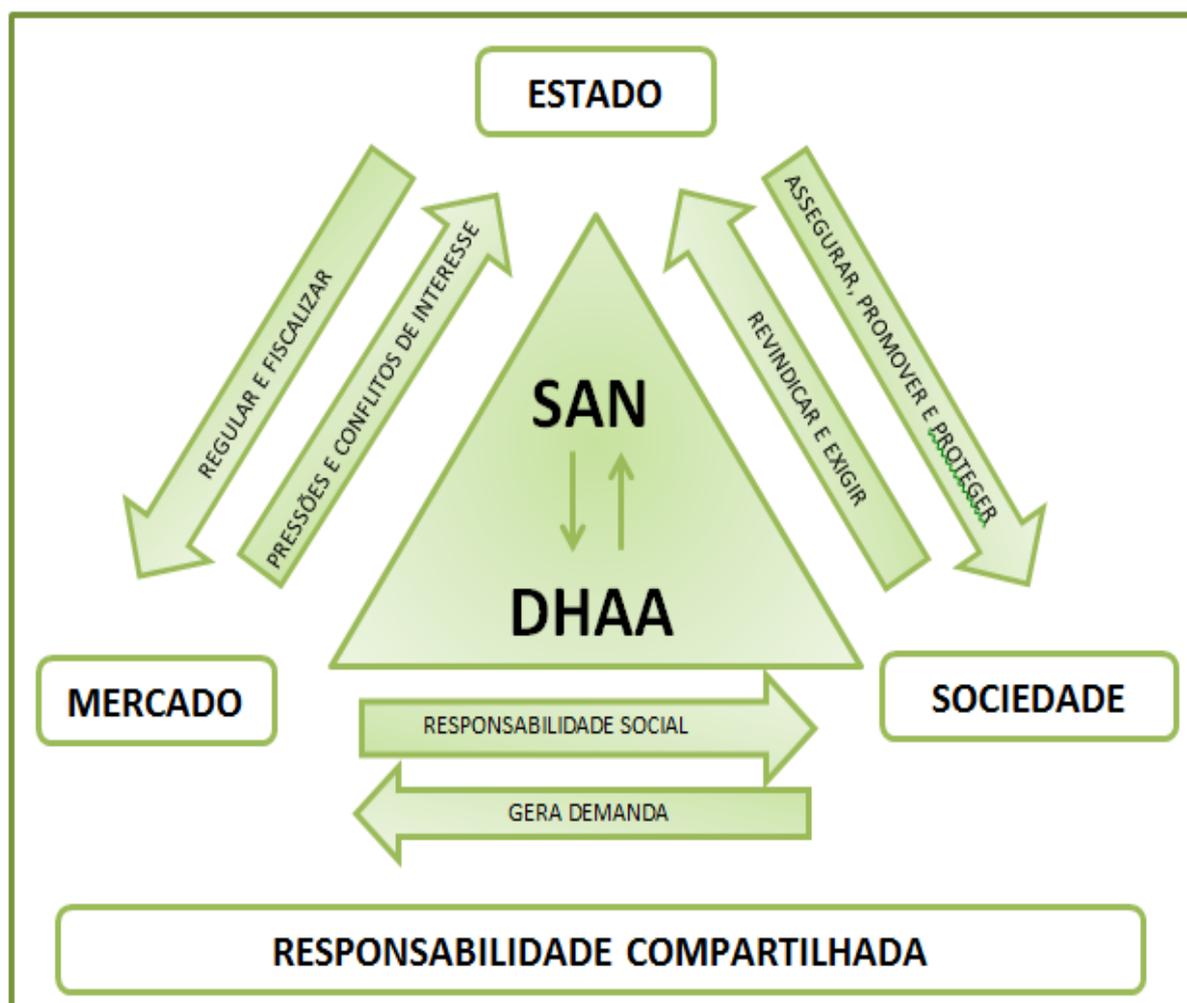


Figura 10 – Arena de relações na realização do DHAA e da SAN
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Sabemos que para promoção de SAN-DHAA, em sua total abrangência e complexidade, as responsabilidades vão muito além do setor da agricultura e da saúde para fins de regulação governamental, mas são necessárias mudanças muito mais abrangentes de mudanças de paradigmas e que faça sentido para todos os atores envolvidos.

Nunes (2009) ao falar do direito à saúde, traz o conceito de justiça sanitária¹³, aqui podemos exemplificá-lo pelas lutas de vários movimentos sociais no Brasil em prol da produção de alimentos livres de agrotóxicos e micotoxinas, não obstante e não menos importante, estão os movimentos contra os alimentos transgênicos e irradiados entre outros em que a sociedade reivindica do governo legislação menos permissiva e maior regulação na prescrição agrônômica e comercialização destes produtos para reforma agrária e a estruturação de sistemas agroalimentares saudáveis e sustentáveis, visando não apenas o reconhecimento do DHAA, mas também a necessidade de se adotar medidas para remediar e prevenir danos, ou seja, que o DHAA seja posto em risco ou seja violado (NUNES, 2009).

Neste sentido, é importante que objetivos comuns da sociedade sejam colocados em um novo patamar político para ultrapassar tensões e pressões mercadológicas e midiáticas em prol das mudanças necessárias para garantir um comércio justo, maior desenvolvimento local, frear as mudanças climáticas e promover a SAN e o DHAA.

Vale ressaltar que os governos devem atuar de forma a utilizar de seu poder, recursos, normas e regulações, para promover práticas sustentáveis e dar suporte para escolhas alimentares saudáveis (HUANG et al., 2015). Na experiência brasileira a compra de produtos da AF por meio do PAA e do PNAE é considerada uma alternativa para induzir por meio de PPAAF, a promoção da SAN e para auxiliar em um caminho inverso da exigibilidade do DHAA, onde um direito é concedido sem ao menos ser exigido pelo sujeito de direito.

4.5 Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional

Apesar das experiências identificadas das PPAAF, existem muitos desafios para sua implementação e para potencializar a promoção da SAN e da saúde. Recanati et al. (2019) apresentam desafios da PAC que podem ser explorados por

¹³ situações em que cidadãos, através da participação social, da ação coletiva e mobilizando os vocabulários dos direitos e da justiça, procuram o reconhecimento como portadores de uma doença ou dano, os direitos associados a essa condição e a ação pública sobre situações que afetam a sua saúde e bem-estar.

governos no mundo todo a fim de criar e reformular políticas públicas em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis e demandas ambientais, sociais e nutricionais, em outras palavras, adotar uma abordagem sistêmica, integrada, cooperativa e descentralizada/contextualizada/regionalizada para tornar eficaz as estratégias de promoção da SAN e a realização do DHAA.

Em relação à abordagem sistêmica seria interessante que os governos mudassem a perspectiva de “hectare produtivo” (da lógica produtivista, capitalista e globalizada) para “hectare sustentável”, ou seja, os subsídios destinados à agricultura passariam a ser alocados de acordo com cumprimento de critérios de produção ecológica, saudável e sustentável. A lógica produtivista e o protecionismo comercial à agricultura de larga escala, trouxe custos muito altos ao meio ambiente e à saúde da população e, conseqüentemente, não permitiu alcançar o objetivo de melhorar as condições de SAN e a Soberania Alimentar (Benton e Bayle, 2019).

É necessário introduzir mudanças e repensar um sistema alimentar sustentável para atingir resultados que promovam à SAN e à saúde. No entanto, os subsídios são alocados em maior parcela para os grandes produtores de *commodities* em larga escala para fins de exportação (com sementes GM, com alto uso de agroquímicos, piorando a qualidade da água, a fertilidade do solo, e com pouca ou nenhuma diversidade). Essa heterogeneidade na produção contribui para uma maior volatilidade dos preços dos alimentos, para a Insegurança Alimentar e Nutricional e uma concorrência desleal, já que os grandes produtores de alimentos são capazes de fornecer volumes maiores de produtos, detém maior poder de barganha e melhor acesso a informações, serviços, tecnologia, marketing e capital (Hawkes, 2012; Hammond e Dubé, 2012; Bureau e Swinnen, 2017).

Neste sentido, apesar de apresentar práticas agrícolas e ambientais mais sustentáveis, a AF não tem condições de competir no mercado agrário, tornando o processo injusto do ponto de vista econômico e social. Essas práticas insustentáveis reforçam o êxodo rural e diminuem a permanência dos jovens no campo, contribuem para usurpação de terras e destruição dos recursos naturais. Nesta onda, alguns autores denominam esse processo de “Capital Natural” (Silva e Bernardes, 2014; Benton e Bayle, 2019), equivalente ao capital acumulado pelo homem ao implementar medidas de preservação dos recursos naturais. Laughton (2017) ao pesquisar 69 propriedades de AF agroecológicas observou resultados positivos ao

capital natural como: diversidade na produção, trabalho familiar integrado e multiculturas.

Além disso, os efeitos gerados pela produção das monoculturas ou *commodities* no clima afetam em maior proporção os AF. Os fatores relacionados ao clima que podem afetar a pequena produção de alimentos e, portanto, SAN, incluem: as chuvas e a temperatura, que têm influência direta e outros impactos em água doce, biodiversidade e degradação do solo (Schnitter & Berry, 2019).

A teoria do pensamento sistêmico pode fornecer uma compreensão abrangente dos elementos, da dinâmica e das compensações dos sistemas agroalimentares no sentido de alcançar sinergias entre os objetivos comuns nas políticas públicas, nas comunidades e nas propriedades (Hammond e Dubé, 2012; Monat e Gannon, 2015; Jagustović et al. 2019). O pensamento sistêmico reconhece os sistemas como um conjunto de componentes, todos inter-relacionados e necessários, e cujas inter-relações são tão importantes quanto os próprios componentes (Monat e Gannon, 2015).

Neste sentido, as PPAAF se constituem de componentes e sistemas dinâmicos distintos (como participação social, estratégias de governança, mecanismos de implementação) que interagem com os componentes dos sistemas agroalimentares (produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos) e se inter-relacionam com os componentes das dimensões de SAN (Produção e disponibilidade de alimentos, acessibilidade e Utilização) que afetam a estabilidade e sustentabilidade da própria SAN e da Saúde Única (Figura 11 – pg. 80). Vale ressaltar que a interrupção de uma atividade de um dos componentes pode afetar outras atividades de diferentes componentes nos sistemas.

Foram identificados nos estudos pontos-chave das PPAAF que podem contribuir para remodelar o sistema agroalimentar e o sistema de SAN. Existem sinergias entre esses sistemas e os componentes dos sistemas têm efeitos retroativos uns sob os outros que podem auxiliar na promoção da SAN e beneficiar a saúde única. O conceito de saúde única (*One Health*) se refere à integração entre a saúde humana, animal e ambiental, e deve ser apoiada por políticas públicas com o objetivo de prevenir doenças, em vez de tratá-las (Harrison, et al. 2019).

Os estudos expressam não apenas os benefícios entre os componentes dos sistemas, mas também as limitações da PPAAF referentes à burocracia,

organização, estabilidade e desenvolvimento do processo, como assistência técnica insuficiente, falta de conhecimento e diálogo entre os atores envolvidos (Batista et al. 2016; Mossman et al. 2017; Machado et al. 2018).

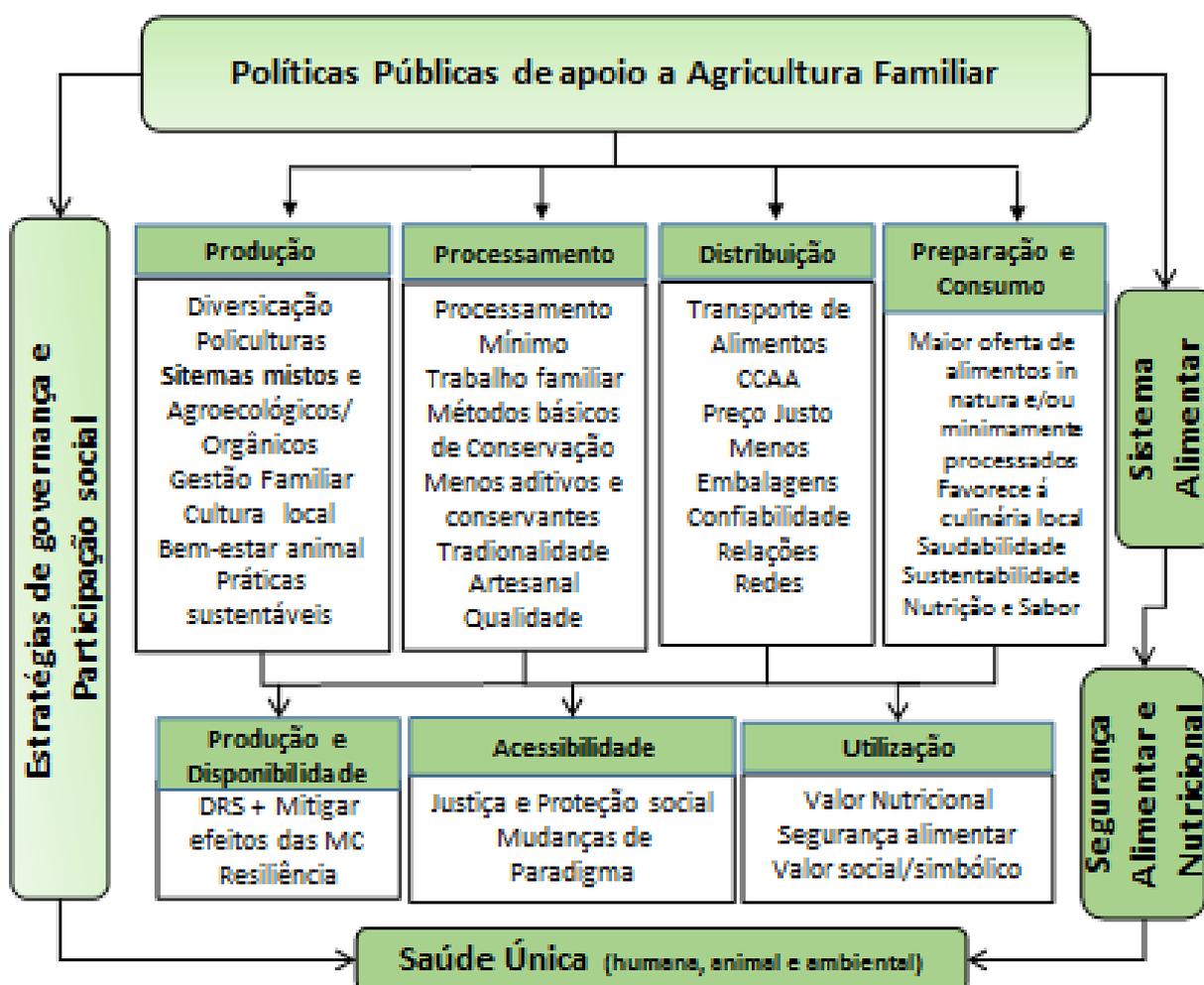


Figura 11 – Estrutura de inter-relações entre as PPAAF, o sistema agroalimentar, a SAN e a Saúde Única.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Com efeito, a conexão entre todos os componentes do sistema e atores envolvidos é importante. Muitas iniciativas das PPAAF permanecem pouco conectadas nos diferentes níveis (local, regional, estadual, nacional e internacional) e entre diferentes grupos (setoriais, comunitários, profissionais), faltando sinergias potenciais, o que configura um dos principais desafios das políticas públicas agrárias.

É necessário que se adotem condutas que favoreçam coalisões políticas e sociais para que visualizem objetivos comuns entre diversas políticas, setores e atores envolvidos nesta abordagem cooperativa (também denominada nos estudos como integradora, intersetorial, multisetorial, trans-local) (Santo e Moragues-Faus, 2018). Estudos mostram que este modelo está em implementação, no entanto a desconstrução do modelo setorial ainda deve perdurar, pois existe uma lacuna entre a teoria e a prática, ou seja, na práxis para se alcançar este modelo de trabalho, visto que a lógica capitalista impulsiona a práticas competitivas e unilaterais (Tomlinson, 2010; Sidaner et al. 2012; Akerman, 2014; Brooks, 2014; Alexandre et al. 2018; Schwartzman et al. 2017; Skog, 2018; Schnitter e Berry, 2019).

Por fim, a abordagem da descentralização/contextualização/regionalização da política é importante para garantir melhor atendimento às necessidades locais e à alocação de recursos de maneira contextualizada, flexível e efetiva, pois existem contextos políticos, geográficos e socioculturais específicos a cada comunidade, assim como, comunicação entre níveis e regulação de uma política central com autonomia local característica da descentralização e regionalização com alto grau de capilaridade e controle social (Poole et al. 2018; Santo e Moragues-Faus, 2018).

Segundo Santo e Moragues-Faus (2018) em vez de prescrever um modelo de reforma no sistema alimentar, é melhor propor um “conjunto de opções de boas práticas para comunidades que permitam que cada comunidade selecione e desenvolva suas boas práticas únicas apropriadas para o local e criar compartilhamento de conhecimento redes ao mesmo tempo”.

A exemplo do Conselho de Política Alimentar de Bristol (Reed e Keech, 2019) que junto ao governo local criou um Plano Alimentar com objetivo de dar às partes interessadas (políticos, agricultores ou produtores de alimentos, cozinheiros ou consumidores), soluções práticas e tangíveis para uma questão muito complexa: os sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.

Neste sentido, Hawkes et al. (2012) e Hawkes et al. (2015) identificaram 4 mecanismos de políticas públicas para combate da obesidade, dentre eles, o estímulo a sistemas saudáveis e sustentáveis, sendo as PPAAF uma forma de fortalecer esses modelos e as práticas agrícolas sustentáveis.

Assim, estará se percorrendo um caminho no sentido de promoção da SAN e da saúde das populações, no enfrentamento da dupla carga de problemas

nutricionais vivenciados na contemporaneidade (obesidade e desnutrição) que estão relacionados aos sistemas alimentares, fenômeno denominado de “Sindemia Global” (Swirburnet al. 2019, traduzido pelo IDEC, 2019). A questão da fome e do desperdício de alimentos também demonstra a necessidade urgente de mudança de sistemas alimentares e agrícolas, a fim de aumentar de maneira sustentável a produção e disponibilidade de alimentos (Jagustović et al., 2019).

No que se referente a promoção da SAN do público beneficiário dos programas brasileiros (PAA e PNAE) os estudos avaliam a melhoria na oferta e consumo de *alimentos in natura* e minimamente processados bem como redução da oferta de ultraprocessados (De Sá e Lock, 2008; Reardon et al. 2012; Hammond e Dubé, 2012; Sicoli, 2017; Teo, 2018; Schabarum e Triches, 2019;), estando em consonância com as diretrizes dietéticas, do “Guia Alimentar para a população brasileira” e do “My Plate” do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), que sugerem preferir alimentos *in natura* e/ou minimamente processados, ou seja, frutas e vegetais, ricos em fibras, vitaminas e minerais.

Além disso, pode-se verificar que outros elementos atrelados as PPAAF, como PAA e PNAE, que conectam alimentos e nutrição, produtores e consumidores, sistemas e meio ambiente, agricultura e saúde, tendo o território/região como referência para ações de desenvolvimento local e a EAN como estratégia na construção de conhecimento para o desenvolvimento de habilidades e capacidade de fazer escolhas alimentares mais saudáveis (Alexandre, Schmitt e Maluf, 2018).

Porém, as políticas agrícolas historicamente alocam menos recursos para promover a produção e disponibilidade destes alimentos, enquanto a maior parte dos recursos são usados para apoiar culturas de *commodities*. Com efeito, as experiências aqui relatadas são importantes estratégias de governança e de participação social, mas que poderiam ser expandidos, com maior alocação de recursos para tomar a proporção necessária a surtir maiores efeitos na promoção da SAN e na saúde única (Alexandre et al. 2017; Harrison, et al. 2019).

No quadro 6 pode-se observar a sistematização dos achados relacionados às três categorias de análise, conforme foram citados nos estudos incluídos pelos autores. Várias estratégias de governança e dispositivos de participação social foram relatados pelos autores que contribuíram de diferentes maneiras para promoção de SAN.

Quadro 6 – Sistematização dos achados para cada categoria de análise

Estratégia de Governança	Participação social	Promoção de SAN
<p>Descentralização e Planejamento participativo (Schneider, Silva e Marques 2004)</p> <p>Governança Multilateral participativa (Sul Global – Reaf Mercosul) (Grisa e Nierdele 2019)</p> <p>Inserção na agenda política (Silva et al. 2014; Flexor e Grisa 2016)</p> <p>Incentivo a Cooperação (Associativismo e Cooperativismo) (Santos, 2011; Silva et al. 2014; Grisa e Schneider 2015; Soares et al. 2015; Batista et al. 2016; Cunha et al. 2017; Mossmann et al. 2017; Fernandez, 2018; Freitas et al. 2019)</p> <p>Contextualização das políticas públicas (Grisa e Schneider, 2015)</p> <p>Descentralização e Territorialização (Sabourin, Samper e Sotomayor, 2015; Grisa et al. 2017; Salgado et al. 2017; Grisa e Schneider 2015; Mossmann et al. 2017; Santos, 2011; Cardoso et al. 2018; Fernandez, 2018)</p> <p>Inovação Tecnológica (Sabourin, Samper e Sotomayor, 2015)</p> <p>Coalisões políticas e Institucionalidade (gestão financiamento, abertura de canais de comercialização e Redes público-privadas) (Sabourin, Samper e Sotomayor, 2015)</p> <p>Visibilidade da AF (Flexor e Grisa, 2016)</p> <p>Regulação e inovação nas compras (Santos, 2011; Grisa e Schneider 2015; Grisa et al. 2017; Sicoli 2017)</p> <p>Regulação de dispositivos (Leis, SISAN, LOSAN, CAISAN e PNSAN) (Sidaner et al. 2012; Schwartzman et al. 2017; Machado et al. 2018; Schabarum e Triches</p>	<p>Conselhos municipais, em especial CMDRs (Schneider, Silva e Marques 2004)</p> <p>Ações comunitárias e fóruns de ideias, em especial CONSEAs e FBSAN (Grisa, 2012)</p> <p>Sindicatos e conselhos, em especial STR e CMDR (Silva et al. 2014)</p> <p>Mobilizações sociais e Cogestão de políticas públicas (Grisa e Schneider, 2015)</p> <p>Soberania Alimentar e sistemas equitativos para AF (Sabourin, Samper e Sotomayor, 2015)</p> <p>Papel dos conselhos participativos e sindicatos (Silva e Bernardes, 2014; Sabourin, Samper e Sotomayor 2015)</p> <p>Movimentos sociais (Flexor e Grisa 2016)</p> <p>Organizações sociais</p> <p>Movimentos sindicais (Fetraf, FBSAN, STR, Contag) (Silva, 2011; Grisa, 2012; Silva et al. 2014; Schwartzman et al. 2017)</p> <p>Conferências de SAN (Grisa e Schneider 2015)</p> <p>Advocacy da AF (Santos, 2011)</p>	<p>Diversificação da produção, Circuitos Curtos, DRS e Práticas de produção agroecológicas (Grisa, 2012)</p> <p>Preocupação com DRS e os efeitos das mudanças climáticas (Sabourin, Samper e Sotomayor 2015)</p> <p>Maior disponibilidade de alimentos in natura FVL (Sidaner et al. 2012; Batista et al. 2016; Cunha et al. 2017; Sicoli 2017; Schwartzman et al. 2017; Teo, 2017; Schabarum e Triches 2019)</p> <p>Menor oferta de alimentos processados e ultraprocessados (Schwartzman et al. 2017; Teo 2017)</p> <p>PAAS (Cunha et al. 2017; Schwartzman et al. 2017)</p> <p>EAN (Schwartzman et al. 2017)</p> <p>Cultura alimentar regional (Sidaner et al. 2012)</p> <p>Segurança financeira (Batista et al. 2016; Schwartzman et al. 2017)</p> <p>Desenvolvimento Econômico local (Schwartzman et al. 2017; Teo, 2017; Mossmann et al. 2017)</p> <p>Diversificação da produção e biodiversidade (Grisa e Schneider 2015; Batista et al. 2016; Assis, Priore e Franceschini 2017; Cunha et al. 2017)</p>

<p>2019)</p> <p>Intersetorialidade (Sidaner et al. 2012; Cunha et al. 2017; Sicoli 2017; Soares et al. 2015; Schwartzman et al. 2017; Teo, 2017; Mossmann et al. 2017)</p> <p>Agenda política (Sidaner et al. 2012; Silva et al. 2014; Flexor e Grisa 2016; Grisa et al. 2017; Fernandez, 2018)</p> <p>Tomada de decisão (Assis, Priore e Franceschini 2017; Grisa e Nierdele 2019)</p> <p>Financiamento (Grisa e Schneider 2015; Grisa et al. 2017; Cardoso et al. 2018; Mossmann et al. 2017)</p> <p>Compras institucionais (Sidaner et al. 2012; Sicoli 2017)</p> <p>Acesso a novos mercados (Sidaner et al. 2012; Grisa e Schneider 2015; Batista et al. 2016; Assis, Priore e Franceschini 2017; Cunha et al. 2017; Grisa et al. 2017; Salgado et al. 2017; Schabarum e Triches 2019)</p> <p>Cooperação nas PP (Sidaner et al. 2012)</p> <p>Capital social e cultural (Sidaner et al. 2012; Salgado et al. 2017; Mossmann et al. 2017)</p> <p>Suporte técnico (ATERs, gestores e nutricionistas) (Sidaner et al. 2012; Sabourin, Samper e Sotomayor 2015; Soares et al. 2015; Assis, Priore e Franceschini 2017; Schwartzman et al. 2017; Cardoso et al. 2018; Machado et al. 2018; Mossmann et al. 2017; Freitas et al. 2019; Rocha et al. 2019)</p> <p>Agentes mediadores e mobilizadores (Silva et al. 2014; Soares et al. 2015; Schwartzman et al. 2017)</p> <p>Inovação tecnológica (Assis, Priore e Franceschini 2017)</p> <p>Sistemas equitativos para AF (Cardoso et al. 2018; Teo, 2017; Schwartzman et al. 2017; Schabarum e Triches 2019)</p> <p>Política específica (Fernandez, 2018)</p>	<p>Atuação de conselhos participativos (Consea, CAE, CMDRs, Condraf, Coprofam) (Santos, 2011; Grisa 2012; Sidaner et al. 2012; Grisa et al. 2017; Sicoli 2017; Schwartzman et al. 2017; Rocha et al. 2019; Rocha et al. 2019)</p> <p>Fóruns (Grisa, 2012; Grisa e Nierdele 2019)</p> <p>Militância (principalmente das universidades e organizações, CTA, ATERs, associações) (Silva et al. 2014)</p> <p>SOBAL (Sabourin, Samper e Sotomayor 2015; Cunha et al. 2017)</p> <p>Redes (Freitas et al. 2019)</p> <p>Mobilizações de agricultores (Fernandez, 2018)</p> <p>Soberania alimentar (Fernandez, 2018)</p>	<p>Maior visibilidade da AF (Schwartzman et al. 2017)</p> <p>Qualidade de vida dos AF (Batista et al. 2016; Schwartzman et al. 2017)</p> <p>Autoconsumo da AF (Batista et al. 2016; Schwartzman et al. 2017)</p> <p>DRS (Batista et al. 2016; Schwartzman et al. 2017; Schabarum e Triches 2019)</p> <p>Práticas de produção agroecológicas e orgânicas (Grisa e Schneider 2015; Soares et al. 2015; Batista et al. 2016; Assis, Priore e Franceschini 2017; Cunha et al. 2017; Freitas et al. 2019)</p> <p>Escoamento da produção (Grisa e Schneider 2015; Schwartzman et al. 2017)</p> <p>Circuitos Curtos/Locais (Soares et al. 2015; Cunha et al. 2017; Schwartzman et al. 2017)</p> <p>Protagonismo da mulher no campo (Grisa e Schneider 2015; Sicoli 2017)</p>
--	---	---

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências encontradas concentram-se em três políticas públicas principais (PNAE, PAA e PAC), pertencentes aos países da ALC e da UE. Este estudo pode servir de base para futuras pesquisas, de modo a incentivar e expandir iniciativas de PPAAF, aumentar os esforços para monitoramento das mesmas, além de trazer informações aos governos, tornando as informações sobre PPAAF que promovem a SAN mais disponíveis.

Uma das limitações do estudo foi devido aos termos não serem padronizados o que dificultou uma busca ainda mais ampliada. Notou-se que algumas PPAAF como, por exemplo, as Feiras livres entre outras que não são consideradas políticas públicas não foram captadas, talvez isso seja justificável por estas terem uma base mais popular que científica ou política, mas vale destaca-las aqui como políticas populares que auxiliam na promoção de SAN.

Os resultados indicam uma predominância de pesquisas focadas no discurso de promover sustentabilidade em relação ao conceito teórico, mas poucos indicam caminhos práticos a seguir mostrando uma lacuna na práxis para se chegar ao desenvolvimento rural sustentável e à promoção da SAN, especialmente na dimensão de produção e disponibilidade de alimentos.

Portanto, podemos concluir que há necessidade de maiores coalisões políticas e sociais com a academia, para vinculação das evidências científicas com a tomada de decisão política, bem como da incorporação do trabalho em redes intersetoriais com uma abordagem mais sistêmica e cooperativa. Para tanto, devemos lançar mão de políticas mais estruturantes de logo prazo que propiciem reorganizações na prática de trabalho e mudanças de paradigmas de questões fortemente enraizadas, como modelos de assistência, relações de trabalho e práticas setoriais.

Além disso, fornece uma base para o desenvolvimento de caminhos para reconfiguração dos sistemas agroalimentares afim de que haja maior incentivo aos pequenos agricultores, com uma produção, distribuição e abastecimento de alimentos propícios à mitigar os danos ambientais, propiciar o comércio justo, bem como promover a SAN e à saúde única.

A análise destas PPAAF sob a ótica da promoção da SAN permite compreender a complexidade da SAN e dos seus componentes/dimensões. Ainda que tenha sido dado enfoque na análise da dimensão de produção e disponibilidade de alimentos, capturamos evidências sobre as demais dimensões de SAN, que não poderiam ser negligenciadas aqui. Destacamos os impactos no estado nutricional e na saúde, com estratégias que podem auxiliar na prevenção e enfrentamento da obesidade e das DCNT.

Os estudos mostram que as PPAAF tem potencial transformador nos sistemas agroalimentares, podendo interferir de maneira positiva na produção, distribuição e abastecimento alimentar, favorecendo o suprimento do mercado interno de alimentos e propiciando a SOBAL, a promoção da SAN e do DHAA, garantindo melhor acesso (físico ou financeiro, por proximidade ou por preço) da população a alimentos mais saudáveis e sustentáveis. Pela maior oferta de alimentos *in natura* por meio das PPAAF, pois muitas pesquisas interligam a maior oferta destes alimentos, em especial as frutas e vegetais, como uma estratégia de melhoria da alimentação e controle do sobrepeso e obesidade, ressaltando que estas estratégias devem estar aliadas a outras tanto quanto importantes para cumprir-se esses objetivos.

Neste sentido, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) designou 2021 como Ano Internacional das Frutas e Verduras. Tendo quatro objetivos principais de impulsionar o consumo destes alimentos e incentivar políticas de redução de desperdícios. Além disso, visa aumentar a conscientização sobre a importância das frutas e vegetais para a nutrição humana, para promoção da SAN e promoção da saúde. Dentre as propostas desta iniciativa da ONU esta a divulgação de práticas que propiciem integração dos pequenos produtores, especialmente os agricultores familiares, na produção local, regional e global. Ampliar a valorização dos agricultores familiares nas cadeias de abastecimento e consumo sustentáveis de frutas e hortaliças, reconhecendo a importância do consumo de frutas e hortaliças para segurança alimentar, nutrição, bem como meios de subsistência e rendimentos para a AF.

A ONU declarou ainda a Década da Agricultura Familiar 2019 – 2028, visando trazer uma nova perspectiva sobre o importante papel que os agricultores familiares desempenham na erradicação da fome e na construção de nosso futuro

alimentar. A agricultura familiar oferece uma oportunidade única para garantir a segurança alimentar, melhorar a subsistência, gerenciar melhor os recursos naturais, proteger o meio ambiente e alcançar o desenvolvimento sustentável, especialmente nas áreas rurais. Os agricultores familiares são considerados agentes de mudança que precisamos para alcançar os ODSs e um planeta mais equilibrado e resiliente. Com essas estratégias a ONU pretende criar um ambiente político favorável ao fortalecimento da AF.

No entanto, é necessário favorecer o trabalho intersetorial e vinculações com outras políticas voltadas ao consumidor final para atingir as demais dimensões da SAN, como de acesso e utilização dos alimentos, bem como a estabilidade. As mudanças relacionadas as dimensões de SAN, como uma escolha de alimentos saudáveis e sustentáveis, a adoção de práticas de utilização oportuna dos alimentos, bem como estratégias de EAN para as novas gerações, podem auxiliar na promoção de uma alimentação mais adequada, saudável e sustentável, pois só assim poderemos promover a SAN e garantir o DHAA.

Vale ressaltar que os resultados observados indicam que para haver PPAAF que promovam a SAN é imprescindível ter legislação forte, regulamentação apropriada ao contexto, e dispositivos facilitadores como no caso das PPAAF foram ressaltados: acesso à crédito, organismos de assistência técnica, infraestrutura, incentivo ao cooperativismo e associativismo etc...

A maior parte das PPAAF que identificamos na tese, que auxiliam na promoção de SAN, têm governança do tipo “reflexiva, descentralizada e intersetorial”. Estudos futuros podem buscar entender como se dão na prática essa implementação na busca de características ou organização/operacionalização dos serviços no sentido de trazer uma abordagem praxiológica de como se dá a construção social das relações das redes citadas no estudo para que essas evidências práticas no campo microcontexto da política para o macrocontexto.

Na perspectiva, do campo de saber da etnometodologia (BRAGA, 2017) a maneira como as pessoas constroem um sentido para a execução das normas e regras impostas pelas políticas públicas se constroem um contexto particular. Portanto estudar microcontextos particulares em estudos futuros pode contribuir para entender melhor as estratégias positivas e negativas na práticas Intersectoriais de governança, propostas pela maioria das PPAAF.

A intersetorialidade ao mesmo tempo pode implicar na união e diálogo entre vários setores, pode correr o risco de cair na “**Terra de ninguém**”. Essa expressão latina, indica a falta de uma conduta social em defesa de interesses coletivos. No caso da intersetorialidade, ao não indicar um setor responsável pelas ações da política de SAN pode acarretar na falta de empenho de todos os setores em prol de conduzir e implementar a política, já que a mesma conta como as demais políticas, com uma demanda administrativa, burocrática e

Neste sentido, existe a necessidade de se aprofundar uma discussão acerca da operacionalização e implementação da política de SAN, considerando que assim como outras políticas, tem a necessidade, mesmo ela tendo característica intersetorial. Além disso, vale destacar ou ainda questionar qual setor e profissional está mais apto para condução das políticas de A&N e de SAN, o que poderia favorecer a AF e ampliar o acesso a alimentos da AF pela população.

O nutricionista, apesar de ser o profissional habilitado para atuar neste campo, se faz pouco presente, nos setores ligados a intersetorialidade, está especialmente alocado no setor da educação pela obrigatoriedade do PNAE, em detrimento dos cortes dos recursos. No setor da saúde, observa-se sua presença nas equipes dos Núcleos ampliados de apoio á saúde da família, mas pouco se vê profissionais da nutrição atuando diretamente e exclusivamente nos setores de Desenvolvimento social e de Agricultura, ou ainda, na gestão de políticas e programas nutricionais. Emergi a discussão sobre a apropriação deste profissional sobre os campos e setores mencionados, bem como do reconhecimento dos governos sobre a importância que a Alimentação e Nutrição devem ter na agenda pública para enfrentamento do espectro de problemas alimentares e nutricionais, ligados a SAN, como a desnutrição e a obesidade, bem como para ações de VAN, de promoção da saúde, onde a alimentação e nutrição são determinantes para mudança do perfil nutricional e epidemiológico da população mundial.

No que se refere à participação social, observamos uma corrente de mobilizações e reivindicações no campo da SAN, mas que deveriam ser extrapoladas e incorporadas por diversos setores abarcados no campo da SAN. O atual governo propiciou o desmonte dos principais foros de discussão da sociedade civil e de importantes programas destinados a promoção da SAN, como por exemplo, podemos citar a extinção do CONSEA pelo presidente Jair Bolsonaro e

cortes nos orçamentos destinados a programas como o PAA.

A maior parte dos estudos mostram que ao interferir na disponibilidade de alimentos (no caso com maior oferta de alimentos da AF) é possível alterar mais facilmente o padrão alimentar da população beneficiária das PPAAF (no caso dos estudantes e demais populações de entidades socioassistenciais) e também os resultados em relação à promoção de SAN podem trazer benefícios ao território e a comunidade na qual a política é executada. Neste sentido, a implementação de programas e políticas, poderão auxiliar na mudança de paradigmas quanto a valorização da AF e dos produtos da AF para melhoria da qualidade da dieta/alimentação. Estudos futuros podem buscar entender como funciona esta métrica e como a EAN junto desta mudança do padrão alimentar podem se comportar no enfrentamento do excesso de peso e obesidade, especialmente à obesidade infantil ou até mesmo no perfil nutricional desta população no contexto onde as PPAAF são implementadas, verificando interferências indiretas para promoção de SAN.

Em nosso entender, quando as PPAAF são implementadas, pode-se verificar interferências diretas e indiretas na promoção de SAN. Isso pode ser constatado na atual crise sanitária, que nos alertou e trouxe consigo uma lição aprendida “O setor público ainda é o responsável” por indicar caminhos práticos que possibilite novas estratégias de governança para concretude da intersetorialidade e do trabalho em prol de objetivos comuns.

O setor público ainda é o responsável e terá que liderar a coordenação desse processo, desde o planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas para o enfrentamento da Sindemia Global e da atual pandemia, a qual afetou não somente a saúde, mas também o sistema agroalimentar como um todo, especialmente o setor produtivo, interferindo no acesso e disponibilidade de alimentos, acentuando uma vez mais a Insegurança Alimentar e as desigualdades sociais, principalmente nos países menos desenvolvidos, como o Brasil.

6. REFERÊNCIAS

AKERMAN, M. et al. Intersetorialidade? IntersetorialidadeS! *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(11):4291-4300, 2014. DOI: 10.1590/1413-812320141911.10692014

ALEXANDRE, V.P.; SCHMITT, C.J.; MALUF, R.S.J. Making Rural and Urban Connections by Integrating Nutrition and Agriculture: A Case Study of Food and Nutrition Security Instruments in Brazil. Springer International Publishing agosto, 2018. U. M. Azeiteiro et al. (eds.), *Lifelong Learning and Education in Healthy and Sustainable Cities*, World Sustainability Series. https://doi.org/10.1007/978-3-319-69474-0_9

ALVES, K. P. S., JAIME, P. C. Política Nacional de alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança alimentar e Nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.19, n.1, p. 4331-40, 2014.

ALIAGA, M.A., CHAVES-DOS-SANTOS, S.M., Food and Nutrition Security public initiatives from a human and socioeconomic development perspective: mapping experiences within the 1996 World Food Summit signatories, *Social Science & Medicine* (2014), doi: 10.1016/j.socscimed.2013.12.025.

ARKSEY, H., O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. **Int J Soc Res Meth**. v. 8, n. 1, p. 19-3, 2005.. Available from: <https://www.york.ac.uk/inst/spru/pubs/pdf/Scopingstudies.pdf>.

ALVES, K. P. S., JAIME, P. C. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 11, p. 4331-40, 2014.

ASSIS, S. C. R., PRIORI, FRANCESCHINI. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(2):617-626, 2017. DOI: 10.1590/1413-81232017222.02292015

AZEVEDO, E.; PELICIONE, M., C., F. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. **Saúde e Sociedade**. São Paulo: v.20, n.3, p.715-729, 2011.

BAIARDI, A., ALENCAR, C. M. M. Agricultura Familiar, seu Interesse Acadêmico, sua Lógica Constitutiva e sua Resiliência no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. S045-S062, 2014 – Impressa em fevereiro de 2015

BATISTA, L. M. G. *et al.* Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde Soc**. São Paulo, v.25, n.2, p.494-504, 2016. DOI 10.1590/S0104-12902016150258

BENTON TG, BAILEY R (2019). The paradox of productivity: agricultural productivity

promotes food system inefficiency. **Global Sustainability**, 2, e6, 1–8.

BODEN, S.; HOOVER, B. M. (2018). Food policy councils in the mid-Atlantic: Working toward justice. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, 8 (1), 39–52. <https://doi.org/10.5304/jafscd.2018.081.002>

BRAGA, V.R. Processos de contextualização e paradigma comunicacional: o ponto de vistaêmico para uma abordagem praxiológica da comunicação. Rev. Temática. NAMID/UFPB. Ano XIII, n. 3, mar. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. As cartas da promoção da saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

BRASIL. Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diretrizes metodológicas: elaboração de revisão sistemática e metanálise de ensaios clínicos randomizados**. Brasília: Ministério da Saúde; 2012.

BRASIL. CASA CIVIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Lei da Agricultura Familiar. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm> Acesso em: 17/08/2017.

BRASIL. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a população brasileira. 2ª ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRINKLEY, C. The Small World of the Alternative Food Network. **Sustainability** 2018, 10, 2921; doi:10.3390/su10082921

BROOKS, J. *et al.* Policy coherence and food security: The effects of OECD countries' agricultural policies. **Food Policy**, 44 (2014) 88–94.

BUREAU, J. C.; SWINNEN, J. EU policies and global food security. **Global Food Security** xxx (xxxx) xxx–xxx. 2017, <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2017.12.001>

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(3):851-860, 2009.

BURITY, V., FRANCESCHINI, T., VALENTE, F., RECINE, E., LEÃO, M., CARVALHO, M. F. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da**

segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

BURLANDY, L. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. **Ciência e Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro: v.16, n.1, p. 63-72, 2011.

BOOTH, A. Clear and present questions: formulating questions for evidence based practice. **Library Hi Tech**, 24: 355-368, 2006.

BOOTH, A., NOYES J, FLEMMING K, GERHARDUS, A., WAHLSTER, P., VAN DER WILT, G.J., MOZYGEMBA, K., REFOLO, P., SACCHINI, D., TUMMERS, M., REHFUESS, E. (2016) **Guidance on choosing qualitative evidence synthesis methods for use in health technology assessments of complex interventions** [Online]. Disponível em: <<http://www.integrate-hta.eu/downloads/>> Acesso em: 17/08/2017.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. **Dicionário de política.** Brasília: UNB, 2006.

CABRAL, L. et al. Brazil's Agricultural Politics in Africa: More Food International and the Disputed Meanings of "family farming". **World Development** (2016), <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.11.010>

CARDOSO, E.S.; PEDRI, E.C.M.; YAMASHITA, O.M. Políticas públicas, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional no Brasil e em Mato Grosso. **Nativa, Sinop**, v. 6, n. 2, p. 124-133, mar./abr. 2018. Pesquisas Agrárias e Ambientais DOI: <http://dx.doi.org/10.31413/nativa.v6i2.4523>

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília: MDS/Embrapa, 2009.

CASTELLANI, A.L.D.A., TRENTINI, T., NISHIDA, W., ROSSI, C.E., COSTA, L.C.F., VASCONCELOS, F.A.G.. Purchase of family farm and organic foods by the Brazilian School Food Program in Santa Catarina state, Brazil. **Revista de Nutrição**, Campinas, 30(5):651-662, set./out., 2017. <https://doi.org/10.1590/1678-98652017000500010>

CZERESNIA, D.& FREITAS, C. M. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional: Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: **CONSEA**, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Brasília: CONSEA, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. Brasília: **CONSEA**, 2010.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe**: balance, desafíos y perspectivas. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/AGRO_Noticias/smart_territories/docs/PoliticaPublicasAgriculturales.pdf>. Acesso em: 16/08/2017.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). **Estados membros**. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/estados-miembros>>. Acesso em: 18/10/2017.

CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; SALGADO, R. J. S. F.. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **RESR, Piracicaba-SP**, Vol. 55, Nº 03, p. 427-444, Jul./Set. 2017.

COCHRANE. Qualitative Research Methods Group. Proposal to establish a Cochrane Qualitative Methods Group. Lancaster (UK): **Cochrane**, 2002. Disponível em: <http://www.joannabriggs.edu.au/cqrmg/documents/cochrane_proposal.pdf>. Acesso: 17/08/2017.

COSTA, I. B. “**Nesta terra, em se plantando tudo dá?**” Política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no meio rural paranaense, o caso do PAA. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

COSTA, J. P.; RIMKUS, L. M.; REYDON, B. P. **Agricultura familiar, tentativas e estratégias para assegurar um mercado e uma renda**. Unicamp - Campinas – SP, 2008.

CIDA, Comité Interamericano de Desarrollo Agrícola. Monografías sobre algunos aspectos de latenencia de latierra y eldesarrollo rural en América Latina. Washington: **CIDA/OEA**, 1970.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2001.

DE SÁ, J; LOCK, K. Will European agricultural policy for school fruit and vegetables improve public health? A review of school fruit and vegetable programmes. *European Journal of Public Health*, Vol. 18, No. 6, 558–568, 2008.

DE CASTRO, P. *et al.* Building a New Framework for the Common Agricultural Policy: A Responsibility Towards the Overall Community. **EuroChoices**, 10 (1), 2011. P. 32-36.

DOSS, C. et al. Women in agriculture: Four myths. **Global Food Security** (2017),

<http://dx.doi.org/10.1016/j.gfs.2017.10.001>

DUTTA, M.J.; THAKER, J. (2019): 'Communication sovereignty' as resistance: strategies adopted by women farmers amid the agrarian crisis in India, **Journal of Applied Communication Research**, DOI: 10.1080/00909882.2018.1547917

EMBRAPA. Agricultura Familiar: nos Estados Unidos é quase todo mundo. 2017 Disponível em: <https://www.embrapa.br/agropensa/busca-de-noticias/-/noticia/27383072/agricultura-familiar-nos-estados-unidos-e-quase-todo-mundo>. Acesso em: setembro 2020.

EZIRIGWE, J. Law as a Tool for Ensuring Contributions of Small-Scale Women Farmers to Food Security in Nigeria. **Law and Development Review** 2018; 11(2): 709–737. <https://doi.org/10.1515/ldr-2018-0035>

EGGER, M.; DAVEY SMITH, G.; ALTMAN D. G. (Org). Systematic Reviews in Health Care: Meta-analysis in context. 2001. London: **BMJ books**.

EDGE, S.; MEYER, S.B. Pursuing dignified food security through novel collaborative governance initiatives: Perceived benefits, tensions and lessons learned. **Social Science & Medicine**, 232 (2019) 77–8578. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2019.04.038>

FAO (1996) Rome Declaration on World Food Security (Food and Agriculture Organization, Rome).

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). The State of Insecurity in the World - 2012. **World Hunger Report**. 2012. Roma, 2012.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**: Um retrato multidimensional. Relatório 2014. Brasília, agosto 2014a.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). **Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014**. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/> Acesso em: 07/09/2017. 2014b.

FAO. **Mudar o futuro da migração**. Investir em segurança alimentar e desenvolvimento sustentável. 2017. Disponível em: world-food-day@fao.org www.fao.org/world-food-day. Acesso em: 14/10/2017. 2017.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). **Public purchases of food from family farming, and food and nutrition security in Latin America and the Caribbean**: lessons learned and experiences. ISBN 978-92-5-108862-3, Santiago, 2017.

FAO e OPAS. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional na América Latina y el Caribe**: sistemas alimentarios sostenibles para poner fin al hambre y

lamalnutricion. 2017.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2017. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2017**. Building resilience for peace and food security. Rome, FAO.

FAO. FIDA, SICA, CAC. POLÍTICA DE AGRICULTURA FAMILIAR CAMPESINA, INDÍGENA Y AFRODESCENDIENTE DE LA REGIÓN SICA 2018 – 2030 (PAFCIA). 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming/detail/es/c/1150426/>
Acesso em: agosto, 2020.

FLEXOR. G.; GRISA, C. (2016): Contention, ideas, and rules: the institutionalization of family farm policy in Brazil, **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies / Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes**, DOI: 10.1080/08263663.2015.1130292

FLEXOR. G.; GRISA, C. (2016): POLÍTICAS DE SEGURIDAD ALIMENTARIA Y AGRICULTURA FAMILIAR EN BRASIL: ACTORES, IDEAS E INSTITUCIONES, **América Latina Hoy**, 74, 2016, pp. 39-53. DOI: <https://doi.org/10.14201/alh2016743953>

FERNANDEZ, L. Políticas públicas para la agricultura familiar en Argentina durante El período 1990-2015. Nuevos y conocidos elementos en la agenda de debate. **Trabajo y Sociedad**, Núm. 30, 2018.

FERREIRA, V. A.; MAGALHÃES, R. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: v.23, n.7, p.1674-1681, jul., 2007.

FREITAS, A.F.; FERREIRA, M.A.M.; FREITAS, A.F. A Trajetória das Organizações de Agricultores Familiares e a Implementação de Políticas Públicas: um estudo de dois casos. **RESR, Piracicaba-SP**, Vol. 57, Nº 01, p. 009-028, Jan./Mar. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790570101>

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial da União**. DF. Brasília, 2009.

GEF (Green European Foundation). 2019. **Green Learning - Food & Agriculture: Common Agricultural Policy** <https://www.youtube.com/watch?v=CNaqy1OtzNk> 2019.

GRISA, C., SCHMITT, C.J., MATTEI, L.F., MALUF, R.S., LEITE, S.P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à Segurança Alimentar e Nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 3, set., 2011.

GRISA, C. Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. **Tese de doutorado**, UFRRJ, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (2015): Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil, **RESR, Piracicaba-SP**, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (2015): Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia Grisa e Sergio Schneider. – Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2015.

GRISA, C. et al. (2017): Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar, **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 13-38, jan./jun. 2017.

GRISA, C.; NIERDELE, P. (2019): Transferência, Convergência e Tradução de Políticas Públicas: A Experiência da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul, **DADOS**, Rio de Janeiro, vol.62(2):e20160099, 2019.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (2015): Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil, **RESR, Piracicaba-SP**, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

GAIHRE, S. et al. Bridging barriers to advance multisector approaches to improve food security, nutrition and population health in Nepal: transdisciplinary perspectives. **BMC Public Health** (2019) 19:961. <https://doi.org/10.1186/s12889-019-7204-4>

HABY, M.M., CHAPMAN, E., CLARK, R., GALVÃO, L.A.C. Agriculture, food, and nutrition interventions that facilitate sustainable food production and impact health: an overview of systematic reviews. **Rev PanamSaludPublica**. 2016;40(1):48–56;

HAMMOND, A. R. A.; DUBÉ, L. A systems science perspective and transdisciplinary models for food and nutrition security. **PNAS**, 31(109):12356–12363, 2012. DOI: <http://www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.0913003109>

HARRISON, S. et al. EcoHealth and One Health: A theory-focused review in response to calls for convergence. **Environment International** 132 (2019) 105058. <https://doi.org/10.1016/j.envint.2019.105058>

HAWKES, C. et al. (2012) Linking agricultural policies with obesity and noncommunicable diseases: A new perspective for a globalising world. **Food Policy** 37 (2012) 343–353. DOI:10.1016/j.foodpol.2012.02.011

HAWKES, C. et al. (2015) Smart food policies for obesity prevention. *The Lancet*. Published online February 18, 2015. [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(14\)61745-1](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(14)61745-1)

HAWKES, C. et al. (2016) How to engage across sectors: lessons from agriculture and nutrition in the Brazilian School Feeding Program. **Rev Saúde Pública** 2016;50:47. DOI:10.1590/S1518-8787.2016050006506

HARDEN, A. (2010) **Mixed-Methods Systematic Reviews: Integrating Quantitative and Qualitative Findings** [monograph on the internet]. London, UK: FOCUS: Technical Brief n. 25. Disponível em: <www.ncddr.org/kt/products/focus/focus25/> Acesso em: 17/08/2017.

HLPE. 2020. Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030. A report by the **High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition** of the Committee on World Food Security, Rome.

HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? Rev. Seg. Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 21, n. 1, p. 417-421, 2014.
HUANG, T.T-K. ET al. Mobilisation of public support for policy actions to prevent obesity. **Lancet** 2015; 385: 2422–31. [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(14\)61743-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(14)61743-8)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>

IFPRI – INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE.
Smallholder farming. Disponível em: <<http://www.ifpri.org/topic/smallholder-farming>> Acesso em: 29/08/2017.

IPC-IG -Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. **Políticas Públicas para o fortalecimento da agricultura familiar no Sul Global**. v. 12, Edição nº4, 2015.

JBI – The JOANNA BRIGGS INSTITUTE. (2014) **Reviewers' Manual**. Disponível em: <<http://joannabriggs.org/assets/docs/sumari/ReviewersManual-2014.pdf>> Acesso em: 20/08/2017.

JAGUSTOVIĆ, R. et al. Contribution of systems thinking and complex adaptive system attributes to sustainable food production: Example from a climate-smart village. **Agricultural Systems** 171 (2019) 65–75.
<https://doi.org/10.1016/j.agsy.2018.12.008>

JAIME, P.C. **Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição** – organização Patricia Constante Jaime, 1 ed. – Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

JONES, A.D.; EJETA, G. A new global agenda for nutrition and health: the importance of agriculture and food systems. **Bull World Health Organ** 2015;94:228–229 | doi: <http://dx.doi.org/10.2471/BLT.15.164509>

LAWRENCE, M., NAUDE, C., ARMSTRONG, R., BERO, L., COVIC, N., DURAO, S., GHERSI, D., MACDONALD, G., LEHOSE, H.M., MARGETTS, B., TOVEY, D., VOLMINK, J., YOUNG, T. 2016. A call to action to reshape evidence synthesis and use for nutrition policy. **Cochrane Database of Systematic Reviews** 2016.
<https://doi.org/10.1002/14651858.ED000118>

LAUGHTON, R. (2017) A Matter Of Scale A study of the productivity, financial viability and multifunctional benefits of small farms. (20 ha and less). Landworkers' **Alliance and Centre for Agroecology**, Coventry University.

LAMINE, C; MARÉCHAL, G.; DAROLT, M. **Análise da transição ecológica de sistemas agrialimentares territoriais: ensinamentos de uma comparação franco-brasileira**. In: PEREZ-CASSARINO, J.; TRICHES, R.M.; BACCARIN, J.G.; TEO, C.R.P.A. **Abastecimento alimentar e mercados institucionais**. / Org. Julian Perez-Cassarino ... [et al].-- Chapecó: Ed. UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV, 2018.

LIBERATI, A., ALTMAN, D.G., TETZLAFF, J., *et al*. The prisma statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: Explanation and elaboration. **Annals of internal medicine** 2009;151:W65-94

LEÃO, M.; MALUF, R. S. La construcción social de un sistema público de seguridad alimentaria y nutricional :laexperienciabrasileña. Brasília: ABRANDH, 2012.

LOPES, A. L. M.; FRACOLLI, L. A. Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo em enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 771-8, 2008.

MACHADO, P.M.O. et al. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**,23(12):4153-4164, 2018. DOI: 10.1590/1413-812320182311.280120161

MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. In:_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos**. seleção de textos de José Arthur Giannotti.2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MAFFRA, L.; BOZA, S. Influencia de Brasil enla Política Alimentaria Latinoamericana: el programa de compras públicas a la agricultura familiar de Chile. **EstudiosInternacionales - Universidad de Chile** 195 • 65–85 (2020) - ISSN 0719-3769

MENEZES, S. S. C., CORRÊA, C. G., SILVA, R. C. G., CRUZ, D. A. M. L. Raciocínio clínico no ensino de graduação em enfermagem: revisão de escopo. **RevEscEnferm USP** v. 49, n. 6, p. 1037-1044, 2015.

MINAYO, M. C. S. Programa Nacional de Alimentação Escolar: limites e possibilidades para uma alimentação saudável. **Ciência e saúde coletiva**. Rio de Janeiro: v.18, n.4, abr., 2013.

MONAT, J.P.; GANNON, T.F.What is Systems Thinking? A Review of Selected Literature Plus Recommendations. **American Journal of Systems Science** 2015, 4(1): 11-26. DOI: 10.5923/j.ajss.20150401.02

MONNERAT, G.L.; SOUZA, R.G. Política social e intersectorialidade: consensos teóricos e desafios práticos. **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 200-220, jan./jun. 2009.

MOSSMANN, M. P. et al. Interface Between Family Farming and School Feeding: barriers and coping mechanisms from the perspective of different social actors in Southern Brazil. **RESR, Piracicaba-SP**, Vol. 55, Nº 02, p. 325-342, Abr./Jun. 2017. DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550207>

MOZAFFARIAN, D.; GRIFFIN, T.; MANDE, J. The 2018 Farm Bill—Implications and Opportunities for Public Health. **JAMA** Published online February 15, 2019.

MYLONA, K. et al. (2018) Viewpoint: Future of food safety and nutrition - Seeking win-wins, coping with trade-offs. **Food Policy** 74 (2018) 143–146. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2017.12.002>

NAUDE, C., DURAO, S., HARPER, A., VOLMINK, J. Scope and quality of Cochrane reviews of nutrition interventions: a cross-sectional study. (2017). **Nutrition Journal** (2017) 16:22. DOI 10.1186/s12937-017-0244-7
NDIAYE, 2015 **anvisa**

NEHRING, R.; MCKAY, B. Scaling up Local Development Initiatives: Brazil's Food Acquisition Programme, IPC-IG Working Paper, n. 106. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2013.

NESTLE, M. The farm bill drove me insane. Politico. March 17, 2016. <https://www.politico.com/agenda/story/2016/03/farm-billcongress-usda-food-policy-000070#ixzz43Acfpepm>.
NESTLE, M. 2019.

NUNES, J. A. Saúde, direito à saúde e justiça sanitária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 87, pg. 143-169, dez. 2009.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em: 07/09/2017.

OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). (2005). The Paris Declaration on Aid Effectiveness and the Accra Agenda for Action. Paris, France: OECD. Retrieved from: <http://www.oecd.org/development/aideffectiveness/34428351.pdf>.

PATRIOTA, T. C., PERRI, F. M., MACLENNAN, M., SALLES, M. **O crescente reconhecimento da agricultura familiar como parte da solução para o desenvolvimento sustentável**: evidencia a partir de evoluções recentes.

PEREZ-CASSARINO, J. **Agroecologia, Mercados e Sistemas Agroalimentares: Uma Leitura a Partir da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**. Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), 2012.

PEREZ-CASSARINO, J.; TRICHES, R.M.; BACCARIN, J.G.; TEO, C.R.P.A. **Abastecimento alimentar e mercados institucionais.** / Org. Julian Perez-Cassarino ... [et al].-- Chapecó: Ed. UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV, 2018.

PETERS MDJ, GODFREY C, MCINERNEY P, MUNN Z, TRICCO AC, KHALIL, H. Chapter 11: Scoping Reviews (2020 version). In: Aromataris E, Munn Z (Editors). JBI Manual for Evidence Synthesis, JBI, 2020. Available from <https://synthesismanual.jbi.global>. <https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-12>

PRETTY, J. Intensification for redesigned and sustainable agricultural systems. **Science** 362, (2018) 23 November 2018. Downloaded from <http://science.sciencemag.org/>

PLOEG, J. D. van der. **Peasants and the Art of farming:** a chayanovian manifesto. Winnipeg: Fernwood, 2013.

PLOEG, J.D.V.D. (2014): Dez qualidades da agricultura familiar, **Revista Agriculturas:** experiências em agroecologia é um projeto editorial da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia integrado à AgriCultures Network. n. 1, fev. 2014. ISSN: 1807-491X

PLOEG, J.D.V.D. (2019): **Dez qualidades da agricultura familiar, Revista Agriculturas**

PLOEG, J.D.V.D.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. (2012): Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union, **The Journal of Peasant Studies**, 39:1, 133-173. <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2011.652619>

POOLE, N.; ECHAVEZ, C.; ROWLAND, D. Are agriculture and nutrition policies and practice coherent? Stakeholder evidence from Afghanistan. **Food Security** (2018) 10:1577–1601. <https://doi.org/10.1007/s12571-018-0851-y>

RAWORTH, Kate - Doughnut Economics: 7 ways to think like a 21st Century Economist – Chelsea Green Publishing, 2017 – (No Brasil: Economia Donut: 7 maneiras de pensar como um economista do século 21).

REDE PP-AL. Políticas públicas para a Agroecologia na América Latina e Caribe. **Revista Agriculturas.** Maio, 2017.

REARDON, T.; PETER, T.C.; MINTEND, B. Supermarket revolution in Asia and emerging development strategies to include small farmers. **PNAS**, v. 109, n.31, p. 12332-12337, Jul. 2012. www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.1003160108

RECANATI, F. et al. Assessing the role of CAP for more sustainable and healthier food systems in Europe: A literature review. **Science of the Total Environment**, 653 (2019) 908–919.

REED, M.; KEECH, D. Making the city smart from the grassroots up: The sustainable

food networks of Bristol. **City, Culture and Society** (2017),
<http://dx.doi.org/10.1016/j.ccs.2017.07.001>

ROCHA, N.P. et al. Análise do programa nacional de alimentação escolar no município de Viçosa, MG, **BrasilRevSaude Publica**. 52:16, 2018. <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2018052007090>

RODRIGUES, G.M. O Pronaf na Zona da Mata Mineira: efeitos nos PIBs total e setorial dos municípios. **RESR, Piracicaba-SP**, Vol. 57, Nº 01, p. 029-048, Jan./Mar. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790570102>

ROBINSON, J.C., LIM, C.S., HINTON, E., PINTADO, I., GAMBLE, A., COMPRETTA, C., RAVOLA, M. School-based obesity prevention programs in rural communities: a scoping review protocol. **JBI 2019 Database of Systematic Reviews and Implementation Reports**;

RIGON, S. do A. A construção de políticas públicas promotoras de saúde: um estudo de caso sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo/Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2012.

RIGON, S. do A., BÓGUS, C. M, A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: das concepções norteadoras ao início dos processos de consolidação. In: BEZERRA, I., PEREZ-CASSARINO, J. (Orgs.). **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016. p. 31-54.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Rev. Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-51. 2007.

SABOURIN, E.; SAMPER, M.; MASSARDIER, G. Políticas públicas para as agriculturas familiares: existe um modelo Latino-americano?

SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: nuevas perspectivas. IICA -- San José: C.R.: IICA, 2015.

SANDELOWSKI, M., BARROSO, J. **Handbook for synthesizing qualitative research**. New York: Springer, 2007.

SANDELOWSKI, M., BARROSO, J., VOILS, C. I. Using Qualitative Metasummary to Synthesize Qualitative and Quantitative. **ResearchenNursing& Health**, 2007; 30: 99-111.

SANTOS, F.; TONEZER, C.; RAMBO, A. G. **Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para a soberania alimentar?** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

SANTO, R., MORAGUES-FAUS, A. Towards a trans-local food governance: Exploring the transformative capacity of food policy assemblages in the US and UK. *Geoforum*, <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.10.002>

SANTOS, A. M.; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Rev. Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 39-48, jan./jun. 2012.

SANTOS, F.D., FERNANDES, P.F., ROCKETT, F.C., OLIVEIRA, A.B.A. Avaliação da inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, em municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & saúde coletiva [online]**. 2014, vol.19, n.5, pp.1429-1436. ISSN 1678-4561. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014195.14982013>.

SALGADO, R.J.S.F. et al. Focalização e Cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): avaliação de sua eficácia nas regiões brasileiras. **RESR, Piracicaba-SP**, Vol. 55, Nº 04, p. 661-678, Out/Dez 2017 – Impressa em Dezembro de 2017. DOI:<http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550403>

SCHABARUM, J.C.; TRICHES, R.M. Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar em Municípios Paranaenses: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **RESR, Piracicaba-SP**, Vol. 57, Nº 01, p. 049-062, Jan./Mar. 2019 – Impressa em Abril de 2019. DOI:<http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790570103>

SCHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; P.E.M. MARQUES. Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Editora da UFRGS, 2004.

SEED, B. et al. Integrating food security into public health and provincial government departments in British Columbia, Canada. **Agric Hum Values** (2013) 30:457–470 DOI 10.1007/s10460-013-9426-x

SCHNITTER, R.; BERRY, P. The Climate Change, Food Security and Human Health Nexus in Canada: A Framework to Protect Population Health. **Int. J. Environ. Res. Public Health** 2019, 16, 2531; doi:10.3390/ijerph16142531

SCHWARTZMAN, F. et al. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. **Cad. Saúde Pública** 2017; 33(12):e00099816. doi: 10.1590/0102-311X00099816

SEIBANE, C.; FERRARIS, G. (2017). Procesos organizativos y políticas públicas destinadas a productores familiares del sur de la Área Metropolitana (provincia de Buenos Aires, Argentina), 2002-2015. **Mundo Agrario**, 18(38), e060. <https://doi.org/10.24215/15155994e060>

SWINBURN, B.A. et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: **The Lancet Commission report**. Published online January 27, 2019 [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8)

SINGH, M.; MARCHIS, A.; CAPRI, A. Greening, new frontiers for research and employment in the agro-food sector. **Science of the Total Environment** 472 (2014) 437–443. <http://dx.doi.org/10.1016/j.scitotenv.2013.11.078>

SÍCOLI, J. L. **As contribuições do PNAE e do PAA para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do DHAA**. 2017, 171f. Tese de doutorado, FSP, USP. São Paulo, 2017.

SHANNON, K.L. Food System Policy, Public Health, and Human Rights in the United States. **Annu. Rev. Public Health** 2015. 36:151–73. DOI: 10.1146/annurev-publhealth-031914-122621

SHANKARDASS K, SOLAR O, MURPHY K, GREAVES L. A scoping review of intersectoral action for health equity involving governments. **Int J Public Health** 2012; 57(1):25-33.

SIDANER, E. et al. The Brazilian school feeding programme: an example of an integrated programme in support of food and nutrition security. **Public Health Nutrition**: 16(6), 989–994, 2012. doi:10.1017/S1368980012005101

SILVA, J. R. S. **Segurança Alimentar, Produção Agrícola Familiar e Assentamentos de Reforma Agrária no Maranhão**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

SILVA, E.H.F.M.; BERNARDES, E.M. Estrutura Lógica como metodologia para avaliação de políticas públicas: uma análise do Pronaf. **Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro** 48 (3), p. 721-743, maio/jun. 2014.

SILVA, M.S.; DIAS, M.M.; SILVA, S.P. Relações e Estratégias de (Des)envolvimento Rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). **RESR, Piracicaba-SP**, Vol. 52, Nº 02, p. 229-248, Abr/Jun 2014.

SILVA, B.; OLIVEIRA, V. Enfoque de la política gubernamental para garantizar una alimentación saludable y ambientes de alimentación. **ARCHIVOS LATINO AMERICANOS DE NUTRICIÓN. Órgano Oficial de la Sociedad Latinoamericana de Nutrición** Vol. 69, Nº 1, p. 27-31, 2019.

SKOG, K.S. How Do Policies and Actors' Attitudes, Interests and Interactions Influence Farmland Conversion Outcomes in Land-Use Planning? **Sustainability** 10, 1944, 2018. DOI:10.3390/su10061944

SONNINO, R.; TORRES, C.L.; SCHNEIDER, S. Reflexive governance for food security: The example of school feeding in Brazil. **Journal of Rural Studies** 36 (2014) 1e12. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jrurstud.2014.06.003>

SWINBURN, B.A. et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: **The Lancet Commission report**. Published online January 27, 2019 [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8)

SOARES, P. et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de Sistemas Alimentares Locais, Saudáveis e Sustentáveis: uma avaliação da execução financeira. **Ciência & Saúde Coletiva**,23(12):4189-4197, 2018.DOI: 10.1590/1413-812320182312.255820161

SWINBURN, B.A.et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: **The Lancet Commission report**. Published online January 27, 2019 [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8) 5

STRUBEN, J.; CHAN, D.; DUBE, L. Policy insights from the nutritional food market transformation model: the case of obesity prevention. **Ann. N.Y. Acad. Sci.** New York AcademyofSciences, (2014) 1–19. ISSN 0077-8923. DOI: 10.1111/nyas.12381

TEO, C. R. P. A.; MONTEIRO, C. A. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e práticas na aquisição de alimentos. **Rev. Nutr., Campinas**, v. 25, n. 5, p. 657-668, 2012.

TEO, C.R.P.A. The partnership between the Brazilian School Feeding Program and family farming: a way for reducing ultra-processed foods in school meals. **Public Health Nutrition**, p. 1-8, 2017. DOI:10.1017/S1368980017002117

TOMLINSON, I.J. Acting discursively: the development of uk Organic food and farming policy networks. **PublicAdministration**, Vol. 88, No. 4, p.(1045–1062) 2010. DOI: 10.1111/j.1467-9299.2010.01860.x

TORREZ, F. La Via Campesina: Peasant-led agrarian reform and food sovereignty. **Development** (2011) 54(1), 49–54. doi:10.1057/dev.2010.96.

TOMASETTO, M. Z. C.; LIMA, J. F.; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema - Paraná. **Rev. Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 21-30, 2009.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**.vol.19 n.4 São Paulo Oct./Dec. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902010000400019>

TRICHES, R. M., SCHNEIDER, S. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 20, n. 1, p. 66-105, 2012.

USDA – United States Department of Agriculture. CULTIVATING OPPORTUNITY: an Overview of USDA’s Fiscal Year 2015 and 2016 Farm to School Grantees’ Growing Achievements. The Farm to School Grant Program. **Food and Nutrition Service • FNS-794 • October 2018**. Disponível em: https://fns-prod.azureedge.net/sites/default/files/f2s/USDA_GranteeReport_O.pdf

VALENTE, F. L. S. Direito humano à alimentação: desafios e conquistas. São Paulo: Editora Cortez; 2002.

VALENTE, F., GONZÁLEZ, J. C. M., FRANCESCHINI, T., BURITY, V. Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. In: BEZERRA, I., PEREZ-CASSARINO, J. (Orgs.). **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016. p. 69-92.

WILKINSON, J. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

VIA CAMPESINA. **Soberanía Alimentaria**. Disponível em: <www.viacampesina.org> Acesso em: janeiro de 2013.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Trade and Environment Review. Wake up before it is too late: Make agriculture truly sustainable now for food security in a changing climate**. Geneva: UN; 2013.

USP. Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.sibi.usp.br/bases-dados/>> Acesso em: 21/08/2017.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. General Assembly proclaims the Decade of Action on Nutrition. Disponível em: <https://www.un.org/nutrition/home> (Acesso em: 28 de março 2021).

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: Outubro, 2003.

ZAGO, M.A.V. As implicações do cenário pandêmico do COVID-19 frente a Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão bibliográfica. **Segur. Aliment. Nutr.**, Campinas, v. 28, p. 1-14.e021008. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v28i00.8661900>

7. APENDICES E ANEXOS

APENDICE 1 PROTOCOLO DE REVISÃO DE ESCOPO PARA JBI

APENDICE 2 ESTRATÉGIAS DE BUSCA E RESULTADOS

APENDICE 3 INSTRUMENTO DE EXTRAÇÃO DE DADOS

ANEXO 1 CURRÍCULO LATTES DA ALUNA

ANEXO 2 CURRÍCULO LATTES DA ORIENTADORA

Apêndice 1 -Protocolo da Revisão de Escopo para o Instituto Joanna Briggs - JBI



PROTOCOLO CURSO DE IMERSÃO CS RTP - JBI

Título da pesquisa:

POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Centro Brasileiro para o Cuidado à Saúde Informado por Evidências: Centro de Excelência do Instituto Joanna Briggs / Escola de Enfermagem / Universidade de São Paulo

Aluna: Patrícia Fernanda Ferreira Pires / Programa de Pós-graduação de Nutrição em Saúde Pública / Faculdade de Saúde Pública / Universidade de São Paulo

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Betzabeth Slater Villar / Programa de Pós-graduação de Nutrição em Saúde Pública / Faculdade de Saúde Pública / Universidade de São Paulo

Par: AnabelleRetondário / Universidade Federal de Santa Catarina

Background

A alimentação e nutrição se constituem direitos humanos fundamentais (VALENTE, 2016), sendo destacados como requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde na *Declaração de Adelaide* (BRASIL, 2002; FERREIRA, MAGALHÃES, 2007). No Brasil, o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHAA) foi reconhecido como direito social do cidadão em 2010 (RIGON, BÓGUS, 2016).

As mudanças históricas alteraram o padrão alimentar, o perfil nutricional e epidemiológico da população em geral, caracterizado pela emergência e predomínio das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), tais como: obesidade, diabetes, dislipidemias, hipertensão e certos tipos de câncer, e pela manutenção das

deficiências nutricionais. Essa dupla carga de problemas nutricionais, aliado ao problema da fome, revelam a existência de um complexo quadro de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) que impactam na qualidade e expectativa de vida e na saúde das coletividades em nível mundial (RIGON, BÓGUS, 2016).

Vale ressaltar a importância de uma ação conjunta entre governo e sociedade para enfrentamento desses problemas com intuito de proteger contra a violação do DHAA e promover a saúde da população. Para tanto, as ações do governo no setor de alimentação e nutrição devem se estruturar no contexto das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (VALENTE, 2016; BRASIL, 2002; FERREIRA, MAGALHÃES, 2007).

A SAN consiste:

Na realização do **direito de todos** ao acesso regular e permanente **alimentos de qualidade, em quantidade suficiente**, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base **práticas alimentares promotoras da saúde** que respeitem a **diversidade cultural** e que sejam **social, cultural, econômica e ambientalmente sustentáveis** (BRASIL, 2006).

A amplitude e complexidade desse conceito demonstra o desafio para a mensuração e o monitoramento de SAN, seja na esfera global, nacional, regional, local, domiciliar e/ou individual. Os determinantes e indicadores de monitoramento de SAN estão relacionados às quatro dimensões de SAN: produção e disponibilidade de alimentos; acesso a alimentos; utilização dos alimentos; e por fim a estabilidade ou sustentabilidade dessas três dimensões primárias (FAO, 2014).

Em relação a dimensão da produção e disponibilidade de alimentos, a Agricultura Familiar (AF) vem se fortalecendo na construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável e práticas de produção consideradas mais justas do ponto de vista econômico, social, cultural e ambiental contribuindo com a promoção da SAN e da saúde humana. Isso tem contribuído no aumento da visibilidade e na criação de políticas públicas que apoiam à AF (SABOURIN et al. 2015; FAO & OPAS, 2017; FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO. 2017).

A realização desta pesquisa se justifica considerando a relevância do tema de SAN nas agendas das políticas públicas. Entende-se que há necessidade de se conhecer o papel e os mecanismos que estas políticas públicas de fortalecimento da AF utilizam que podem promover direta ou indiretamente a SAN da população nos países da América Latina e Caribe. Esse território geográfico se destaca a nível

mundial em relação a importantes conquistas alcançadas pela AF e os resultados são promissores para esta categoria levando em consideração as experiências exitosas em países como Brasil, Cuba e Uruguai.

PCC – Revisão de Escopo

População/Perspectiva– não há

Conceito – políticas públicas de apoio a AF para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional

Contexto – não há

Segue abaixo a questão/pergunta norteadora dessa pesquisa, junto a estruturação da mesma, de acordo com estratégia PCC:

Qual o papel e os mecanismos das políticas públicas de apoio à Agricultura Familiar para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional da população da América Latina e Caribe?

Searchstrategy

A partir da estratégia PCC, foram definidos os termos livres de busca e posteriormente os descritores (Anexo 1) para formulação da estratégia de busca.

Os descritores foram identificados por meio do Portal da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), disponíveis como Descritores de Ciências da Saúde (Decs) e por meio do National Center for BiotechnologyInformation, disponíveis como Medical SubjectHeadings (Mesh).

No entanto, como alguns termos de pesquisa não obtiveram resultados, outras fontes tiveram de ser consultadas para garantir que todos os termos fossem contemplados. O Termo “Agricultura Familiar”, por exemplo, não possui descritor definido e nem denominação consensual nos países da América Latina e Caribe.

Portanto, vários descritores foram utilizados a fim de não excluir documentos importantes.

As bases de dados e portais selecionados para este estudo são: AGRICOLA, AGRIS, BVS (Lilacs e Bireme), EMBASE, Google Scholar, ISI/Web of Science, PubMed, SCIELO e SCOPUS estão caracterizadas no Anexo 2.

Além disso, serão inclusos relatórios e documentos dos sites e portais eletrônicos de organizações como: FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), CEPAL (Companhia de Desenvolvimento Econômico da América Latina), REAF (Reunião Especializada de Agricultura Familiar do Mercosul), IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura), OPAS (Organização Pan-americana de Saúde), OMS (Organização Mundial da Saúde), ONU (Organização das Nações Unidas), entre outras da literatura cinza. Também será realizada busca Banco de Teses e dissertações da Capes e da Usp.

Caso seja necessário será estabelecido contato com os autores dos estudos para recuperação de dados faltosos e para buscar estudos em andamento. Será realizado um teste prévio a revisão que será documentado em formulário específico no Microsoft Excel. O rascunho do teste da estratégia de busca nas bases de dados do Pubmed e no Portal da BVS (sem MEDLINE) pode ser observado no anexo 2.

Protocol Step 2* - Data extraction (selection and coding)

Critérios de Inclusão e Exclusão

Os critérios de inclusão serão: artigos científicos, bem como relatórios e documentos que estejam dentro do escopo da temática da pesquisa.

Os critérios de exclusão serão: artigos científicos, bem como documentos que não estejam dentro do escopo da temática da pesquisa, fora do contexto das políticas públicas intersetoriais. Serão excluídos os estudos que compreendam como foco as dimensões de SAN, que não a produção e disponibilidade de alimentos (acesso à alimentos, utilização dos alimentos e a estabilidade da alimentação), dentre estes que não tenham foco na agricultura familiar.

A identificação e seleção dos estudos serão conduzidas por dois revisores, independentes e será averiguada a concordância entre os pares. Os estudos duplicados serão excluídos. Antes de iniciar as buscas o protocolo da revisão será registrado no PROPERO (PROPERO, 2017). A previsão é que o protocolo seja cadastrado no mês de março do ano de 2018 e a busca nas bases de dados seja conduzida na primeira semana do mês de abril de 2018, em apenas 1 ou 2 dias.

Será utilizado o programa *Endnot ou Mendeley* para identificar as duplicatas e administrar as referências. Com o documento único os revisores vão iniciar o trabalho de seleção e exclusão, por meio da leitura de seus títulos e resumos. Os casos discordantes serão submetidos a leitura na íntegra e definidos por consenso e caso não haja consenso entre os pares um terceiro revisor será acionado. Estes revisores são experts no campo de estudo em SAN. A seleção dos artigos incluídos na presente revisão sistemática será apresentada em forma de fluxograma “flowchart”. No mesmo irá constar: o número de estudos identificados inicialmente, em todas as bases de dados; o refinamento da busca após a identificação de duplicatas/triplicatas; os artigos avaliados a partir de títulos e resumos para verificação de elegibilidade pelos critérios de inclusão e exclusão, os artigos lidos na íntegra para avaliação da elegibilidade; e o número final de documentos incluídos no estudo. Posteriormente as referências dos estudos incluídos serão revisadas para verificar se há algum estudo referenciado que não foi incluído.

Além do fluxograma, a etapa de seleção dos estudos será relatada, por ambos revisores, onde irá constar para os casos de discordância será explicitada uma justificativa para a exclusão destes estudos.

Posteriormente os resultados da revisão serão relatados seguindo as recomendações do PRISMA-P, que propõe um conjunto mínimo de itens que devem ser considerados em estudos de revisão sistemática (LIBERATI et al., 2009).

Será construída uma tabela de caracterização dos estudos incluídos na revisão.

Protocol Step 3* - Strategy for data synthesis

Na etapa de extração e análise de dados será conduzida por apenas um revisor e checada por outro revisor de forma conjunta, dependendo do número de estudos incluídos, será realizado um treinamento para um grupo de alunos de iniciação científica para auxiliar na etapa de extração de dados. A síntese será qualitativa (descritiva).

Os dados serão descritos buscando trazer a identificação das políticas públicas de apoio a agricultura familiar identificadas nos países da América Latina e Caribe, incluindo o Brasil, e qual o discurso técnico e científico em volta da promoção de SAN e qual dialogo é estabelecido entre essas políticas com as políticas de alimentação e nutrição e de saúde.

As categorias previstas a se descrever e sintetizar seriam os discursos e os mecanismos utilizados por essas políticas, quais se assemelham e qual o dialogo proposto para promoção de SAN da população estudada.

Todas as etapas do estudo serão registradas em formulários específicos construídos no Microsoft Excel.

Referências

- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **As cartas da promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.
- BOOTH, A., NOYES J, FLEMMING K, GERHARDUS, A., WAHLSTER, P., VAN DER WILT, G.J., MOZYGEMBA, K., REFOLO, P., SACCHINI, D., TUMMERS, M., REHFUESS, E. (2016) **Guidance on choosing qualitative evidence synthesis methods for use in health technology assessments of complex interventions** [Online]. Disponível em: <<http://www.integrate-hta.eu/downloads/>> Acesso em: 17/08/2017.
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: balance, desafíos y perspectivas**. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/AGRO_Noticias/smart_territories/docs/PoliticaPublicasAgriculturales.pdf>. Acesso em: 16/08/2017.
- FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional**. Relatório 2014. Brasília, agosto 2014.

- FAO e OPAS. **Panorama de laseguridad alimentaria y nutricional na América Latina y el Caribe**: sistemas alimentarios sostenibles para poner fin al hambre y la malnutrición. 2017.
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2017. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2017**. Building resilience for peace and food security. Rome, FAO.
- FERREIRA, V. A.; MAGALHÃES, R. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: v.23, n.7, p.1674-1681, jul., 2007.
- IPC-IG -Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. **Políticas Públicas para o fortalecimento da agricultura familiar no Sul Global**. v. 12, Edição nº4, 2015.
- RIGON, S. do A., BÓGUS, C. M, A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: das concepções norteadoras ao início dos processos de consolidação. In: BEZERRA, I., PEREZ-CASSARINO, J. (Orgs.). **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016. p. 31-54.
- SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: nuevas perspectivas**. IICA -- San José: C.R.: IICA, 2015.
- VALENTE, F., GONZÁLEZ, J. C. M., FRANCESCHINI, T., BURITY, V. Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. In: BEZERRA, I., PEREZ-CASSARINO, J. (Orgs.). **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016. p. 69-92.

Apêndice 2 – Quadro demonstrativo das estratégias de busca utilizadas nas diferentes bases de dados

Bases de dados eletrônicas	Estratégias Utilizadas	Resultados	Atualização 2019-2020
PUBMED	<p>((("Public Policy"[Mesh] OR "Policy Public" OR "Public Policies" OR "Population Policy" OR "Population Policies" OR "Social Policy" OR "Social Policies" OR "Agricultural Policy" OR "Agriculture Policy" OR "Health Policy"[Mesh] OR "Health Policy" OR "Health Policies" OR "Public Health" OR "Nutrition Policy"[Mesh] OR "Nutrition Policies" OR "Food Policy" OR "Food Policies")) AND ("Agriculture"[Mesh] OR Farming OR "Agricultural Development" OR "Family Agriculture" OR "Sustainable Agriculture" OR "Smallholder Agriculture" OR "Small-scale Production" OR "Small scale Production" OR "Small Production" OR "Small-scale Farmers" OR "Small Scale Farmers" OR "Sustainable Development" OR "Family Farming" OR "Family Farms" OR "Food System" OR "Crop Production"[Mesh] OR "Production Crop")) AND ("Food Supply"[Mesh] OR "Food Supply" OR "Food Sovereignty" OR "Right Food" OR "Food Environment" OR "Food Access" OR "Food Availability" OR "Food Utilisation" OR "Food security" OR "Nutrition Security" OR "Sustainable Food" OR "Food and Nutrition Security" OR "Sustainable Food Production")</p>	1082	338
EMBASE	<p>'public policy'/exp AND [embase]/lim OR ('public policy':ab,ti OR 'policy public':ab,ti OR 'public policies':ab,ti OR 'population policy':ab,ti OR 'population policies':ab,ti OR 'social policy':ab,ti OR 'social policies':ab,ti OR 'agricultural policy':ab,ti OR 'agriculture policy':ab,ti OR 'health policy':ab,ti OR 'health policies':ab,ti OR 'public health':ab,ti OR 'nutrition policy':ab,ti OR 'nutrition policies':ab,ti OR 'food policy':ab,ti OR 'food policies':ab,ti) AND [embase]/lim OR 'health care policy'/exp AND [embase]/lim OR 'nutrition policy'/exp AND [embase]/lim AND 'agriculture'/exp AND [embase]/lim OR 'crop production'/exp AND [embase]/lim OR</p>	490	61

	<p>('agriculture':ab,ti OR farming:ab,ti OR 'agricultural development':ab,ti OR 'family agriculture':ab,ti OR 'sustainable agriculture':ab,ti OR 'smallholder agriculture':ab,ti OR 'small-scale production':ab,ti OR 'small scale production':ab,ti OR 'small production':ab,ti OR 'small-scale farmers':ab,ti OR 'small scale farmers':ab,ti OR 'sustainable development':ab,ti OR 'family farming':ab,ti OR 'family farms':ab,ti OR 'food system':ab,ti OR 'crop production':ab,ti OR 'production crop':ab,ti) AND [embase]/lim AND 'food supply'/exp AND [embase]/lim OR ('food supply':ab,ti OR 'food sovereignty':ab,ti OR 'right food':ab,ti OR 'food environment':ab,ti OR 'food access':ab,ti OR 'food availability':ab,ti OR 'food utilisation':ab,ti OR 'food security':ab,ti OR 'nutrition security':ab,ti OR 'sustainable food':ab,ti OR 'food and nutrition security':ab,ti OR 'sustainable food production':ab,ti) AND [embase]/lim</p>		
COCHRAN E LIBRARY	<p>MeSH descriptor: [Public Policy] or MeSH descriptor: [Health Policy] or MeSH descriptor: [Nutrition Policy] or "Public Policy" or "Policy Public" or "Public Policies" or "Population Policy" or "Population Policies" or "Social Policy" or "Social Policies" or "Agricultural Policy" or "Agriculture Policy" or "Health Policy" or "Health Policies" or "Public Health" or "Nutrition Policy" or "Nutrition Policies" or "Food Policy" or "Food Policies":ti,ab,kw and MeSH descriptor: [Agriculture] or "Agriculture" or Farming or "Agricultural Development" or "Family Agriculture" or "Sustainable Agriculture" or "Smallholder Agriculture" or "Small-scale Production" or "Small scale Production" or "Small Production" or "Small-scale Farmers" or "Small Scale Farmers" or "Sustainable Development" or "Family Farming" or "Family Farms" or "Food System" or "Crop Production" or "Production Crop":ti,ab,kw and MeSH descriptor: [Food Supply] or "Food Supply" or "Food Sovereignty" or "Right Food" or "Food Environment" or "Food Access" or "Food Availability" or "Food Utilisation" or "Food security" or "Nutrition Security" or "Sustainable Food" or "Food and Nutrition Security" or "Sustainable Food Production":ti,ab,kw</p>	08	03

LILACS	<p>(Políticas Públicas OR Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação OR Política Nutricional) (Agricultura Sustentável OR Agricultura Multifuncional OR Agricultura Sustentada OR Agroecologia OR Multifuncionalidade da Agricultura)(Segurança Alimentar e Nutricional OR Direito à Alimentação OR Direito Alimentar OR Direito Nutricional OR Direitos Nutricionais OR SAN OR Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) OR Segurança Nutricional)</p> <p>(Políticas Públicas OR Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação OR Política Nutricional) (Agricultura Sustentável OR Agricultura Multifuncional OR Agricultura Sustentada OR Agroecologia OR Multifuncionalidade da Agricultura)</p>	20	03
WEB OF SCIENCE	<p>Tópico: ("Public Policy" OR "Policy Public" OR "Public Policies" OR "Population Policy" OR "Population Policies" OR "Social Policy" OR "Social Policies" OR "Agricultural Policy" OR "Agriculture Policy" OR "Health Policy" OR "Health Policies" OR "Public Health" OR "Nutrition Policy" OR "Nutrition Policies" OR "Food Policy" OR "Food Policies") AND ("Agriculture" OR Farming OR "Agricultural Development" OR "Family Agriculture" OR "Sustainable Agriculture" OR "Smallholder Agriculture" OR "Small-scale Production" OR "Small scale Production" OR "Small Production" OR "Small-scale Farmers" OR "Small Scale Farmers" OR "Sustainable Development" OR "Family Farming" OR "Family Farms" OR "Food System" OR "Crop Production" OR "Production Crop") AND Tópico: ("Food Supply" OR "Food Sovereignty" OR "Right Food" OR "Food Environment" OR "Food Access" OR "Food Availability" OR "Food Utilisation" OR "Food security" OR "Nutrition Security" OR "Sustainable Food" OR "Food and Nutrition Security" OR "Sustainable Food Production")</p>	709	254
	<p>((TITLE-ABS-KEY (policy AND public OR public AND policies OR population AND policy OR population AND policies OR social AND policy OR social AND policies OR agricultural AND policy OR agriculture AND policy)) OR (TITLE-ABS-KEY (health AND policy OR health AND policies OR public AND health OR nutrition AND policy OR nutrition</p>		

SCOPUS	AND policies OR food AND policy OR food AND policies)) AND ((TITLE-ABS-KEY (agriculture OR farming OR agricultural AND development OR "Family Agriculture" OR "Sustainable Agriculture" OR "Smallholder Agriculture")) OR (TITLE-ABS-KEY ("Small-scale Production" OR "Small scale Production" OR "Small Production" OR "Small-scale Farmers" OR "Small Scale Farmers" OR "Sustainable Development" OR "Family Farming" OR "Family Farms" OR "Food System" OR "Crop Production"))) AND ((TITLE-ABS-KEY ("Food Supply" OR "Food Sovereignty" OR "Right Food" OR "Food Environment" OR "Food Access" OR "Food Availability" OR "Food Utilisation" OR "Food security" OR "Nutrition Security" OR "Sustainable Food")) OR (TITLE-ABS-KEY ("Food and Nutrition Security" OR "Sustainable Food Production")))	1323	309
Open Grey	("Policy Public" OR "Agricultural Policy" OR "Agriculture Policy" OR "Nutrition Policy" OR "Food Policy") AND ("Family Agriculture" OR "Sustainable Agriculture" OR "Family Farming" OR "Family Farms") AND ("Food Supply" OR "Food security" OR "Nutrition Security")	62	62
Websites	FAO, CEPAL, ONU entre outros	834	834
Total Geral	Total das bases de dados (sem duplicatas) 3680 +websites 834 + Open grey 124 = 4638 estudos		

Apêndice 3 – Instrumento utilizado para extração de dados

Autor(es) e ano da publicação	Território geográfico	Idioma	Características do Estudo	Política Pública relacionada à AF	Principais Resultados e Conclusão	Categoria relacionada

Anexo 1 - Currículo Lattes da aluna



Patrícia Fernanda Ferreira Pires

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7911659932057895>

ID Lattes: 7911659932057895

Última atualização do currículo em 20/10/2020

Doutoranda em Nutrição e Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Mestre em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Federal do Paraná (2014). Especialista em Nutrição e Metabolismo na Prática Clínica pela Universidade Estadual de Londrina (2009) e graduada em Nutrição pela Universidade Norte do Paraná (2007). Atualmente é docente do curso de Nutrição na FAP-Faculdade de Apucarana e nutricionista RT pela Alimentação Escolar na Prefeitura Municipal de Borrazópolis. Apresenta experiência de 9 anos com gestão do PNAE-Programa Nacional de Alimentação Escolar, execução de ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional como o PAA-Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Integrante do grupo de pesquisa em Agroecologia do Instituto Federal do Paraná - Campus Ivaiporã. Trabalha com a linha de pesquisa: Agricultura Familiar como promotora da Segurança Alimentar e Nutricional no ambiente escolar. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome	Patrícia Fernanda Ferreira Pires
Nome em citações bibliográficas	PIRES, P. F. F.;PIRES, PATRÍCIA FERNANDA FERREIRA
Lattes ID	http://lattes.cnpq.br/7911659932057895

Endereço

Endereço Profissional	Prefeitura Municipal de Borrazópolis. Praça da Republica nº28 Centro 86925000 - Borrazópolis, PR - Brasil Telefone: (43) 34521298
------------------------------	---

Formação acadêmica/titulação

2016	Doutorado em andamento em Nutrição em Saúde Pública. Centro de Apoio à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, CEAP/FSP, Brasil. Título: POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA REVISÃO DE ESCOPO. Orientador: Betzabeth Slater Villar.
2012 - 2014	Palavras-chave: Agricultura Familiar; Segurança Alimentar e Nutricional; Políticas Públicas. Mestrado em SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Conceito CAPES 3). Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. Título: Qualidade do feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i> L.), classe cores, proveniente da agricultura familiar e do mercado varejista destinado à alimentação escolar, Ano de Obtenção: 2014. Orientador: Sila Mary Rodrigues Ferreira. Coorientador: Márcia Regina Beux. Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Agricultura Familiar; Alimentação Escolar; Feijão; Aflatoxinas. Grande área: Ciências da Saúde Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde Pública. Setores de atividade: Alimentação.
2009 - 2011	Especialização em Nutrição e Metabolismo na prática clínica. (Carga Horária: 360h). Universidade Estadual de Londrina, UEL, Brasil. Título: Obesidade e Fibras dietéticas. Orientador: Sílvia Justina Papini-Berto.
2004 - 2007	Graduação em Nutrição. Universidade Norte do Paraná, UNOPAR, Brasil. Título: Nível de conhecimento sobre aspectos relevantes à Nutrição dos profissionais

Anexo 2 - Currículo Lattes da orientadora



Betzabeth Slater Villar

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9309234246831567>

ID Lattes: **9309234246831567**

Última atualização do currículo em 06/10/2020

possui graduação em Nutrição pela Universidade Nacional Mayor de San Marcos (1986), mestrado em Nutrição Humana Aplicada pela Universidade de São Paulo (1996) e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é professor doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Epidemiologia Nutricional, atuando principalmente nos seguintes temas: Métodos quantitativos e qualitativos para avaliação do consumo alimentar de adolescentes e adultos.; Recomendações nutricionais DRIs e Alimentação de crianças e adolescentes. É Editora associada da Revista Brasileira de Epidemiologia e atua como parecerista de Revista de Saude Pública e Europ. Journal of Clinical Nutrition. Também é membro titular do conselho do departamento de Nutrição da Faculdade de Saude Pública (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome	Betzabeth Slater Villar
Nome em citações bibliográficas	SLATER, B.;Slater, Betzabeth;VILLAR, BETZABETH SLATER
Lattes iD	http://lattes.cnpq.br/9309234246831567
Orcid iD	https://orcid.org/0000-0003-2511-1770

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. Av. Dr. Arnaldo 715 2º andar Cerqueira César 01246904 - Sao Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 30667701 Ramal: 243 Fax: (11) 30667705 URL da Homepage: http://www.fsp.usp.br
-----------------------	---

Formação acadêmica/titulação

1997 - 2001	Doutorado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Desenvolvimento e Validação de um Questionário Semi-quantitativo de Frequência Alimentar para Adolescentes, Ano de obtenção: 2001. Orientador: Sonia Tucunduva Philippi. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Palavras-chave: Questionário; Validade; Adolescentes; Inquerito. Grande área: Ciências da Saúde Setores de atividade: Nutrição e Alimentação.
1992 - 1996	Mestrado em Nutrição Humana Aplicada (Conceito CAPES 3). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Identificação de Risco de deficiência de Vitamina A em Gestantes utilizando Metodologia Simplificada de Inquérito Alimentar, Ano de Obtenção: 1996. Orientador: Maria José Roncada. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Palavras-chave: Inquérito; Vitamina A; gestantes. Grande área: Ciências da Saúde Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Nutrição / Subárea: Análise Nutricional de População / Especialidade: Epidemiologia Nutricional. Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Nutrição / Subárea: Análise Nutricional de